



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 63/CONSUP/IFRO, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a Autorização de Funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Vilhena.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Estatuto, considerando o Processo nº 23243.005821/2015-70, e considerando, ainda a aprovação unânime do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX, na 1ª Reunião Extraordinária, de 16/12/2015;

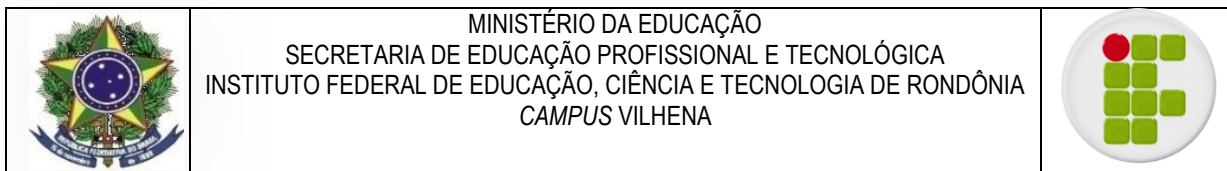
RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, *ad referendum*, o Funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus Vilhena*.

Art. 2º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus Vilhena*, anexo a esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS
Presidente Substituto do Conselho Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



**Projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de
Sistemas**

Vilhena – 2015

Sumário

1 Dos Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Reitoria)	10
2. Dos Dirigentes ligados a Reitoria:	10
3. Dos Dados da Unidade de Ensino – Câmpus	10
4. Dos Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – Câmpus	10
5. Dos Dados Gerais do Curso a Ser Implantado	10
II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO	11
1. DADOS INSTITUCIONAIS	11
1.1 Breve Histórico do IFRO	11
1.2 Breve Histórico do Campus	12
1.3 Missão, Visão e Valores do IFRO	12
1.3.1 Missão	12
1.3.2 Visão	12
1.3.3 Valores	12
1.4 Dados Socioeconômicos da Região	13
DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	18
1.1. DO CONTEXTO EDUCACIONAL	18
1.1.1. Dos Dados e Pirâmide Populacional	18
1.1.2. População do Ensino Médio Regional	22
1.1.3. Quantidade de Vagas Ofertadas na Educação Superior	24
1.1.4. Taxas Bruta e Líquida de Matriculados na Educação Superior	25
1.1.5. Demanda pelo Curso	25
1.1.6. Da Justificativa do Curso	27
1.1.7. Formas de Acesso ao Curso	28
1.2 Das Políticas Institucionais Constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso	28
1.2.1. A Inter-relação entre o Ensino a Pesquisa e a Extensão	28
1.2.2. Políticas de Ensino	29
1.2.3. Políticas de Pesquisa	29
1.2.4. Políticas de Extensão	30
1.2.5. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão	30
1.3. Dos Objetivos do Curso	31
1.3.1. Objetivo Geral do Curso	31
1.3.2. Objetivos Específicos do Curso	31
1.4. Do Perfil do Egresso: Competências e Habilidades	31
1.4.1. Do Perfil do Egresso	31

1.4.2. Das Competências e Habilidades Gerais do Egresso	32
1.4.3. Das Habilidades Específicas	32
1.4.4. Do Mercado de Trabalho	33
1.5. Da Estrutura Curricular	33
1.6. Dos Conteúdos Curriculares do Curso	35
1.6.1. Da Especificação dos Componentes Curriculares	35
1.6.2 Da Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado do Egresso	36
1.6.3 Da Coerência dos Conteúdos Curriculares Face às Diretrizes Curriculares Nacionais	36
1.6.4 Da Matriz Curricular do Curso	37
1.6.5 Do Ementário	38
1.6.6. Das Disciplinas Optativas	51
1.6.7. Do Ementário das Disciplinas Optativas:	52
1.7. Da Metodologia	57
1.7.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas	58
1.7.2 Atividades Semipresenciais	59
1.8. Estágio Curricular Supervisionado	61
1.9. Atividades Complementares	61
1.10. Trabalho de Conclusão de Curso	62
1.11. Apoio ao Discente	62
1.12. Avaliação do Curso e Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso	63
1.12.1. Atendimento Extraclasse	64
1.12.2. Atendimento Psicopedagógico	64
1.12.3. Estratégias de Nivelamento	64
1.12.4. Estratégias de Interdisciplinaridade	65
1.12.5. Estímulos às Atividades Acadêmicas	65
1.13. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem	66
1.14. Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem do Curso	67
DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE	68
2.1. Do Núcleo Docente Estruturante	68
2.1.1. Composição do Núcleo Docente Estruturante	68
2.2. Do Coordenador do Curso	69
2.2.1. Identificação do Coordenador do Curso	69
2.2.2. Titulação e Formação do Coordenador do Curso	69
2.3. Experiência Profissional de Magistério Superior e de Gestão do Coordenador do Curso	70
2.4. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso	70

2.5. Carga-Horária do Coordenador do Curso	70
2.6. Titulação do Corpo docente	70
2.7. Titulação do Corpo Docente – Percentual de Doutores	71
2.8. Regime de Trabalho do Corpo Docente	71
2.9. Experiência Profissional do Corpo Docente Fora da Docência	72
2.10. Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica	72
2.10. Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente	73
2.11. Relação entre o Número de Docentes e o Número de Vagas	74
2.12. Funcionamento do Colegiado do Curso	74
2.14. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente	74
DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA	76
3.1. Gabinetes de Trabalho para Professores em Tempo Integral	76
3.2. Espaço de Trabalho para Coordenação de Curso e Serviços Acadêmicos	76
3.3. Sala de Professores	76
3.4 Salas de Aula	76
3.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática	77
3.6. Livros da Bibliografia Básica	77
3.7. Livros da Bibliografia Complementar	77
3.8. Periódicos Especializados	78
3.9. Laboratórios Didáticos e Especializados	78
3.9.1. Plano de Atualização Tecnológica, Serviços e Manutenção dos Equipamentos	78
3.9.2. Infraestrutura de laboratórios específicos da área de formação	79
DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS E PERTINENTES	81
1. Da Infraestrutura do Câmpus	81
1.1. Da Infraestrutura de Segurança	82
1.1. Da Área de Convivência	82
1.2. Da Biblioteca	82
1.2.1. Do Espaço Físico da Biblioteca	83
1.2.2. Dos Serviços Oferecidos na Biblioteca	83
1.2.3. Do Horário de Funcionamento da Biblioteca	83
1.3. Dos Espaços para Eventos	83
1.4. Das Instalações Sanitárias	83
2. Da Organização do Controle Acadêmico	84
3. Dos Setores de Apoio Pedagógico e Técnico-Administrativo	84
3.1. Da Diretoria de Ensino	85

3.1.1. Da Coordenação de Apoio ao Ensino.....	85
3.1.2. Da Coordenação de Assistência ao Educando.....	85
3.1.3. Da Coordenação de Registros Acadêmicos.....	85
3.1.4. Da Coordenação de Biblioteca.....	85
3.2. Departamento de Extensão.....	85
3.3. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação.....	86
3.4. Da Coordenação de Tecnologia da Informação.....	86
3.5. Do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.....	86
4. Das Políticas Especiais do IFRO.....	87
4.1. Das Políticas de Educação em Direitos Humanos.....	87
4.2. Das Políticas de Educação Inclusiva.....	88
4.3. Do Oferecimento de Língua Brasileira de Sinais - Libras.....	89
4.4. Da Política de Educação Ambiental.....	89
4.5. Das Condições de Acesso para Pessoas com Necessidades Especiais.....	90
4.5.1. Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Física.....	90
4.5.2. Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Visual.....	90
4.5.3. Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Auditiva.....	90
4.5.4. Da Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	91
5. Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes.....	91
6. Recursos Audiovisuais Disponíveis para o Exercício da Docência.....	91
REFERÊNCIAS UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dados Gerais do IFRO	10
Quadro 2: Reitor e Pró-reitores do IFRO	10
Quadro 3: Dados Gerais do Campus	10
Quadro 4: Diretor Geral e Diretor de Ensino	10
Quadro 5: Dados Gerais do Curso	10
Quadro 6: Dados Econômicos e Sociais de Rondônia	17
Quadro 7: Produto Interno Bruto do Município de Vilhena	17
Quadro 8: Escolas que oferecem o Ensino Médio em Vilhena	23
Quadro 9: Número de alunos em níveis e modalidades em Vilhena	24
Quadro 10: Matrículas no Ensino Médio na Microrregião de Vilhena	24
Quadro 11: IES que oferecem o CST ADS em Vilhena	25
Quadro 12: Núcleo docente estruturante do curso	68
Quadro 13: Titulação do coordenador do curso	70
Quadro 14: Experiência Profissional do Coordenador do Curso	70
Quadro 15: Carga-horária do Coordenador do Curso	70
Quadro 16: Titulação do corpo docente	70
Quadro 17: Regime de trabalho do corpo docente	71
Quadro 18: Tempo de exercício na docência e em outras atividades	72
Quadro 19: Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente	75
Quadro 20: Descrição de gabinetes para docentes	76
Quadro 21: Espaço de trabalho para a coordenação de curso e serviços acadêmicos	76
Quadro 22: Descrição da sala de professores	76
Quadro 23: Laboratórios específicos e seus objetivos	79
Quadro 24 - Quantificação e descrição dos ambientes de formação	79
Quadro 25: Estrutura física do Câmpus Vilhena	81
Quadro 26: Recursos audiovisuais	91

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Pessoas que frequentavam creche ou escola, por nível e série que frequentavam, segundo a rede de ensino que frequentavam, o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2006	18
Figura 2: População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2006	19
Figura 3 Evolução populacional de Vilhena, Rondônia e do Brasil	20
Figura 4 Pirâmide Etária de Vilhena, Rondônia e do Brasil	20
Figura 5 Gráfico das Matrículas por nível em Vilhena	23
Figura 6 Interesse no curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas entre os entrevistados	26
Figura 7 Conhecimento em informática	26
Figura 8 Conhecimento em programação	27
Figura 9 Objetivo de cursar uma graduação	27

APRESENTAÇÃO

A presente proposta de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) leva em consideração os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) foi concebido como promotor do conhecimento e do saber técnico e tecnológico, mas também, como instância voltada para atender às necessidades educativas da sociedade.

Ressalta-se, também, que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia não se constitui apenas como uma instância reflexiva da sociedade e do mundo do trabalho, mas como um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

O **Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas**, abrigado na área das tecnologias, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas. E com base no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia pretende formar um tecnológico com competências e habilidades que o torne capaz de atuar no desenvolvimento de sistemas, analisar, projetar, documentar, especificar, testar, implantar e manter sistemas computacionais de informação. Este profissional deve trabalhar, também, com ferramentas computacionais, equipamentos de informática e metodologia de projetos na produção de sistemas. Raciocínio lógico, emprego de linguagens de programação e de metodologias de construção de projetos, preocupação com a qualidade, usabilidade, robustez, integridade e segurança de programas computacionais¹.”

Neste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia apresenta uma visão sintética do curso compreendendo os seguintes aspectos: perfil, missão, contextos histórico e geográfico, objetivos, concepções e organização pedagógica, distribuídos em três dimensões em atendimento ao Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância do Ministério da Educação.

Este Projeto Pedagógico, na sua macro e microestrutura, deverá servir-se como instrumento norteador no processo de formação do egresso em Análise e Desenvolvimento de Sistemas com foco nas necessidades da região e as aspirações da população local. O IFRO entende que todos os cursos iguais oferecidos nos seus diversos câmpus devem ter a mesma estrutura pedagógica norteadora por um PPC que reflita os aspectos macros do Estado de Rondônia sem, no entanto, desprezar as especificidades de cada microrregião.

Assim sendo, este curso será criado, implantado e executado considerando a flexibilidade necessária na sua organização para atender a diversidade e heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior (Ensino Médio), quanto aos seus interesses e expectativas em relação ao seu futuro como profissional e cidadão. O Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas apresentam este Projeto Pedagógico com a finalidade de criar um mecanismo de preparação do cidadão, não somente qualificado para o trabalho, mas, principalmente, e, acima de tudo, apto a refletir e produzir novos conhecimentos e novas tecnologias.

Por último, o presente PPC deverá servir como mecanismo de gestão administrativa e pedagógica do curso, devendo, sobremaneira, atuar na formação do aprender a ser, do aprender a fazer, do aprender a conhecer e do aprender a viver juntos.

¹ . MEC. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 2010.

I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES:

1 Dos Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Reitoria)

Quadro 1: Dados Gerais do IFRO (Reitoria)

NOME	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tec. de Rondônia	SIGLA	IFRO
CNPJ	10.817.343/0006-01		
LEI	Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008		
LOGRADOURO	Avenida Sete de Setembro	Nº	2090
BAIRRO	Nossa Senhora das Graças	CIDADE	Porto Velho
ESTADO	Rondônia	CEP	76.804-124
E-MAIL	reitoria@ifro.edu.br	FONE	(69) 3225-5045

2. Dos Dirigentes ligados a Reitoria:

Quadro 2: Reitor e Pró-reitores do IFRO

Reitor	Uberlando Tiburtino Leite
Pró-reitor de Ensino	Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos
Pró-reitor de Pesq. e Inov. e Pós-Graduação	Gilmar Alves Lima Júnior
Pró-reitor de Extensão	Maria Goreth Araújo Reis
Pró-reitor de Administração e Planejamento	Dauster Souza Pereira
Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional	Rosania Araújo Silva Cancian

3. Dos Dados da Unidade de Ensino – Câmpus

Quadro 3: Dados Gerais do Campus

CÂMPUS	Vilhena		
LOGRADOURO	BR 174	Nº	Km 5
BAIRRO		CIDADE	Vilhena
ESTADO	Rondônia	CEP	76.980-000
E-MAIL	campusvilhena@ifro.edu.br	FONE	69 21010734
C. POSTAL	-0-	CELULAR	-0-

4. Dos Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – Câmpus

Quadro 4: Diretor Geral e Diretor de Ensino

Diretor Geral	Renato Delmonico
Diretor de Ensino	Claudinei de Oliveira Pinho

5. Dos Dados Gerais do Curso a Ser Implantado

Quadro 5: Dados Gerais do Curso

Nome do Curso	Curso Superior em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Modalidade	Curso Superior em Tecnologia - CST
Endereço de Funcionamento do Curso	BR 174, Km 05, Vilhena, Rondônia, C.E.P.: 76980-000
Número de Vagas Pretendidas	40 vagas com uma entrada anual
Turno de Funcionamento do Curso	Noturno
Carga Horária Total do Curso	2.203 horas
Tempo Mínimo de Integralização	6 semestres
Tempo Máximo de Integralização	12 semestres
Regime de Matrícula	Anual, por disciplina

II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1 Breve Histórico do IFRO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma Instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena, e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo mecanismos para educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Rondônia:

- ✓ 1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei 8.670, de 30/6/1993. Apenas a Escola Agrotécnica Federal de Colorado foi implantada.
- ✓ 2007: Criação da Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei 11.534, de 25/10/2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;
- ✓ 2008: Autorização de funcionamento da Unidade de Ji-Paraná, por meio da Portaria 707, de 9/6/2008, e criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio da Lei 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única Instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- ✓ 2009: Início das aulas e dos processos de expansão do IFRO;
- ✓ 2010: Implantação do Câmpus Porto Velho e início de suas atividades. O Câmpus passou a denominar-se Porto Velho Calama em 2011.
- ✓ 2011: Implantação de Polos de Educação à Distância e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;
- ✓ 2012: Implantação do Câmpus Porto Velho Zona Norte, temático, para gestão da EaD;
- ✓ 2013: Início das construções do Câmpus Guajará-Mirim e processo de implantação de mais dois câmpus avançados;
- ✓ 2013: Instalação de 12 polos EaD;
- ✓ 2014: Expansão de 12 polos EaD, passando para 24 unidades.

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus câmpus e de sua rede. Para o ano de 2014 a configuração é esta: uma Reitoria; sete Câmpus implantados (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Colorado do Oeste); e um câmpus em implantação (Guajará-Mirim).

1.2 Breve Histórico do Campus

O Instituto Federal em Vilhena está localizado a cerca de cinco quilômetros do centro da cidade, demonstrando uma característica de campus mais urbano e voltado para a oferta de cursos industriais ou de docência em áreas técnicas.

O Campus Vilhena entrou em funcionamento no segundo semestre de 2010, oferecendo os Cursos Técnicos Subsequentes em Edificações, Eletromecânica e Informática. A partir de 2011, os mesmos cursos também foram ofertados de forma integrada ao Ensino Médio.

O Processo Seletivo para ingresso é realizado anualmente, as inscrições para a seleção são publicadas em edital, do qual constam os cursos com as respectivas vagas, prazos e documentação exigida para a inscrição, instrumentos, critérios de seleção e demais informações úteis. O processo seletivo é centrado em conteúdo do Ensino Fundamental para aqueles que desejam ingressar nos cursos Técnicos Integrados, e no conteúdo do Ensino Médio para os que desejam ingressar nos cursos Subsequentes ou Superiores.

O Câmpus participa de uma série de mudanças neste movimento de transformação social dos Institutos Federais, pela força, pelas necessidades e pela velocidade com que o IFRO se colocou no Estado. Desde a sua criação, vem exercendo importante papel na articulação de agentes públicos e privados da região, no sentido de buscar o desenvolvimento socioeconômico regional, de forma parceira, cooperativa e sustentável.

Atualmente são atendidos mais de 1005 estudantes da Educação Profissional de Nível Médio à Pós-Graduação, nas modalidades presencial e a distância. Foram formados já 285 técnicos e 5 especialistas.

1.3 Missão, Visão e Valores do IFRO

1.3.1 Missão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, tem como Missão, promover educação científica e tecnológica de excelência no Estado de Rondônia voltada à formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade.

1.3.2 Visão

Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

1.3.3 Valores

Nas suas atividades, o IFRO valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito à diversidade, à transparência, à excelência e à determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão e atos consonantes com os preceitos da ética pessoal e profissional, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com os ideais de sustentabilidade social e ambiental.

1.4 Dados Socioeconômicos da Região

O município de Vilhena é conhecido como Portal da Amazônia por estar situado no local de entrada para a região Amazônica Ocidental e também é conhecida como Cidade Clima da Amazônia por ter uma temperatura menor, comparada a outras cidades da Região Norte. Nos tempos de sua colonização também recebeu a alcunha de Eldorado Amazônico. O termo fazia referência à cidade de Eldorado que, segundo a lenda de índios, seria feita de ouro maciço.

O nome "Vilhena" foi denominado por Cândido Rondon em homenagem ao engenheiro maranhense chefe da Organização Telegráfica Pública Álvaro Coutinho de Melo Vilhena. Este, em 1908, foi nomeado pelo Presidente da República Diretor Geral dos Telégrafos.

O município de Vilhena foi criado no dia 11 de outubro de 1977, quando o então Presidente da República Ernesto Geisel sancionou a Lei nº 6.448 que desmembrava Vilhena do município de Porto Velho. Porém, foi em 22 de novembro do mesmo ano que o governador Humberto da Silva Guedes oficializou a criação do município. Vilhena tem como limite territorial, ao Norte, o Estado do Mato Grosso; ao Sul, a cidade de Colorado do Oeste; a Leste, o Estado do Mato Grosso; a Oeste, as cidades de Pimenta Bueno, Chupinguaia e Espigão D'Oeste.

Vilhena foi fundada pela Comissão Rondon, em 1909, quando da sua terceira expedição rumo à localidade de Santo Antônio do Rio Madeira, na época da construção da linha telegráfica Mato Grosso/Amazonas. Antes disso, bandeirantes e aventureiros já haviam passado pelo Planalto dos Parecis, sem fixar moradia.

O marco da fundação da cidade foi a instalação da estação telegráfica Vilhena, nome dado por Rondon em homenagem a Álvaro Coutinho de Melo Vilhena, um maranhense que em 1890 foi nomeado engenheiro chefe da organização da carta telegráfica pública. Os 43 membros do grupo expedicionário chefiado por Rondon foram os primeiros "moradores" do então embrião do que hoje é a cidade. Rondon permaneceu por pouco tempo no local, deixando no meio da floresta o marco inicial de Vilhena.

A estação telegráfica, primeira edificação vilhenense, não passava de um barraco coberto com palha de coqueiro e foi colocada em funcionamento em 12 de outubro de 1910. A partir desta data, Vilhena passou a ser habitada por pelo menos um operador telegráfico. Em 1943, um desses operadores o índio Parecis, Marciano Zanoecê, veio trabalhar como operador e zelador da estação. Foi a partir de sua chegada que a população local começou a aumentar. Marciano trouxe consigo sua esposa Maria Augusta com quem teve oito filhos.

A chegada desses índios aculturados significou o surgimento do povoado de Vilhena que na época se resumia a estação telegráfica. A partir de então começaram a chegar os seringueiros que usavam o povoado para acampar. Afora isso, algumas palhoças indígenas e as roças dos índios Nambiquaras completavam o cenário do pequeno povoado.

Durante 50 anos, foi o posto telegráfico de Vilhena a única referência da presença do homem civilizado na região. Até que em 1960 o presidente Juscelino Kubitschek decidiu construir a BR-329 (Atual 364), que ligaria Brasília ao Acre. Um dos pontos de referência para a estrada era justamente o picadão aberto por Rondon para a instalação da linha telegráfica. Em Março daquele ano a empresa Camargo Corrêa se instalou nas proximidades do rio Piracolino para o início das obras, o que atraiu alguns moradores para a localidade.

No dia 24 de setembro do mesmo ano, JK acompanhado pela primeira-dama Sara Kubitschek, além do senador Filinto Muller e de várias autoridades, desembarcou na primeira pista de pouso asfaltada do então Território de Rondônia para inaugurar a rodovia. O presidente foi recebido pelo governador Paulo Nunes Leal e num ato simbólico derrubou a última árvore, liberando o tráfego pela estrada.

Com a abertura da estrada Vilhena começou a receber migrantes. Em 10 de setembro de 1962, nasce Maria Regina Fontinelli, a primeira vilhenense de nascimento após o início da povoação "branca". Na época, sua mãe, Maria

Fontinelli, era a única mulher branca residente em Vilhena. A partir de 1964 o governo federal incentivou a colonização distribuindo terras da União aos colonos dispostos a se fixarem na região. Este fato atraiu migrantes de todas as regiões do país, principalmente do sul, transformando Vilhena no portal da Amazônia Ocidental, começando um surto de povoamento nunca antes experimentado. A migração foi intensa até o início dos anos 80.

Em 01/04/1969 pelo decreto nº 565, Vilhena foi elevada à categoria de distrito de Porto Velho, ficando criado o Cartório de Registro Civil e o Juizado de Paz, ocasião que Vilhena possuía cerca de 160 casas. Sua emancipação político-administrativa foi efetivada em 11 de outubro de 1977, quando o Presidente da República Ernesto Geisel sancionou a lei nº 6.448 criando o município de Vilhena, desmembrado dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim.

A extração de látex foi a primeira fonte de economia de Vilhena. Nas décadas de 40 e 50 migrantes de vários Estados brasileiros estiveram na região para trabalhar nos seringais do Vale do Guaporé e do Planalto dos Parecis, próximo onde é hoje o município de Juína (MT). A cultura foi dizimada por questões econômicas, pelo avanço demográfico e consequente desmatamento. Os maiores seringais da região acabaram virando pasto.

Por consequência da abertura da BR 329 (Atual 364) em 1960, e paralelamente às atividades rurais como extração de madeira, criação de gado e pequenas lavouras de arroz e soja, surgiram os primeiros estabelecimentos comerciais. A posição estratégica de porta de entrada para o Estado fez da cidade um núcleo de apoio rodoviário para os migrantes que adentravam em Rondônia.

Até o final dos anos 80 a economia local era basicamente movimentada pela indústria madeireira que representava cerca de 47% do PIB local. Contrapondo-se ao declínio da atividade, provocado em parte pelo rigor das leis ambientais, a produção agropecuária foi ampliada, contribuindo para a instalação de indústrias de grande porte no município, como frigorífico Friboi, que pertence ao 5º maior grupo frigorífico do mundo, e a fábrica de óleo de soja Portal, que absorve parte da produção local de soja, que em 2003 foi de 1,045 milhão de sacas. Neste mesmo ano a área plantada aumentou em 30% atingindo 29 mil hectares.

Vilhena ainda hoje mantém sua posição de principal cidade do cone sul de Rondônia e noroeste do Mato Grosso. Sua posição estratégica a consolida como cidade polo na prestação de serviços e nas áreas de saúde e educação, contando com quatro faculdades particulares e uma universidade pública, vários hospitais e centros especializados de medicina, como o Hospital do Rim, Hemocentro Regional e Hospital Regional. O comércio forte e diversificado, a indústria que está em plena fase de expansão e o potencial turístico evidenciado pelo melhor aeroporto do interior do Estado, pela excelente infraestrutura hoteleira e principalmente pelas belezas naturais da região, também contribuem para que a cidade Portal da Amazônia se torne uma das mais promissoras do norte do país.

Consolidando todo o potencial econômico de Vilhena, a Aviagro (Associação Vilhenense dos Agropecuaristas), realiza anualmente a Expovil, uma feira-exposição, que representa o que há de melhor nas áreas de comércio, indústria, agricultura e pecuária. O evento se consolidou como o melhor de todo o Estado, em volume de negócios.

As principais atividades econômicas são a agricultura, pecuária, comércio e prestação de serviços. Oito agências bancárias funcionam na cidade.

Setor primário:

Agricultura

As plantações de soja invadiram o cerrado vilhenense. Possui vastos campos de produção, principalmente na área agrícola, e também grandes canteiros de horticultura e produtos de viveiro, cultivo de hortaliças, legumes e especiarias hortícolas. Embora muitas famílias e pessoas tenham deixado a zona rural, a agricultura ainda é um ponto fundamental no município.

A produção agrícola é bem diversificada, com plantações de milho, feijão, soja, arroz, trigo, dentre outros. Dentre estes produtos, destacam-se o arroz, o milho e a soja, que são comercializados pelos grandes e médios produtores locais, diretamente com as empresas do Centro-Sul do país. O município, atualmente é o maior produtor de soja e milho de Rondônia, com uma produção de 121.600 e 41.600 toneladas, respectivamente, e é também o segundo maior produtor de arroz do estado, com 23.100 toneladas, superado apenas por Cabixi.

A central de armazenamento da Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazenamento), conta com dois depósitos, sendo um com capacidade de 4 mil toneladas e outro com 10 mil toneladas.

Os órgãos ligados à agricultura na cidade são a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas) e a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) que dão auxílio aos agricultores.

Dentre os órgãos financiadores da produção agropecuária, o principal é o Banco da Amazônia, administrador do FNO - Fundo Constitucional do Norte - com juros subsidiado pelo Governo Federal. O Banco da Amazônia é responsável por mais de 90% dos financiamentos realizados no setor Agropecuário Vilhenense

Pecuária

Predominam no setor primário grandes e médios proprietários, que priorizam a criação de gado bovino de corte. Em 2005, o rebanho bovino teve uma contagem de 116.426 cabeças. No entanto, esse rebanho já chegou a ser de aproximadamente 900 mil em 1991, porém, as pastagens aos poucos foram substituídas por plantações, principalmente para o cultivo da soja, fazendo com que a criação bovina deixe de ser a principal fonte de economia agropecuária. Na última vacinação contra aftosa no rebanho bovino da cidade, foram registrados mais de 90 mil cabeças de gado pela Agência de Defesa Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (Idaron).

Setor secundário:

Indústrias

Devido a escassez da madeira, o município procurou outras alternativas para conter o desemprego e uma delas foram as hidrelétricas, porém, mesmo com a baixa quantidade de madeira no mercado, a atividade ainda é significativa no setor industrial.

As indústrias de madeira se desenvolveram tanto no setor de exploração como no de construção, e acabaram atraindo indústrias de móveis, que tem interesse pela madeira extraída, como o mogno e cerejeira.

Recentemente, indústrias e fábricas, como o frigorífico Friboi e a fábrica de colchões Portal também foram responsáveis pela absorção da mão de obra excedente.

-Incentivos tributários

Há incentivos para empresas que estão interessadas na implantação, ampliação, modernização ou então realocação de suas unidades produtivas, como algumas vantagens nos seguintes tributos:

ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

Taxas de Alvará de Localização e Funcionamento;

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano;

Taxa de Contribuição de Melhorias;

Outros impostos ou taxas que eventualmente venham a ser criados.

O prazo de vigência dos referidos incentivos será de 10 anos, podendo ser renovados por mais 10 anos, desde que seja requerido pelo beneficiário e aprovado pelo conselho.

- Apoio técnico

Prestação de apoio técnico na elaboração de estudos e projetos de caráter geral bem como a participação preferencial nas linhas de financiamento e na execução de obras e serviços e demais benefícios prioritários pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento.

- Concessão de áreas

Concessão de áreas com infraestrutura que inclui a disponibilidade de energia elétrica, água, rede telefônica, abertura de ruas, serviços de topografia, demarcação e obras e serviços complementares, às indústrias interessadas em se instalarem na cidade.

Setor terciário:

A cidade foi contemplada pela Embratur, por quatro anos consecutivos com o Selo de Potencialidade Turística. Suas belezas naturais e pelo fato de possuir uma infraestrutura para recepção de turistas (hotéis, restaurantes, aeroporto, rodoviária e comércio) a cidade recebe muitos turistas do Brasil e de outras partes do mundo. Contudo, tal potencialidade não é aproveitada ao máximo. Diversos locais da cidade que poderiam atrair turistas estão abandonados ou nas mãos de particulares.

Transporte:

Aeroporto

O Aeroporto Brigadeiro Camarão (BVH/SBVH) é administrado pela Prefeitura Municipal de Vilhena. Os serviços de navegação aérea são prestados pela Infraero com cerca de vinte profissionais que atuam como Operadores de Estações Aeronáutica, Técnicos em Informações Aeronáuticas, Profissionais de Meteorologia, Profissionais de Serviços Aeroportuários e Profissionais de Engenharia e Manutenção. Possui uma pista de dimensões que atenderiam até voos internacionais, com 2.600 metros de comprimento por 30 metros de largura (cabeceiras 03 e 21), possui equipamentos eletrônicos e luminosos de auxílio à navegação em pleno funcionamento tais como: VOR, DME, NDB, balizamento de pista, estação de comunicação VHF Freq. 125,90 MHz, Estação Meteorológica de Superfície Automática, Estação Meteorológica de Altitude. Pela sua localização geográfica, Vilhena é considerada um ponto estratégico para a aviação. Atendida por voos diários civis e militares, a cidade possui um dos poucos aeroportos do Estado, com capacidade para receber aeronaves de grande porte. Vilhena já foi servida pela VASP que inaugurou em 25 de maio de 1988 a rota Guarulhos/Vilhena, numa escala do voo para Belém, via Campo Grande e Cuiabá realizado pelo Boeing 737-200, rota essa extinguida mais tarde em um processo de reestruturação aérea da VASP. Logo Depois veio TAM e diversas outras companhias de menor porte. Hoje, o transporte aéreo do município é realizado pela empresa AZUL. O aeroporto Também possui um DTCEA-VH (Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Vilhena) do comando da Aeronáutica, Cindacta IV, subordinado ao Ministério da Defesa.

Rodovias

O município tem como acesso as rodovias BR-174, pavimentada apenas no perímetro urbano, e a BR-364, que corta o estado sentido Sul-Norte, ligando Mato Grosso à capital Porto Velho.

As principais empresas de transportes rodoviários intermunicipais e interestaduais que ligam a cidade a outras regiões do país são: Eucatur e Andorinha.

Saúde:

As condições físicas e sanitárias da rede de saúde são regulares, sendo comum o atendimento de doentes vindos de outros locais do cone sul do estado e cidades próximas do estado do Mato Grosso.

A situação da saúde do município é delicada, devido ao grande número de atendimentos realizados pela rede física, mantida exclusivamente pela prefeitura de Vilhena.

A rede de saúde pública é formada pelo Hospital Regional Adamastor Teixeira de Oliveira (Serviço U.T.I.) (fundação SESP), Centro de Atendimento Emergencial Neonatal, vários postos e centros de saúde, dentre outros.

No entanto, a modernização do atendimento e a ampliação da rede física na área de saúde, têm sido o principal motivo para a procura da população de outros municípios, causando grandes problemas devido ao excesso de pacientes, pois o sistema de saúde público não consegue dar conta da demanda.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Vilhena, possui limite de atuação circunscrito ao Município de Vilhena, Estado de Rondônia.

Quadro 6: Dados Econômicos e Sociais de Rondônia

População	1.748.531
Produto Interno Bruto (PIB)	R\$ 7,5 bilhões (2010)
Renda Per Capita	R\$ 17.636 (2010)
Principais Atividades Econômicas	serviços, indústria, turismo e agropecuária
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,736 - alto (PNUD - 2010)
Coeficiente de Gini	0,47
Esperança de vida ao nascer	74,1 anos (2010)
Mortalidade infantil (antes de completar um ano)	15,5/por 1.000 nascidos vivos

Fonte: IBGE/2012

Conforme se constata pelos dados publicados pelos governos estaduais e federais, o Estado de Rondônia, desde a sua criação, está em franco desenvolvimento. Isso é, sobremaneira, um reflexo do que acontece em seus municípios e, inclusive na capital. A seguir, pode-se ver um quadro que demonstra o crescimento econômico do município.

Quadro 7: Produto Interno Bruno do Município de Vilhena

Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	238.268 mil reais
PIB a preços correntes	1.879.427 mil reais
PIB per capita a preços correntes	23.606,15 reais
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	380.117 mil reais
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	312.673 mil reais
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	948.369 mil reais

Fonte: IBGE/2012

Além de sua vocação para o agronegócio, para a indústria, para o comércio e para o turismo, o Município tem demonstrado ser um fértil seio de desenvolvimento tecnológico.

Com o crescimento dos negócios em todas as áreas, a região requer e anseia por profissionais que sejam capazes de modernizar os sistemas de controle da informação nas indústrias, no comércio, na cidade, no campo e em todos os setores envolvidos direta e indiretamente com o desenvolvimento do Estado e do Município, quer sejam públicos, quer sejam privados.

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

1.1. DO CONTEXTO EDUCACIONAL

1.1.1. Dos Dados e Pirâmide Populacional

No Brasil, os dados educacionais por grupo de idade demonstram uma população estudantil na faixa etária de 15 a 24 anos de 34.710.000, sendo 8.337.000 alunos no ensino médio e 3.134.000 alunos no ensino superior, conforme demonstrado nos Tabelas a seguir.

Figura 1: Pessoas que frequentavam creche ou escola, por nível e série que frequentavam, segundo a rede de ensino que frequentavam, o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2006

Rede de ensino que freqüentavam, sexo e grupos de idade	Pessoas que freqüentavam creche ou escola (1 000 pessoas)								
	Total (1)	Nível que freqüentavam						Médio (4)	Superior (5)
		Educação Infantil		Fundamental					
		Creche	Pré-escolar	Total (2)	Série que freqüentavam				
1ª a 4ª	5ª a 8ª				Sem declaração (3)				
Total	58 330	1 742	6 593	34 237	17 510	15 650	292	9 884	5 874
Rede de ensino									
Pública	45 773	1 006	4 843	30 356	15 370	13 946	274	8 129	1 439
Particular	12 553	736	1 748	3 882	2 140	1 704	18	1 754	4 434
Sem declaração	4	-	2	0	0	-	-	1	1
Sexo e grupos de idade									
0 a 3 anos	1 742	1 742	-	-	-	-	-	-	-
4 anos	1 683	-	1 683	-	-	-	-	-	-
5 e 6 anos	5 457	-	4 403	1 054	1 054	-	-	-	-
7 anos	3 323	-	396	2 927	2 926	-	-	-	-
8 e 9 anos	6 782	-	92	6 690	6 652	38	-	-	-
10 e 11 anos	7 051	-	19	7 032	4 479	2 551	-	-	-
12 anos	3 545	-	-	3 545	788	2 757	-	-	-
13 e 14 anos	6 625	-	-	6 386	718	5 655	9	239	-
15 anos	3 097	-	-	1 809	186	1 608	13	1 288	-
16 e 17 anos	5 468	-	-	1 739	208	1 480	38	3 685	43
18 e 19 anos	3 295	-	-	621	85	497	25	1 947	727
20 a 24 anos	4 409	-	-	628	101	438	38	1 417	2 364
25 a 29 anos	2 051	-	-	373	73	198	43	520	1 158
30 anos ou mais	3 803	-	-	1 434	240	428	125	788	1 582
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Homens	28 734	936	3 369	17 430	9 206	7 790	139	4 484	2 516
0 a 3 anos	936	936	-	-	-	-	-	-	-
4 anos	860	-	860	-	-	-	-	-	-
5 e 6 anos	2 749	-	2 237	513	513	-	-	-	-
7 anos	1 684	-	212	1 472	1 471	-	-	-	-
8 e 9 anos	3 486	-	51	3 436	3 420	15	-	-	-
10 e 11 anos	3 608	-	9	3 599	2 407	1 192	-	-	-
12 anos	1 816	-	-	1 816	475	1 341	-	-	-
13 e 14 anos	3 327	-	-	3 234	451	2 775	5	93	-
15 anos	1 525	-	-	985	117	858	9	540	-
16 e 17 anos	2 742	-	-	1 036	129	873	25	1 687	18
18 e 19 anos	1 634	-	-	386	56	301	18	964	283
20 a 24 anos	2 065	-	-	317	50	223	19	715	1 033
25 a 29 anos	891	-	-	150	34	74	15	215	526
30 anos ou mais	1 411	-	-	487	82	138	48	270	655
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	29 597	806	3 224	16 808	8 304	7 860	153	5 400	3 358
0 a 3 anos	806	806	-	-	-	-	-	-	-
4 anos	823	-	823	-	-	-	-	-	-
5 e 6 anos	2 708	-	2 167	542	542	-	-	-	-
7 anos	1 639	-	184	1 455	1 455	-	-	-	-
8 e 9 anos	3 296	-	41	3 255	3 231	23	-	-	-
10 e 11 anos	3 443	-	10	3 432	2 072	1 360	-	-	-
12 anos	1 730	-	-	1 730	313	1 416	-	-	-
13 e 14 anos	3 298	-	-	3 153	267	2 880	4	145	-
15 anos	1 572	-	-	824	69	750	4	748	-
16 e 17 anos	2 726	-	-	703	79	607	13	1 998	25
18 e 19 anos	1 662	-	-	234	28	195	7	983	444
20 a 24 anos	2 344	-	-	311	51	214	19	702	1 331
25 a 29 anos	1 160	-	-	223	39	124	28	306	631
30 anos ou mais	2 392	-	-	947	158	291	77	518	927
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

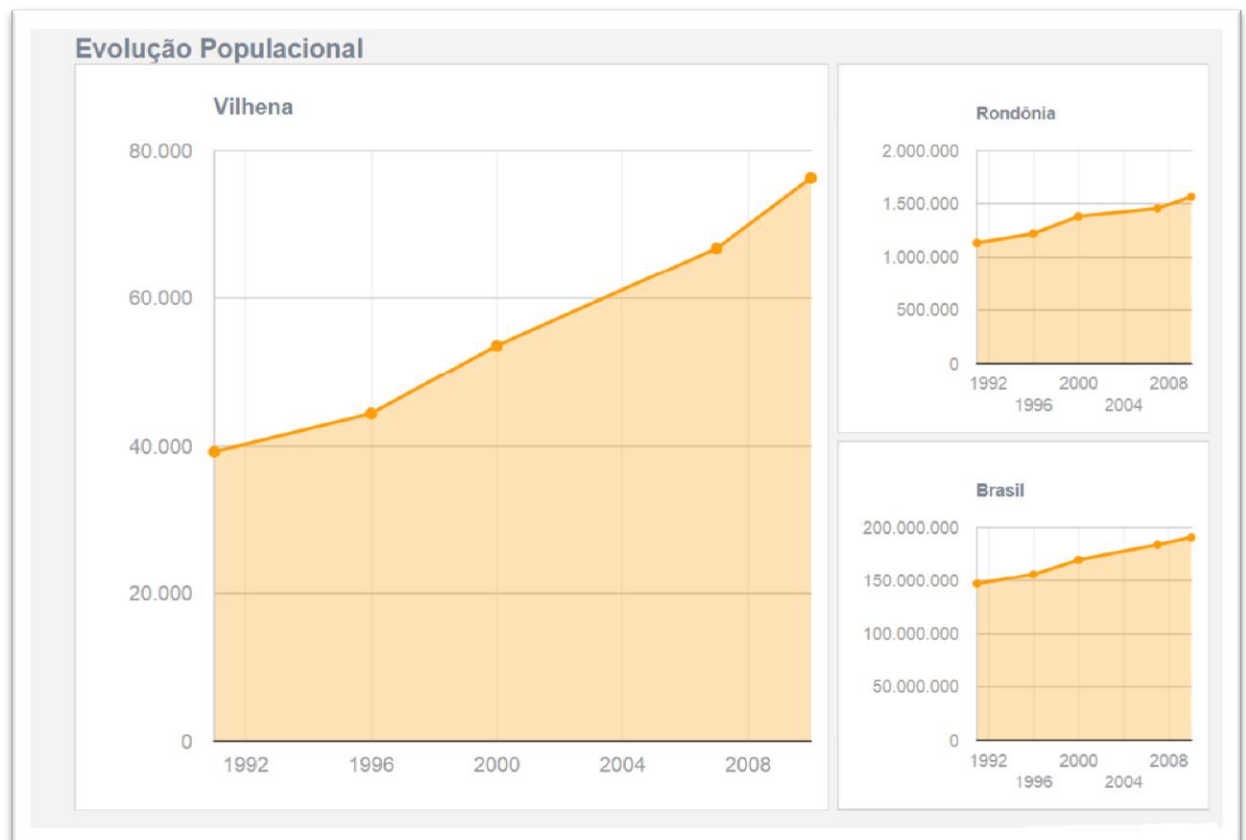
(1) Inclusive as pessoas que não declararam o curso freqüentado. (2) Inclusive os estudantes de curso de alfabetização de adultos. (3) Inclusive os estudantes que freqüentavam o supletivo não-seriado. (4) Inclusive os estudantes de pré-vestibular. (5) Inclusive os estudantes de curso de mestrado ou doutorado.

Figura 2: População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2006

Grupos de idade	População residente (1 000 pessoas)								
	Total	Homens	Mulheres	Urbana			Rural		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	187 228	91 196	96 031	155 934	74 874	81 060	31 294	16 322	14 972
0 a 4 anos	14 210	7 335	6 875	11 384	5 884	5 500	2 826	1 451	1 375
Menos de 1 ano	2 767	1 431	1 336	2 245	1 167	1 077	523	263	259
1 a 4 anos	11 443	5 904	5 539	9 139	4 716	4 423	2 304	1 188	1 116
5 a 9 anos	16 734	8 535	8 199	13 459	6 838	6 621	3 275	1 697	1 578
10 a 14 anos	17 702	9 017	8 685	14 163	7 216	6 946	3 540	1 801	1 739
15 a 19 anos	17 435	8 739	8 695	14 275	7 072	7 204	3 159	1 668	1 492
15 a 17 anos	10 425	5 231	5 194	8 435	4 178	4 257	1 989	1 052	937
18 e 19 anos	7 010	3 509	3 501	5 840	2 893	2 947	1 170	615	555
20 a 24 anos	17 275	8 550	8 725	14 650	7 148	7 502	2 625	1 402	1 223
25 a 29 anos	15 821	7 730	8 091	13 531	6 539	6 992	2 290	1 191	1 099
30 a 34 anos	14 091	6 779	7 312	11 973	5 664	6 308	2 118	1 114	1 004
35 a 39 anos	13 488	6 452	7 035	11 450	5 381	6 070	2 037	1 072	966
40 a 44 anos	13 069	6 265	6 804	11 174	5 272	5 902	1 895	993	902
45 a 49 anos	10 933	5 115	5 818	9 339	4 285	5 055	1 594	830	763
50 a 54 anos	9 787	4 676	5 111	8 360	3 947	4 413	1 427	730	698
55 a 59 anos	7 605	3 597	4 008	6 347	2 928	3 419	1 258	669	589
60 a 64 anos	5 824	2 674	3 151	4 810	2 135	2 675	1 014	539	475
65 a 69 anos	4 721	2 143	2 578	3 899	1 704	2 195	822	439	383
70 anos ou mais	8 532	3 589	4 943	7 119	2 862	4 257	1 413	727	686
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-	-	-	-

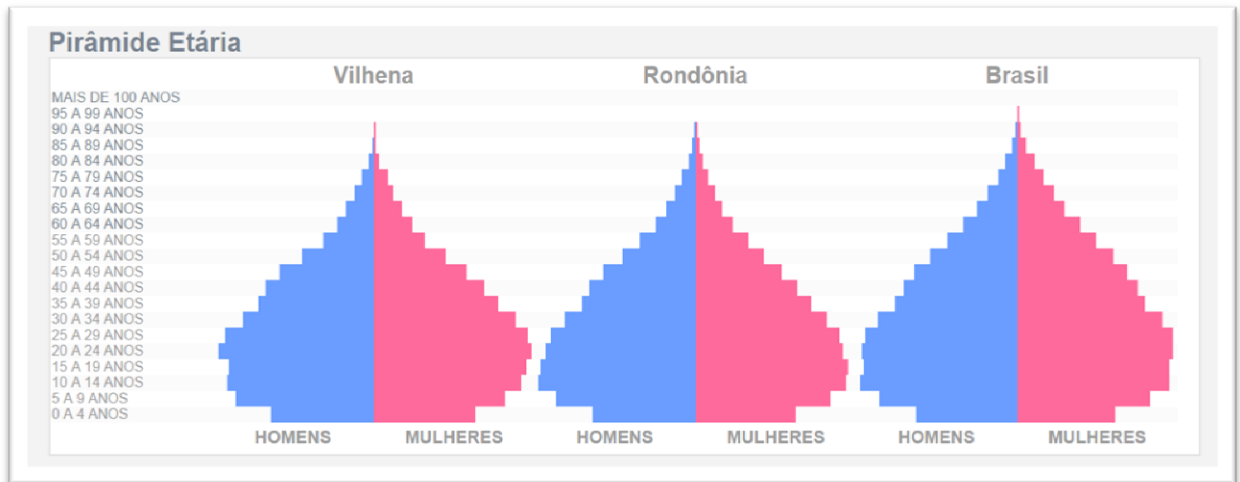
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Figura 3 Evolução populacional de Vilhena, Rondônia e do Brasil



Fonte: disponíveis pelo IBGE, Censo de 2010.

Figura 4 Pirâmide Etária de Vilhena, Rondônia e do Brasil



Fonte: disponíveis pelo IBGE, Censo de 2010.

Por meio da pirâmide populacional do Município de Vilhena, observa-se um processo de crescimento da população acima dos índices estaduais e nacionais, provavelmente devido à migração de outras regiões do estado e do país. Com isso, a população municipal mantém uma estrutura jovem, com uma pirâmide populacional de ápice estreito.

Tendo em vista os dados demonstrados acima, o Instituto Federal de Rondônia – IFRO – Campus Vilhena, ao pleitear a autorização de cursos superiores de tecnologia, vem ao encontro das necessidades da educação superior na região, bem como, do município de Vilhena, além de contribuir com o Plano Nacional de Educação do Governo Federal.

Em atendimento às metas estabelecidas para educação superior previstas no PNE, o Instituto Federal de Rondônia pretende colaborar com o Governo Federal no cumprimento dos seguintes pontos:

- Promover a oferta de educação superior para faixa etária a partir de 18 anos.
- Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País.
- Fortalecer o sistema de avaliação, já institucionalizado, para que promova a melhoria da qualidade do ensino, da iniciação científica, da extensão e da gestão acadêmica.
- Ampliar a utilização do sistema próprio de avaliação institucional e de cursos, articulado com o sistema federal, capaz de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, de extensão e iniciação científica.
- Ofertar ensino de qualidade que atendam clientelas com demandas específicas de formação: tecnológica, profissional liberal, em novas profissões, para exercício de formação geral.
- Seguir os critérios estabelecidos nas diretrizes curriculares assegurando a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientelas e às peculiaridades da região.
- Incentivar a criação de cursos com propostas inovadoras, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino.
- Melhorar progressivamente a infraestrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas, como condição para o recredenciamento da IES e renovação do reconhecimento de cursos.
- Estimular a consolidação e o desenvolvimento da pós-graduação e da iniciação científica.
- Promover o aumento anual do número de pós-graduados no mercado de trabalho.

- Incentivar a prática da iniciação científica como elemento integrante e modernizador dos processos de ensino-aprendizagem, inclusive com a participação de alunos no desenvolvimento científico.
- Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino.
- Implantar o plano de capacitação do pessoal técnico-administrativo, onde deverá estar definido a forma de utilização dos recursos previstos para esta finalidade.
- Garantir a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada, na perspectiva de integrar o necessário esforço de resgate da dívida social e educacional.
- Garantir a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada.
- Estimular, com recursos próprios e de parcerias, a constituição de programas especiais de titulação e capacitação de docentes.
- Garantir a participação dos alunos nas avaliações do ENADE e, com base nos resultados, promover a melhoria contínua dos cursos e da instituição.
- Identificar, por meio de instrumentos próprios, na educação básica, estudantes com altas habilidades intelectuais, nos estratos de renda mais baixa, com vistas a oferecer bolsas de estudo e apoio ao prosseguimento dos estudos.
- Estimular a adoção, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.

1.1.2. População do Ensino Médio Regional

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº. 10.172/2001, sendo evidenciada na região de inserção do IFRO.

Segundo a pesquisa de demanda executada no fim de 2010 com alunos dos cursos de ensino médio do cone sul e das empresas de tecnologia da informação em Vilhena, definiu-se o perfil de profissional da área de TI que atenderia às expectativas de ambas as partes – futuros profissionais e demanda.

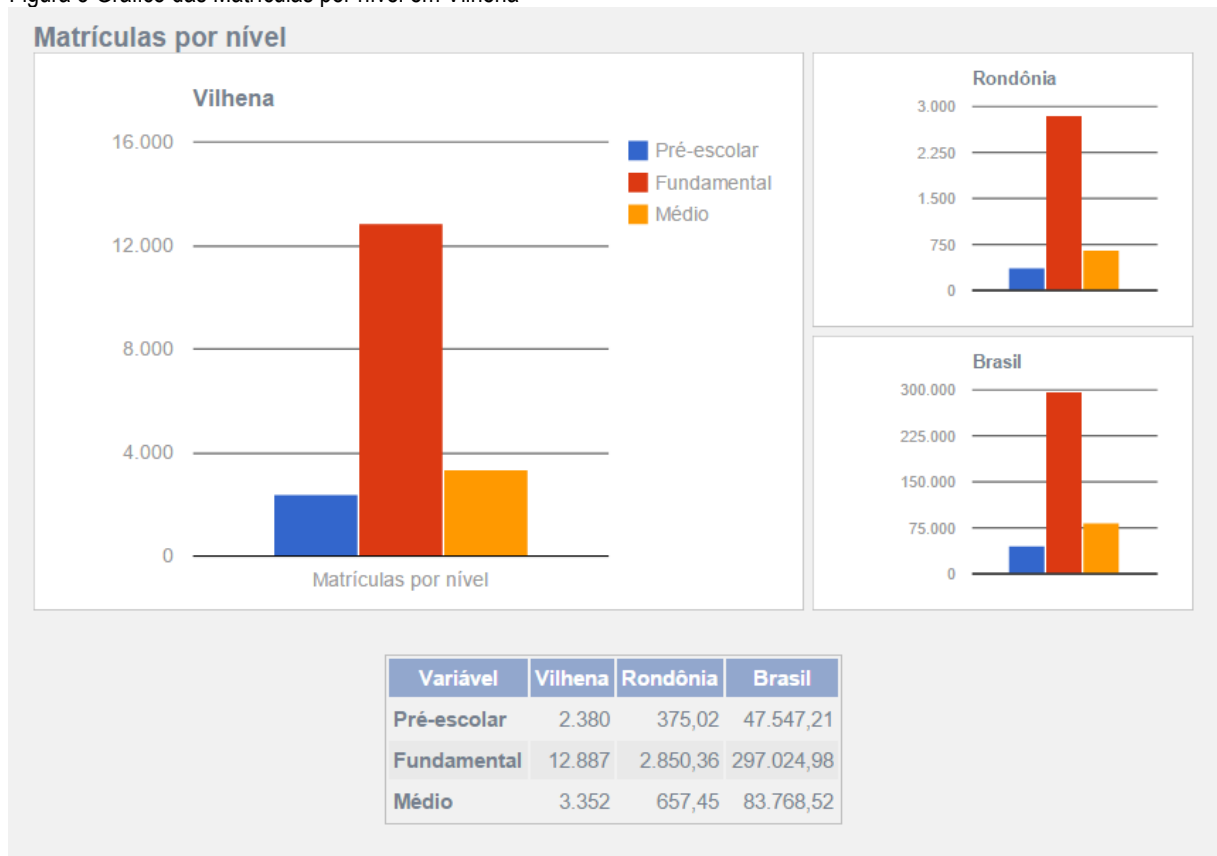
Atualmente, vivemos em uma era caracterizada pela sofisticação do emprego oriunda da globalização, que permite rapidez no acesso a novas tecnologias; trabalho cada vez mais intelectual do que braçal e reestruturação do emprego com aparente deslocamento das vagas para o setor de serviços. A partir deste cenário foi concebido um curso para a formação, em nível superior, do profissional Tecnólogo em Análise e desenvolvimento de Sistemas, por meio de um projeto pedagógico que assegura aos alunos competências técnicas, levando-se em consideração os pressupostos da ciência e da ética. Ao concluírem seu curso, os alunos terão condições para competir e participar efetivamente do processo de desenvolvimento da sociedade e do progresso da região, e realizar-se tanto no campo profissional quanto no exercício consciente da cidadania.

A identificação das necessidades de informação apresenta-se como uma preocupação permanente das áreas/instituições envolvidas com a oferta de produtos/serviços de informação. Hoje toda empresa, independentemente de seu porte, não importando a área de atuação, necessita de sistemas para controlar e automatizar o fluxo de informação

entre os seus setores internos, prestadores de serviços, fornecedores e apoio à decisão. Sendo assim, o curso contribuirá com esta demanda de profissionais que atuam na análise e desenvolvimento de sistemas, além deste ser o primeiro curso superior gratuito na área de Informática e Computação no cone sul de Rondônia e norte do Mato Grosso, possibilitando uma oportunidade de inclusão social e profissional à sua população de menor renda.

O município de Vilhena, através da secretaria de educação tem investido de forma acentuada na educação, como a criação de escolas, reformas, ampliações, contratações e investimentos na capacitação dos profissionais de educação para melhorar a qualidade de ensino.

Figura 5 Gráfico das Matrículas por nível em Vilhena



Em Vilhena, de acordo com os dados finais do Censo Escolar 2012 (INEP), há 12 escolas de ensino médio e/ou educação profissional. Vide quadro abaixo:

Quadro 8: Escolas que oferecem o Ensino Médio em Vilhena

Tipo de Escola (Ensino Médio)	Número de Escolas
Escolas Públicas Estaduais	07
Escolas Públicas Federais	01
Escolas Privadas	04
TOTAL	12

De acordo com os Resultados Preliminares do Censo Escolar 2014, foram registradas, no Município de Vilhena, 6.186 matrículas iniciais no ensino médio.

Quadro 9: Número de alunos em níveis e modalidades em Vilhena

Nível/Modalidade	Número de Alunos
Ensino Médio Regular e Educação Profissional	3.653
Educação de Jovens e Adultos Presencial e Semipresencial	1.454
Educação Especial	1.079
TOTAL	6.186

Na Microrregião Vilhena, os dados do Censo Escolar de 2014 revelam que foram registradas 9.789 matrículas iniciais, o que confirma a existência de demanda potencial por formação superior na localidade.

Quadro 10: Matrículas no Ensino Médio na Microrregião de Vilhena

Municípios da Microrregião de Vilhena	Nº de matrículas no ensino médio em 2014
Cabixi	245
Cerejeiras	584
Chupinguaia	480
Colorado do Oeste	1077
Comodoro/MT	799
Corumbiara	345
Pimenteiras do Oeste	73
Vilhena	6.186
TOTAL	9.789

1.1.3. Quantidade de Vagas Ofertadas na Educação Superior

A Região Norte do Brasil possui características próprias que a diferenciam das demais regiões do País, principalmente quando à demanda e implantação do Ensino Superior. Dentre suas principais particularidades estão grandes extensões territoriais pouco povoadas, o isolamento de algumas cidades com polos econômicos em expansão, as quais não estão atendidas pelos sistemas de transporte e, na maioria dos casos, a falta de profissionais para atender à demanda dos setores econômicos e de serviços que estão em pleno desenvolvimento.

De acordo com os dados divulgados pelo MEC (Cadastro e-MEC, 2012), atualmente no município de Vilhena encontram-se autorizadas 700 vagas em 14 curso na educação superior presencial e outras vagas na educação superior a distância².

A partir do próximo ano, somente o IFRO, ofertará o curso no modo presencial em Vilhena, suprimindo a demanda para este curso em atendimento às exigências sociais.

O Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas a ser ofertado pelo IFRO deverá suprir a demanda existente no mercado de trabalho por profissionais da área devidamente qualificados. Além do mais, com a implantação deste curso, abre-se a possibilidade do aluno poder decidir qual escola oferece os melhores resultados e qual delas tem o melhor quadro docente e os melhores métodos para a sua formação profissional.

No que diz respeito ao ensino superior, Vilhena possui dez instituições ofertantes de cursos superiores, além do Instituto Federal de Rondônia:

- Associação Vilhenense de Educação e Cultura (AVEC) – particular;
- Associação Cultural e Educacional de Vilhena (ACEV) – particular;
- Centro Universitário Clarentiano (CEUCLAR) – particular;
- Faculdade Educacional da LAPA (FAEL) – particular;
- Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena (FAEV/UNESC) – particular;

² . As vagas na EAD não podem ser medidas, haja vista que o montante contido no Portal E-MEC é destinado a todos os polos onde a IES oferece o mesmo curso no Brasil e não há um quantun destinado a cada polo.

- Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA) – particular;
- Instituto de Ensino Superior da Amazônia (IESA) – particular;
- Instituto Federal de Rondônia (IFRO) – pública.
- Universidade Federal de Rondônia (UNIR) – pública;
- Universidade Paulista (UNIP) – particular;
- Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) – particular

Quadro 11: IES que oferecem o CST ADS em Vilhena

INSTITUIÇÃO	SIGLA	MODALIDADE	CH	VAGAS
Associação Vilhenense de Educação e Cultura	AVEC	Presencial (Última turma)	2100	120
Centro Universitário Clarentiano	CEUCLAR	EAD	2200	200
Universidade Norte do Paraná	UNOPAR	EAD	2460	37520

1.1.4. Taxas Bruta e Líquida de Matriculados na Educação Superior

A taxa de escolarização líquida e a taxa de escolarização bruta calculadas para o município de Vilhena e Microrregião demonstram claramente as deficiências do setor de ensino superior em relação aos jovens que residem na região.

O município de Vilhena teve, no ano de 2009, uma taxa de escolarização líquida estimada de 11,28%. Na microrregião essa taxa é menor ainda, tendo sido calculada em 4,49%. Ambas estão muito distantes daquela preconizada no PNE, que estabeleceu como meta incluir 30% dos jovens entre 18 e 24 anos na graduação até 2010. O novo PNE (2011-2020, em tramitação) possui como Meta 12: “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta”.

A taxa de escolarização bruta, que mede, percentualmente, o total de matrículas no ensino superior em relação à população na faixa etária teoricamente adequada para frequentar esse nível de ensino, foi estimada, para o ano de 2009 no município de Vilhena, em 34,85 %. Na microrregião Vilhena foi de 14,4%.

Considerando, portanto, as grandes possibilidades de desenvolvimento econômico e social da área de inserção dos câmpus do IFRO, a ampliação das possibilidades de formação de tecnólogos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, por meio deste curso, torna-se uma tarefa prioritária para a região amazônica.

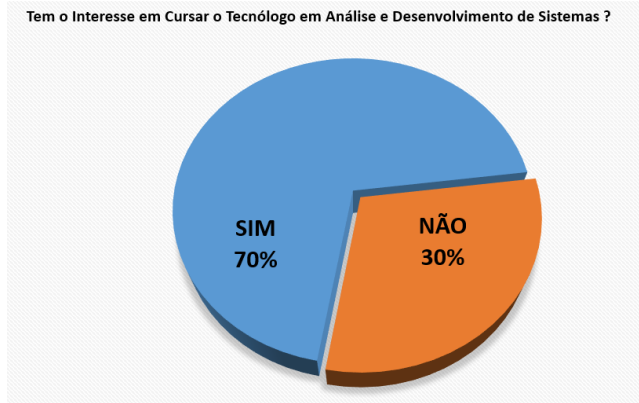
Em virtude do crescimento acelerado do Estado de Rondônia e em decorrência dos indicadores populacionais e educacionais, faz-se necessária a implantação do presente curso para atender a demanda atual e futura por um profissional que seja preparado a luz das teorias contemporâneas sem perder de vista as raízes históricas que as embasaram.

1.1.5. Demanda pelo Curso

No ano de 2014, por iniciativa da Proen e Direção-Geral, e por necessidade da sociedade Vilhenense, foi formada uma comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e conseqüentemente de sua demanda, conforme Portaria n.º 099 de 11 de agosto de 2014, e assim, deu-se início às atividades com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida na região no período de 17 a 21 de agosto de 2015. Membros da comissão, munidos de um formulário de perguntas objetivas, consultaram a

comunidade escolar que cursa seu último ano do ensino médio, tanto na modalidade regular com na modalidade de Ensino Jovens e Adultos (EJA). A pesquisa atingiu cerca de 75% dos alunos matriculados nas escolas públicas na área urbana de Vilhena. O resultado foi tabulado em gráficos em forma de pizza para uma melhor abstração dos dados coletados, conforme figuras abaixo.

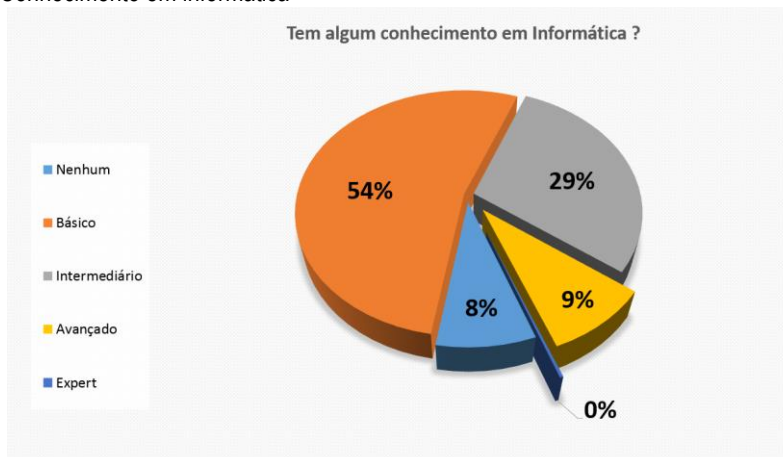
Figura 6 Interesse no curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas entre os entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor

Apesar de não ter concluído seus estudos no nível médio, a maioria possui um bom domínio de tecnologia, conforme o gráfico abaixo.

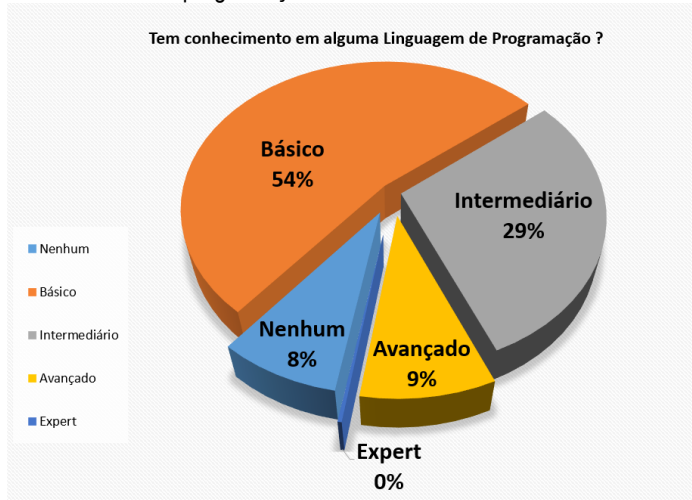
Figura 7 Conhecimento em informática



Fonte: Elaborado pelo autor

Seu conhecimento na área de programação em alguma linguagem de computação também foi tabulado, conforme gráfico abaixo.

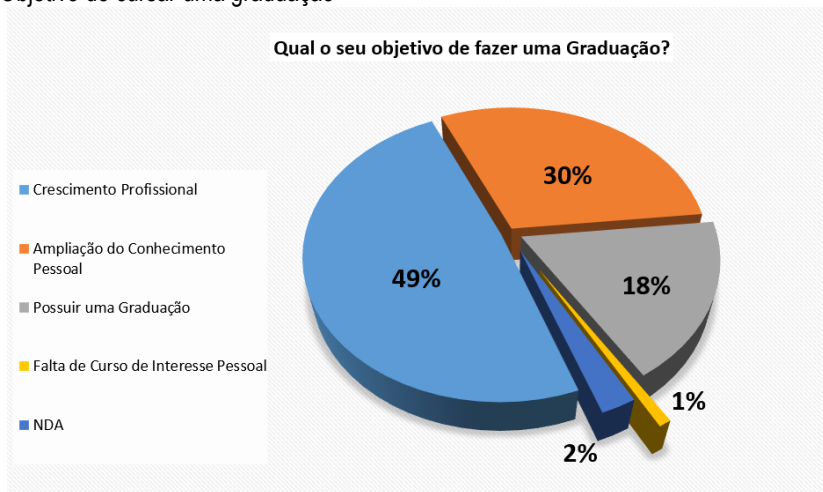
Figura 8 Conhecimento em programação



Fonte: Elaborado pelo autor

E por fim, o objetivo de cursar o nível superior também é entendido como uma melhoria na qualidade de vida, contribuindo para sua colocação no mercado de trabalho e fixando na sua cidade, Conforme gráfico abaixo.

Figura 9 Objetivo de cursar uma graduação



Fonte: Elaborado pelo autor

1.1.6. Da Justificativa do Curso

Conforme Portaria 099/2014 do Câmpus Vilhena que instituiu a comissão para criação do Projeto Pedagógico do Curso a partir do Estudo de Viabilidade, o curso justifica-se pelo fato de, em Rondônia, assim como no país como um todo, haver uma grande carência de profissionais capazes de compreender e contribuir para o desenvolvimento da computação e informática.

O Instituto Federal de Rondônia do Campus Vilhena, por meio do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, atendendo a pesquisa de demanda feita em agosto de 2015, visa formar profissionais

competentes que tenham conhecimento a respeito de computadores, sistemas de computação e suas aplicações, e que dominem os aspectos teóricos, experimentais, de modelagem, projeto e desenvolvimento de sistemas para internet.

Assim, com base no perfil desejado, observados os aspectos legais estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, capítulo IV, da Educação Superior, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de Dezembro de 2002, como também em consonância com o Parecer CNE nº 436/2001 e diante das novas exigências sociais, políticas e tecnológicas, é que o Instituto Federal de Rondônia – IFRO propõe, neste projeto pedagógico, os objetivos, conteúdos, proposta metodológica, proposta de avaliação e de ensino-aprendizagem, bem como a bibliografia mínima necessária, que formam a proposta curricular do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Segundo a pesquisa de demanda executada em agosto de 2015 com alunos dos cursos de ensino médio da cidade, definiu-se o perfil de profissional da área de TI que atenderia às expectativas de ambas as partes – futuros profissionais e demanda.

1.1.7. Formas de Acesso ao Curso

De acordo com o Regulamento da Organização Acadêmica (ROA-Graduação): “o ingresso de alunos nos cursos de graduação pode se dar por meio de processos de seleção geridos pelo Ministério da Educação, após aprovação dos candidatos em processo seletivo público, regulado por edital específico para cada ingresso, devidamente autorizado pelo reitor, conforme o Regimento Geral do IFRO, por apresentação de transferência expedida por outra Instituição congênere, matrículas especiais e outras formas que vierem a ser criadas por conveniência de programas ou projetos, sempre de acordo com os regulamentos já adotados pelo IFRO para cada modalidade de formação e as decisões superiores”.

1.2 Das Políticas Institucionais Constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso

1.2.1. A Inter-relação entre o Ensino a Pesquisa e a Extensão

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico deve integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; deve conceber a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão, como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, é essencial o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades comunitárias e de prestação de serviços, numa perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos. São exemplos de atividades que promovem a inter-relação do ensino com a pesquisa, e a extensão: “Dias de Campo”, minicursos e projetos de ensino, de iniciação científica e de extensão e também com a criação de Empresas Júnior e do Núcleo de Incubadora de Empresas.

1.2.2. Políticas de Ensino

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO estão previstas ações e metas que pretendem proporcionar aos egressos de todos os cursos uma educação pautada pelos moldes estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares e pelas exigências socioculturais. Por assim o ser, O IFRO desenvolveu um conjunto de diretrizes básicas para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e acadêmicas ao longo dos próximos anos e que podem ser reafirmadas ou reformuladas conforme as mudanças do cenário educacional, regional e local.

O desenvolvimento da educação superior necessita de políticas que propiciem a ampliação dos cursos de graduação e ofertas de novas modalidades para o ensino, tendo em vista a grande demanda da sociedade local, regional e nacional. Portanto, faz-se necessário o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e a implementação de procedimentos metodológicos compatíveis com os processos de transformação social e adoção de novas tecnologias. Tais inovações tornam-se exequíveis mediante estudos técnicos e científicos nas áreas de conhecimento contempladas pelo IFRO.

O sistema de informação acadêmico-administrativa deve ser aperfeiçoado, já que constitui mecanismo estratégico para racionalizar os procedimentos burocráticos desenvolvidos e garantir maior agilidade no processo de comunicação.

A interação com a comunidade interna e externa deve ser efetivada por meio de ações consistentes que promovam o envolvimento e o comprometimento da comunidade interna (docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e sociedade) por meio de atividades de extensão. O ensino e a extensão devem caminhar de forma indissociável, conforme está preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96).

1.2.3. Políticas de Pesquisa

O IFRO fomenta e implementa atividades de pesquisa em todos os seus câmpus e requer que sejam desenvolvidos, de modo sistemático, além dos programas de iniciação científica, pesquisa de alto nível que atenda às necessidades locais de cada unidade.

Com o intuito de efetivação de seus programas de pesquisa, o IFRO adota as seguintes ações:

- a) incentivo aos discentes e aos docentes interessados em práticas investigativas;
- b) concessão de bolsas de iniciação científica aos discentes desde que preenchidos todos os requisitos legais;
- c) alocação de carga-horária para os professores orientarem os alunos incluídos no Programas de Iniciação Científica;
- d) promoção de seminários e encontros institucionais com pesquisadores de nome nacional para incentivar a importância da investigação científica.

O IFRO, com vistas ao estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento de pesquisa científica relevante, compatível com as áreas de conhecimento que promove, apresenta em seu PDI as seguintes diretrizes gerais:

- a) estabelecer mecanismos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão: o espírito científico deve permear as práticas pedagógicas exercidas nos cursos de graduação e pós-graduação, de modo a tornar evidente para os alunos, a importância do saber fazer ciência durante a formação profissional;
- b) promover a interação com a comunidade: os grupos de estudos já existentes e os que serão implementados no IFRO contemplarão as potencialidades acadêmicas existentes, devidamente articuladas com as demandas locais e regionais;

c) consolidação das atividades científicas na medida em que sejam disponibilizados os recursos financeiros necessários;

d) criar novos e adequar os periódicos institucionais já existentes ao processo Qualis. A socialização do conhecimento por meio de periódicos produzidos nos últimos anos pela Instituição exige um procedimento avaliativo, em nível nacional, além de ser um estímulo de divulgação dos resultados investigativos realizados por docentes e discentes vinculados (ou não) ao IFRO.

1.2.4. Políticas de Extensão

O IFRO tem uma política de extensão que inclui cursos, programas e outras atividades com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, desenvolvendo estratégias que possibilitam maior inserção institucional com a sociedade local e regional.

Para tanto, as atividades extensionistas estão pautadas em diretrizes que permitem à instituição atender, com eficácia, as necessidades de caráter educacional cultural e social traçadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os programas e projetos de extensão, desenvolvidos no âmbito das unidades de ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, representam um importante veículo de troca e interação entre a IES e a comunidade em que ela está inserida e atua como agente de transformação social.

As atividades de extensão evidenciam para a sociedade o potencial acadêmico do IFRO no atendimento de necessidades educacionais, sociais e culturais da comunidade local e regional.

1.2.5. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO promove eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para o aprimoramento ainda maior da atuação do Instituto.

- a) Encontro das Equipes Dirigentes de Ensino: Evento realizado no segundo semestre letivo com o objetivo de discutir as temáticas relevantes ao processo de ensino e aprendizagem que perpassam pelo acesso, permanência e êxito, as regulamentações, a (re)organização dos cursos técnicos para atender a demanda social, entre outras, além de promover a aproximação da Reitoria e os Câmpus entre si e desenvolver atividades de integração. Participam do evento, além da equipe da Pró-Reitoria de Ensino: os Diretores de Ensino, os chefes de Departamento/Coordenadores de Apoio ao Ensino, os chefes de Departamento/Coordenadores de Assistência ao Educando, os Coordenadores de Registros Acadêmicos. Nas próximas versões também serão envolvidos neste evento as Coordenações de Biblioteca, Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais;
- b) Encontro do Ensino, Pesquisa e Extensão - ENPEX – Evento realizado no primeiro semestre letivo com o propósito de discutir e encaminhar situações estruturantes do ensino, pesquisa e extensão no IFRO, com base nos princípios pedagógicos e organizacionais do IFRO. Participam do evento as equipes das Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e os representantes maiores dos respectivos setores nos câmpus do IFRO;
- c) Encontro das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil – Evento realizado no primeiro semestre letivo com o objetivo de discutir as políticas e programas bem como a implementação da assistência estudantil no âmbito do IFRO como meio de ampliar as possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, inserção

no mercado de trabalho e exercício pleno da cidadania. Participam do evento, além da Diretoria de Assuntos Estudantis e Coordenação de Assistência Estudantil da Reitoria: Pedagogo(a) Orientador(a) Educacional, Psicólogo(a), Assistente Social e Chefe de Departamento/Coordenador(a) de Assistência ao Educando dos Câmpus;

- d) Encontro das Equipes de Biblioteca – Evento de caráter político e formativo que visa preparar os coordenadores de biblioteca e seus auxiliares para garantir o pleno funcionamento, com atendimento às regras específicas para o setor e utilização de sistema automatizado de gestão, e atendimento à comunidade acadêmica e geral;
- e) Congresso de Pesquisa e Extensão do IFRO;
- f) Eventos nos Câmpus: Os Câmpus estabelecem em seus Calendários Acadêmicos eventos como seminários, feiras, exposições, entre outros, para a discussão de temas relevantes e ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo toda a comunidade acadêmica e geral.

1.3. Dos Objetivos do Curso

1.3.1. Objetivo Geral do Curso

Formar tecnólogos na área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas para a compreensão, aplicação e desenvolvimento das tecnologias da informação, com foco na inovação.

1.3.2. Objetivos Específicos do Curso

- a) Preparar tecnólogos para a inovação tecnológica e a implantação e gestão de sistemas de informática nas empresas públicas e privadas;
- b) Aplicar as tecnologias da informação e comunicação em processos que promovam o desenvolvimento regional, com impactos positivos nos sistemas de gestão das tecnologias;
- c) Orientar procedimentos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas para o atendimento às necessidades presentes e tendências de inovação tecnológica, como subsídio e suporte às empresas.

1.4. Do Perfil do Egresso: Competências e Habilidades

1.4.1. Do Perfil do Egresso

Conforme o estabelecido no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, o egresso do curso de Análise em Desenvolvimento de Sistemas deverá, ao final do curso, estar apto a atuar em um segmento da área de informática que abrange a análise e o desenvolvimento de sistemas como foco principal.

Neste sentido, ele deverá ser capaz de projetar, documentar, especificar, desenvolver, testar, implantar e manter sistemas computacionais de informação. Além disso, estará capacitado para gerir recursos de infraestrutura física e lógica dos ambientes informatizados, gerenciar projetos e pessoas e aplicar metodologias de Governança de TI, de forma empreendedora e criativa, utilizando competências variadas que envolvam avaliação de soluções inovadoras que atendam as necessidades da organização, gerando melhoria na qualidade dos processos e procedimentos internos.

Ao concluir o curso, o egresso terá desenvolvido, ainda, concepções no âmbito humano e social, que lhe permitirá adotar visões e posturas éticas, cordiais e respeitadas no relacionamento com os demais, ter autoconsciência de seu papel profissional e cidadão e de suas responsabilidades sociais e ambientais junto às comunidades nas quais estão inseridos.

1.4.2. Das Competências e Habilidades Gerais do Egresso

O concluinte do Curso em Análise e Desenvolvimento de Sistemas estará apto a atuar em instituições públicas — nas esferas federal, estadual ou municipal —, nas empresas privadas e negócios autônomos. Com base no mesmo Catálogo (2010, p.50), deverá apresentar as seguintes competências gerais:

[1] O tecnólogo em Análise e desenvolvimento de sistemas analisa, projeta, documenta, especifica, testa, implanta e mantém sistemas computacionais de informação. [2] Este profissional trabalha, também, com ferramentas computacionais, equipamentos de informática e metodologia de projetos na produção de sistemas. [3] Raciocínio lógico, emprego de linguagens de programação e de metodologias de construção de projetos, preocupação com a qualidade, usabilidade, robustez, integridade e segurança de programas computacionais são fundamentais à atuação deste profissional.

No contexto destas três linhas de competência, pressupõe-se que o profissional seja capaz de encontrar soluções para problemas reais comerciais ou administrativos através da concepção de modelos computacionais, podendo adaptá-las às novas tecnologias voltadas para a área de análise e desenvolvimento de sistemas atendendo às necessidades do mercado e capacidade de gerenciar os recursos voltados à área de Tecnologia da Informação.

Trata-se, pois, de uma formação voltada predominantemente para o uso da computação como atividade meio, com domínio técnico, capacidade administrativa e concepção humanística e empreendedora, para atuar com qualidade em tecnologia e sistemas de informação.

O compromisso, neste sentido, é buscar desenvolver um perfil tecnológico cuja formação garanta a internalização de ideias, valores e convicções fundamentadas na responsabilidade social, justiça e ética; uma formação humanística e geral, que assegure a compreensão de seu meio social, político, econômico e cultural; uma sólida formação teórica e técnica, voltada para uma atuação crítica e reflexiva acerca da área de sistemas para internet e, com capacidade de compreensão da necessidade de aperfeiçoamento profissional, interpessoal e institucional contínuo.

A formação deste novo perfil pressupõe, um embasamento teórico que assegure o desenvolvimento de um conjunto de habilidades e o domínio de conteúdos básicos, que de forma articulada possibilitem: a compreensão e a interpretação da realidade da tecnologia; a compreensão do Processamento de Dados de forma integrada, sistêmica e estratégica; a utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico; a capacidade de lidar com modelos de gestão inovadores; enfim, a capacidade de tomada de decisão em um mundo diversificado e interdependente, através da ordenação de atividades e programas e da seleção de formas e conteúdos adequadas às ações previstas.

1.4.3. Das Habilidades Específicas

Em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, (2010, p.48), no eixo Informação e Comunicação, o egresso deverá desenvolver as seguintes competências e habilidades específicas a fim de:

- a) Compreender tecnologias relacionadas à comunicação e processamento de dados e informações;
- b) Abranger ações de concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e telecomunicações.
- c) Trabalhar na especificação de componentes ou equipamentos, suporte técnico, procedimentos de instalação e configuração, realização de testes e medições, utilização de protocolos e arquitetura de redes, identificação de meios físicos e padrões de comunicação e, sobretudo, a necessidade de constante atualização tecnológica [...].

- d) Compreender o desenvolvimento de sistemas informatizados desde a especificação de requisitos até os testes de implantação, bem como as tecnologias de comutação, transmissão, recepção de dados, podem constituir-se em especificidades desse eixo.

1.4.4. Do Mercado de Trabalho

A demanda por profissionais em Análise de Sistemas tem aumentado substancialmente no mercado de trabalho, assim como houve um aumento substancial de alunos nas escolas de ensino médio, de 139% desde 2010 e 45,2% no último ano segundo Brasil (2014).

O número de formandos, no entanto, não é suficiente, sendo bem inferior às necessidades, como mostra a própria procura por profissionais dessa área, tanto em instituições públicas quanto privadas, o que repercute em rapidez na absorção do formado no mercado de trabalho segundo pesquisa aplicada para estudo de viabilidade do curso feita em 2010.

A Coordenação de Curso priorizará a implantação de no mínimo uma semana de eventos por ano na área do curso, para que se difundam as pesquisas realizadas no Instituto e se possibilite a integração da comunidade escolar.

Serão realizadas parcerias com instituições federais, estaduais e municipais, como o Sistema de Proteção da Amazônia, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Tribunal Regional Eleitoral, Ministério Público, entre outros para visitas técnicas, estágios, projetos de extensão e eventos.

1.5. Da Estrutura Curricular

Os componentes curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas foram organizados em cinco dimensões, a saber:

- 1) componentes de formação básica;
- 2) componentes de formação complementar;
- 3) componentes de formação tecnológica;
- 4) componentes de formação humanística;
- 5) componente de formação suplementar.

Apesar dessa divisão, os componentes foram organizados de forma sequencial, progressiva e dialógica.

Na dimensão dos componentes de formação básica, as disciplinas e conteúdo a serem trabalhados deverão compor o alicerce acadêmico do aluno ingressante, preparando-o para o contato com os conceitos mais profundos e de preparação profissional, humanística e complementar.

Na dimensão dos componentes de formação complementar, as disciplinas e conteúdos ministrados deverão compor conhecimentos alicerçados na dimensão de formação básica a fim de ampliar e de aprofundar a base científica e os fundamentos acadêmicos do aluno.

Na dimensão dos componentes de formação tecnológica, as disciplinas e os conteúdos darão o tom acadêmico de um curso, cuja meta principal, é a formação tecnológica e a preparação do futuro egresso para um mercado de trabalho que urge por profissionais capacitados em tecnologia de ponta. Os fundamentos das disciplinas que compreendem essa dimensão devem dialogar de forma transversal, multidisciplinar, transdisciplinar e interdisciplinar com os conhecimentos preconizados nas disciplinas das dimensões de formação básica, complementar, humanística e suplementar.

Na dimensão dos componentes de formação humanística, as disciplinas deverão humanizar a relação homem-máquina-homem. O discente do curso deve ter preparação tecnológica e humanística a fim de se preparar para um

exercício profissional que prime pela isonomia e pelo máximo respeito à dignidade da pessoa humana, tratando todos com igualdade de condições.

Na dimensão dos componentes de formação suplementar, o aluno terá no Estágio Curricular Supervisionado sua vitrine e caminho para o futuro mercado de trabalho e no Trabalho de Conclusão de Curso, esse mesmo discente terá o suporte necessário que o tornará hábil para a confecção de produtos que tornarão a vida do homem mais confortável e as instituições públicas e privadas mais dinâmicas e tecnologicamente mais acessíveis, física e virtualmente.

A flexibilidade deste curso está preconizada neste projeto nas disciplinas denominadas de Tópicos Especiais de Tecnologia, nas quais o Núcleo Docente Estruturante, depois de se certificar da necessidade de uma demanda de conhecimento, fará a sugestão de conteúdos e referências que poderá ser acatada e anuída pelo Colegiado do Curso. Além do mais, a flexibilidade está de igual forma, assinalada nas disciplinas optativas, por meio das quais o aluno escolherá, segundo o seu interesse de formação, aquelas que melhor flexibilizem seu conhecimento.

Como é do conhecimento geral, a educação está constantemente em movimento e não pode tolerar qualquer ação que indique repouso, estagnação ou aversão à possibilidade de se adaptar ao conhecimento novo, ao mais urgente, ao mais interessante, ao mais útil.

Segundo o filósofo Mário Sergio Cortella³ assegura que a falta de conhecimento e de formação necessária impedem as pessoas de caminhar na busca das mudanças.

Para Cortella, é necessário estar atento às mudanças para se aproximar do êxito. Somente o indivíduo atento aproveita as oportunidades.

Pensando em capacitar o egresso do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas para atuar, com competências e habilidades que lhe sejam contemporâneas, este projeto previu as disciplinas Tópicos Especiais de Tecnologia integralmente flexíveis e adaptáveis às necessidades de cada aluno a seu tempo e espaço.

A fim de evitar um projeto pedagógico que nasça fadado a estagnação, ou que se torne obsoleto em pouco tempo de vigência, o NDE deverá fazer estudos semestralmente para adequar os Tópicos Especiais em Tecnologia ao perfil do egresso que se pretende formarem cada ano e para cada região. É lema deste projeto afirmar que: tecnologia mais combina com movimento que com inércia.

Para melhor compreensão, estabelece-se como metodologia para aplicação destas disciplinas os seguintes passos:

- a) Convocação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) pelo coordenador do curso, em até 60 dias antes do semestre de aplicação dos Tópicos Especiais em Tecnologia, para decidir sobre os conteúdos e as referências das disciplinas considerando o perfil do egresso que se pretende formar naquele ano;
- b) O NDE deve discutir e decidir sobre as novas ementas em até 15 dias a partir de sua primeira convocação;
- c) De posse das decisões, o NDE entrega as novas ementas, conteúdos e referências ao coordenador do curso que, pro sua vez, deverá convocar o Colegiado para decidir sobre a aplicação dos Tópicos Especiais em Tecnologia.

Havendo superado o tópico da flexibilidade, na sequência, apresentaremos pequeno esboço da forma como se dará a interdisciplinaridade e sua metodologia:

A interdisciplinaridade dar-se-á por intermédio de projetos que podem ser desenvolvidos em todos os semestres englobando toda ou parte das disciplinas segundo a demanda dos temas e o interesse da equipe de professores.

Em face do exposto, considera-se que este projeto tenha sido elaborado de forma a favorecer o aluno e o professor, procurando assegurar-lhes a mais ampla acessibilidade pedagógica e atitudinal. A organização pedagógica e a

³ . Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/flexibilidade-e-uma-virtude-para-o-trabalho-pedagogico-br5k78aa5zp5akld8oicab0we>. Acesso em: 17/12/2015.

administrativa proposta por este projeto visam promover a teoria aliada à prática na formação ampla do futuro egresso, asseverando-lhe as necessárias competências e habilidades para exercício da profissão e para as relações subjetivas de transformação do meio no qual está inserido.

1.6. Dos Conteúdos Curriculares do Curso

1.6.1. Da Especificação dos Componentes Curriculares

COMPONENTES DE FORMAÇÃO BÁSICA
Algoritmos e Linguagem de Programação Matemática e Estatística Aplicada Análise e Projetos de Sistemas Organização de Computadores Algoritmos Avançados Banco de Dados: Modelagem e Projetos Engenharia de Software Gerenciamento de Projetos de Sistemas
COMPONENTES DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR
Inglês Instrumental Comunicação e Expressão Tecnologia da Informação e Meio Ambiente Metodologia Científica Qualidade e Teste de Software Segurança da Informação Língua Brasileira de Sinais Inclusão Social e Digital Gestão Empresarial Ética Profissional Estatística Atividade física e Qualidade de Vida do Trabalhador
COMPONENTES DE FORMAÇÃO TECNOLÓGICA
Programação Orientada a Objetos Sistemas Operacionais Análise Orientada a Objetos Banco de Dados: Aplicação Linguagem de Programação Visual Padrões de Projeto Governança de TI Internet das Coisas Fundamentos de Programação Web Tópicos Especiais em Tecnologia I Tópicos Especiais em Tecnologia II Desenvolvimento para Dispositivos Móveis Desenvolvimento de Programação Web Redes de Computadores: Infraestrutura Redes de Computadores: Servidores e Aplicações Linguagem de Programação Comercial Computação em Nuvens Banco de Dados Avançado Projetos Avançados de Robótica Inteligência Empresarial Fundamentos de Computação Gráfica Processamento de Imagens Internet das Coisas e Sociedade Gestão de Inovações Tecnológicas Desenvolvimento de Jogos
COMPONENTES DE FORMAÇÃO HUMANÍSTICA
Relações Etnoraciais e Direitos Humanos

COMPONENTES DE FORMAÇÃO SUPLEMENTAR
Desenvolvimento de Projeto Científico e Tecnológico
Desenvolvimento de Produto Científico e Tecnológico
Estágio Curricular Supervisionado

1.6.2 Da Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado do Egresso

A estrutura curricular foi elaborada com disciplinas que integram o curso, como parte essencial do Projeto Pedagógico. Esta estrutura expressa a sugestão institucional de currículo e integra a proposta semestral de cumprimento de disciplinas, para a integralização do curso pelo aluno, no tempo definido neste Projeto Pedagógico.

A otimização do corpo docente traz uma prática interdisciplinar ao curso, mais vivenciada, e não somente teorizada. A organização da estrutura das disciplinas que serão oferecidas busca inter-relacionar, contrastar, complementar e ampliar os conhecimentos a ser formado no egresso.

O curso apresenta estrutura curricular e conteúdos programáticos previamente definidos que serão estudados de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinarmente para atender à formação do perfil do profissional egresso.

1.6.3 Da Coerência dos Conteúdos Curriculares Face às Diretrizes Curriculares Nacionais

A estrutura curricular do curso, preservando a sua articulação, busca mecanismos capazes de lhe permitir um grau de flexibilidade, possibilitando ao aluno “desenvolver/trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos”, criando-se condições de tempo para pesquisas bibliográficas e autoaprendizagem, por meio de adequado planejamento das cargas horárias semestrais, respeitado o limite máximo de horas/aula semanais, seguindo orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e do Catálogo Nacional para Cursos Superiores de Tecnologia .

Ainda, em consonância com este propósito, busca-se oportunizar a flexibilização por meio da implementação curricular das Atividades Complementares de interesse individual e coletivo.

As disciplinas estão organizadas na matriz curricular de modo a atender os interesses das políticas nacionais para a educação superior e também para adequar o curso às exigências regionais.

O Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFRO deve obediência aos princípios gerais de educação emanados das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

O graduando em Análise e Desenvolvimento de Sistemas trabalha com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Este repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, também dos processos educativos por estas desencadeados.

Para a formação do tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas é importante ressaltar que o conhecimento adquirido na escola é o referencial para a organização da vida e do trabalho. Os estudos e conhecimento devem servir como principal base de promoção, com equidade, do exercício pleno da cidadania.

Também é central, para essa formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva extensionistas, histórica, cultural, política, ideológica, tecnológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas efetivas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações

sociais e étnico-raciais que fortaleçam ou enfraqueçam identidades, reproduzam ou criem novas relações de poder fazendo das tecnologias e da informação os melhores caminhos para a sublimação do homem.

1.6.4 Da Matriz Curricular do Curso

**MATRIZ CURRICULAR UNIFICADA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
RESOLUÇÃO N°... - CONSUP/IFRO/2014**

exce	Disciplinas	Código	Créditos Créditos	CH Teórica	CH Prática	Hora- relógio	Hora-aula
1º	Algoritmos e Linguagem de Programação	ALP-01	4	40	40	80	67
	Inglês Instrumental	INI-02	2	20	20	40	33
	Comunicação e Expressão	CEX-03	2	20	20	40	33
	Matemática e Estatística Aplicada	MEA-04	4	40	40	80	67
	Análise e Projetos de Sistemas	APS-05	4	40	40	80	67
	Organização de Computadores	OAC-06	2	20	20	40	33
	SUBTOTAL 1			18	180	180	360
2º	Algoritmos Avançados	ALA-07	2	20	20	40	33
	Programação Orientada a Objetos	POO-08	4	40	40	80	67
	Sistemas Operacionais	SOP-09	4	40	40	80	67
	Análise Orientada a Objetos	AOO-10	4	40	40	80	67
	Banco de Dados: Modelagem e Projetos	BDMP-11	4	40	40	80	67
	SUBTOTAL 2			18	180	180	360
3º	Engenharia de Software	ENS-12	4	60	20	80	67
	Banco de Dados: Aplicação	BDA-13	4	40	40	80	67
	Linguagem de Programação Visual	LPV-14	4	40	40	80	67
	Padrões de Projeto	PDP-15	4	40	40	80	67
	Tópicos Especiais em Tecnologia I	TET1-16	4	40	40	80	67
	SUBTOTAL 3			20	220	180	400
4º	Gerenciamento de Projetos de Sistemas	GPS-17	2	20	20	40	33
	Governança de TI	GTI-18	2	30	10	40	33
	Internet das Coisas	IDC-19	4	40	40	80	67
	Tecnologia da Informação e Meio Ambiente	TIMA-20	2	20	20	40	33
	Metodologia Científica	MTC-21	2	20	20	40	33
	Fundamentos de Programação Web	FPW-22	4	40	40	80	67
	Tópicos Especiais em Tecnologia II	TET2-23	4	40	40	80	67
	SUBTOTAL 4			18	210	190	400
5º	Desenvolvimento para Dispositivos Móveis	DDM-24	4	40	40	80	67
	Relações Etnoraciais e Direitos Humanos	REDH-25	2	20	20	40	33
	Desenvolvimento de Programação Web	DPW-26	4	40	40	80	67
	Qualidade e Teste de Software	QTS-27	2	20	20	40	33
	Redes de Computadores: Infraestrutura	RCI-28	4	40	40	80	67
	Optativa 1	OPTATIVA	2	40	--	40	33
	Desenvolvimento de Projeto Científico e Tecnológico	DPCT-29	4	40	40	80	67
	SUBTOTAL 5			22	240	200	440
6º	Segurança da Informação	SDI-30	2	20	20	40	33
	Redes de Computadores: Servidores e Aplicações	RCSA-31	4	40	40	80	67
	Gestão Empresarial	GEM-32	4	40	40	80	67
	Inclusão Social e Digital	LBS-33	4	40	40	80	67
	Ética Profissional	EP-34	2	40	--	40	33
	Optativa 2	OPTATIVA	2	40	--	40	33
	Desenvolvimento de Produto Científico e Tecnológico	DPCT-35	4	40	40	80	67

	SUBTOTAL 6		22	260	180	440	367
--	-------------------	--	-----------	------------	------------	------------	------------

RESUMO DA CARGA-HORÁRIA DO CURSO	Hora/ Relógio	Hora/ Aula
Carga-horária teórica	1.290	2.004
Carga-horária prática	1.110	
Estágio Curricular supervisionado	100⁴	100
Atividades Complementares	100	100
TOTAL GERAL	2.600	2.204

1.6.5 Do Ementário

PRIMEIRO SEMESTRE

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Algoritmos e Linguagem de Programação		Código: ALP-01
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH Total: 80
Ementa:		
Estudo de algoritmos, envolvendo os conceitos fundamentais: variáveis, tipos de dados, constantes, operadores aritméticos, expressões, atribuição, representações gráfica e textual de algoritmos, estruturas de controle (atribuição, sequência, seleção, repetição). Estruturas de dados básicas: vetores e matrizes. Além disso, a disciplina aborda uma introdução à programação, utilizando uma linguagem de programação imperativa como estudo de caso.		
Referências básicas:		
SIERRA, Kathy; BATES, Bert. Use a Cabeça! Java . Rio de Janeiro: Alta Books, 2009. BENEDUZZI, Humberto Martins; METZ, João Ariberto. Lógica e linguagem de programação: Introdução ao desenvolvimento de software . Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010. DEITEL, Paul; DEITEL, Harvey. Java: Como programar . 8.ed. São Paulo: Pearson, 2010. MANZANO, José Augusto N. G. OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Algoritmos: Lógica para desenvolvimento de Programação de Computadores . 23.ed. São Paulo: Érica, 2010.		
Referências complementares:		
STELLMAN, Andrew; GREENE, JENNIFER. Use a cabeça C# . Rio de Janeiro: Alta Books, 2008 SCHILDT, Herbert. C: Completo e total . 3.ed. São Paulo: Pearson Markron Books, 2009. MOREIRA NETO, Oziel. Entendendo e dominando o Java . 2.ed. São Paulo: Digerati Book, 2007. LAUREANO, Marcos. Lógica de programação: Uma abordagem em Pascal ou pascal em alguns minutos . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Inglês Instrumental		Código: INI-02
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Processo de leitura: Aquisição de vocabulário a partir de textos técnicos Gramática contextualizada: aspectos morfológicos (prefixos e sufixos), cognatos, falsos cognatos, marcas tipográficas, identificação de palavras-chave, entre outros.		
Referências básicas:		
SOUZA, A.G.F. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental . São Paulo: Disal, 2005. MARINOTTO, Demostene. Reading on info tech- Inglês para Informática. São Paulo: Novatech estudantil, 2004. GALANTE, Terezinha Prado. Inglês Básico para Informática . São Paulo: Atlas, 2000. GALO, Lígia Razera. Inglês Instrumental para Informática – Módulo I , Ícone Editora Ltda, 2008. MARQUES, Amadeu. Dicionários bilíngue (português-inglês/Inglês-Português), Ática.		

⁴ . O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser cumprido pelo discente a partir do terceiro semestre do curso.

MURPHY, Raymond. *Essential Grammar in use*. Cambridge University. 2007
 SCHUMACHER, Cristina; COSTA; Francisco Araújo da; UCICH, Rebecca. *O inglês na tecnologia da informação*. DISAL. 2009

Referências complementares:

CHRISTIE, Agatha. **E não sobrou nenhum (anteriormente publicado como "O caso dos dez negrinhos"**. Globo. 2009
 BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e Interação**. Contraponto. 2011
 ORWELL, George. **A revolução dos bichos**. Claro Enigma. 2012
 MUNHOZ, Rosângela. **Inglês Instrumental: estratégias de leitura**. Módulo II. Textonovo editora, 2001. 49,90
 MUNHOZ, Rosângela. **Inglês Instrumental: estratégias de leitura**. Módulo I. Textonovo editora, 2000. 48,30

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Disciplina: Comunicação e Expressão

Código: CEX-03

CH Teórica: 20

CH Prática: 20

CH Total: 40

Ementa:

A comunicação: evolução histórica; Linguagem e variações linguísticas; Língua oral e língua escrita: convenção ortográfica; A dimensão discursiva da linguagem: teoria da comunicação; Texto e sentidos: sentido e contexto, conhecimento de mundo, sentido conotativo e denotativo, ralação de sentidos entre as palavras; Efeitos de sentidos: ambiguidade, polissemia, ironia, intertextualidade, mensagens subentendidas implícitas e pressupostas; Práticas sociais de linguagem: gêneros textuais, sequências textuais, suporte, domínio discursivo; Gêneros textuais que circulam na esfera cotidiana; Gêneros textuais que circulam na esfera acadêmica; Gêneros textuais que circulam na esfera profissional; Qualidades e defeitos dos gêneros textuais; Coesão e coerência aplicadas aos gêneros; A gramática e suas partes; A gramática aplicada aos textos formais: emprego dos pronomes, colocação pronominal, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, crase, particularidades léxicas do idioma português.

Referências básicas:

ABAURRE, M. L.; ABAURRE, M. B. PONTARA; M. **Português: contexto, interlocução e sentido**. Vol. 1,2 e 3. São Paulo: Moderna, 2010.
 CEREJA, W. R. e MAGALHÃES, T. C. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interação**. São Paulo: Saraiva, 2009.
 MARTINS, D.S.; SILBERKNOP, L. S. **Português Instrumental**. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2010

Referências complementares:

BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita**. 22.ed., São Paulo: Ática, 2006.
 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República**. Brasília, 2002.
 FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 9. ed. São Paulo : Ática, 2002.
 GARCIA, Othon Moacir. **Comunicação e prosa moderna**. São Paulo: FGV, 1999.
 NIZO, R. **Escrita criativa: o prazer da linguagem**. São Paulo: Summus, 2008.

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Disciplina: Matemática e Estatística Aplicadas

Código: MEA-04

CH Teórica: 40

CH Prática: 40

CH Total: 80

Ementa:

Conjuntos. Os inteiros racionais e reais: operações, polinômios e expressões algébricas. Equações e inequações de primeiro e segundo grau. Sistemas de equações. Progressões aritméticas e geométricas. Exponencial e logaritmo. Análise combinatória. Funções e gráficos. Juros. Operações de mercado. Estatística descritiva: representação tabular e gráfica, medidas de tendência central e dispersão. Probabilidade: definições e teoremas. Distribuições de probabilidade: esperança matemática. Principais distribuições: binomial, poisson e normal. Noções de amostragem. Inferência estatística. Correlação linear simples. Análise de regressão.

Referências básicas:

DANTE, L. R. **Matemática – Contexto e Aplicação**. Volume único, São Paulo: Ática, 2012.
 IEZZI, G. et al. **Matemática: ciência e aplicações**. 3v. ensino médio. 2 ed. São Paulo: Atual, 2004.
 IEZZI, G. et. al. **Fundamentos de matemática elementar**. V.1,7. 6.ed. São Paulo: atual editora, 2004.

Referências complementares:	
DANTE, Luiz Roberto. Matemática - Contexto e Aplicações . Volume 2, 4ª Edição, São Paulo: Ática, 2008.	
DANTE, Luiz Roberto. Matemática - Contexto e Aplicações . Volume 1, 4ª Edição, São Paulo: Ática, 2008.	
IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar: Sequências, Matrizes, Determinantes, Sistemas . Volume 4, 7ª Edição, São Paulo: Atual Editora, 2004.	
LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc. Teoria e problemas da Matemática Discreta . 2.ed. São Paulo: Bookman, 2004.	
MELLO, J.L.P.(org). Matemática: construção e significado . Volume único ensino médio, São Paulo: moderna, 2005.	

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Análise e Projetos de Sistemas		Código: APS-05
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH Total: 80
Ementa:		
Introdução aos conceitos de ciclo de vida do software. Tipos de ciclo de vida do software. Tipos de abordagem para análise de Requisitos. Requisitos Funcionais e Não Funcionais. Fundamentos de Modelagem de dados. Conceitos de Análise Estruturada de Sistemas. Conceitos de Análise Orientada a Objetos.		
Referências básicas:		
MARCO, Tom de. Análise de Sistemas . EDITORA CAMPUS, 1989.		
GANE, Chris & Sarson, Trish. Análise Estruturada de Sistemas . LTC, 1983.		
PAGE, Jones M. Projeto Estruturado de Sistemas . MCGRAW-HILL, 1988.		
Referências complementares:		
FURLAN, José Davi. Modelagem de Objetos Através da Uml: Análise e Desenho Orientados a Objeto (the Unified Modeling Language) . BRASIL: Makron Books, 1998. 329p.		
MEDEIROS, Ernani. Desenvolvendo Software Com Uml 2. 0 Definitivo . SÃO PAULO: Pearson Makron Books, 2004. 264p.		
GUEDES, Gilleanes, T. A. UML: uma Abordagem Prática . Ed. Novatec, 2004.		
Pressman, R.S. Software Engineerin: a Practioner Approach . Ed. McGraw-Hill, 2001.		
AHAMED, Knawar Zaman. Desenvolvendo aplicações comerciais em Java e UML . Editora Ciência Moderna, 2002.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Organização de Computadores		Código: OAC-06
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Estrutura básica de computadores. Unidade central de processamento. Organização de memórias e gerenciamento de cache. Estrutura de barramentos. Sistemas de entrada e saída. Padrões de arquitetura. Projeto de caminho de dados. Endereçamento. RISC. Pipeline.		
Referências básicas:		
MONTEIRO, Mário A. Introdução à organização de computadores .4.ed. Rio de Janeiro: LTC. 2002.		
PATTERSON, David A. HENNESSY, John L. Organização e projeto de computadores: a interface hardware / software . 2.ed. Rio de Janeiro: LTC. 2000.		
TANENBAUM, Andrew S. Organização estruturada de computadores . 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.		
Referências complementares:		
TAVEIRA, Gilda A. Elementos do microcomputador . 9ª ed. Rio de Janeiro: Senac nacional. 2005.		
BITTENCOURT, Rodrigo Amorim. Montagem de computadores e hardware . 4ª ed. Rio de Janeiro: Brasport. 2004.		
WEBER, Raul Fernando. Fundamentos de Arquitetura de Computadores . 3.ed. Rio Grande do Sul: Sagra Luzzatto. 2004.		
STAIR, Ralph M. Princípios de sistemas de informação . 6ªed. São Paulo:Thomson Learning (Pioneira). 2005.		
TOCCI, R. J. Sistemas digitais: princípios e aplicações . 10.ed. Pearson Brasil, 2007.		

SEGUNDO SEMESTRE

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Algoritmos Avançados		Código: ALA-07
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
A disciplina proporciona ao acadêmico o estudo de algoritmos visando à solução de problemas, envolvendo conceitos		

fundamentais: variáveis, tipos de dados, constantes, operadores aritméticos, relacionais e lógicos, expressões, atribuição, representações gráfica e textual de algoritmos, estruturas de controle (seqüência, seleção e repetição). Além disso, a disciplina introduz a programação utilizando uma linguagem de programação estruturada como estudo de caso.

Referências básicas:

CORMEN, Thomas H. **Algoritmos: teoria e prática**. 7.ed. São Paulo: Érica, 2002.
 EVARISTO, Jaime. **Aprendendo a programar: programando em linguagem Pascal**. [s. l.]: Book Express, 2002.
 FORBELLONE, André Luiz Villar. **Lógica de programação: a construção de algoritmos e estrutura de dados**. São Paulo: Makron Books, 1993.

Referências complementares:

ARAÚJO, Everton Coimbra de. **Algoritmos: Fundamento e Prática**. 3.ed. Florianópolis: VisualBooks: 2007
 MEDINA, Marco. FERTING, CRISTINA. **Algoritmos e Programação - Teoria e Prática**. 1ed. Novatec, 2005
 MAGRI, João Alexandre. **Lógica de Programação: ensino prático**. São Paulo: Érica, 2003.
 PUGA, Sandra; RISSETTI, Gerson. **Lógica de programação e estruturas de dados: com aplicações em Java**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.
 ZIVIANI, Nivio. **Projeto de algoritmos com implementações em Pascal e C**. Ed.Cengage Learning. 2006.

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Disciplina: Programação Orientada ao Objeto

Código: POO-08

CH Teórica: 40

CH Prática: 40

CH Total: 80

Ementa:

Paradigma de Orientação a Objetos. Conceitos de Abstração: Classificação/Instanciação, Generalização/Especialização, Agregação/Decomposição e Associação. Conceitos de Classe e Objeto. Métodos: métodos de classe e de instância. Herança e Polimorfismo. Classes Abstratas. Diagrama de Classes. Programação Orientada a Objetos.

Referências básicas:

BARNES, D. J. Kölling, M. **Programação Orientada a Objetos com Java**. Prentice Hall, 2004.
 SANTOS, R. **Introdução à Programação Orientada a Objetos Usando Java**. Campus, 2003.
 BEZERRA, Eduardo. **Princípios de Análise e Projeto de Sistemas com UML**. Campus-2006

Referências complementares:

DAN, Clark. **Introdução a Programação Orientada a Objetos**. Ciência Moderna-2003
 Paul Deitel Harvey Deitel. **Java Como Programar**. oitava edição. ISBN-10: 8576055635. Pearson, 2010.
 Bertrand Meyer. **Object-Oriented Software Construction**. segunda edição. ISBN-10: 0136291554. Prentice Hall, 1997.
 FURGERIS, S. **Java 2 - Ensino didático - desenv. e imp**. Editora Érica
 DEITEL, DEITEL & NETO. **Internet e world wide web como programar**. Editora Artmed.

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Disciplina: Sistemas Operacionais

Código: SOP-09

CH Teórica: 40

CH Prática: 40

CH Total: 80

Ementa:

Histórico. Classificação. Estrutura dos S.O. Mono e multi-programação. Processos. Técnicas de escalonamento de processos. Sincronização de processos. Threads. Gerência de memória em sistemas multiprogramados. Técnicas de gerência de memória real. Técnicas de gerência de memória virtual: paginação e segmentação. Sistemas de arquivos. Sistemas de E/S. Estudo de um sistema operacional real.

Referências básicas:

A. S. TANENBAUM. **Sistemas Operacionais Modernos**. Editora Prentice-Hall, 2003.
 A. Silberschatz, G. Gagne e P. Baer Galvin. **Fundamentos de Sistemas Operacionais**. Editora LTC, 2004.
 MACHADO, F. B.; Maia, Luiz Paulo. **Arquitetura de Sistemas Operacionais**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bookman, 2008

Referências complementares:

OLIVEIRA, R. S.; Carissimi, A. S.; Toscani, Simão. S. **Sistemas Operacionais: projeto e implementação**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman Companhia, 2008
 DEITEL, Harvey M., DEITEL, Paul J., CHOFFNES, David R. **Sistema Operacionais**. 3ª ed. Pearson Prentice Hall, 2005
 A. S. TANENBAUM e A. S. Woodhull. **Sistemas operacionais: projeto e implementação**. 2a. edição, Editora Bookman, 2000.
 R. S. de Oliveira, A. S. Carissimi e S. S. Toscani. **Sistemas Operacionais**. 2ª Edição (série didática da UFRGS), Editora Sagra-Luzzato, 2001.
 W. Stallings. **Operating systems: internals and design principles**. Fourth edition, Editora Prentice-Hall, 2000.

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Análise Orientada ao Objeto		Código: AOO-10
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH Total: 80
Ementa:		
Conhecimento das Ferramentas de apoio à análise de sistemas. Definição de análise baseada em objetos. Definição de análise estruturada. Características e modelagem. Definições e aplicações práticas: classes, objetos, abstração, métodos, polimorfismo, encapsulamento e herança (simples e múltipla). Definições e aplicações práticas: Diagramas de Contexto, DFD, Dicionário de Dados. Projeto de sistema baseado em objetos. Projeto de sistema estruturado.		
Referências básicas:		
BOOK, Grady, James Rumbaugh, Ivar Jacobson. UML Guia do Usuário . Ed. Campus, 2000,472p. Wazlawick, Raul. Análise e Projetos de Sistemas de Informação Orientados a Objetos . Ed. Campus, 2004. BEZERRA, Eduardo. Princípios de Análise e Projeto de Sistemas Com Uml . 9 REIMPRESSÃO. ed.: Elsevier, 2003. 286p.		
Referências complementares:		
FURLAN, José Davi. Modelagem de Objetos Através da Uml : Análise e Desenho Orientados a Objeto (the Unified Modeling Language). BRASIL: Makron Books, 1998. 329p. MEDEIROS, Ernani. Desenvolvendo Software Com Uml 2 . 0 Definitivo. SÃO PAULO: Pearson Makron Books, 2004. 264p. Guedes, Gilleanes, T. A. UML: uma Abordagem Prática . Ed. Novatec, 2004. AHAMED, Knawar Zaman. Desenvolvendo aplicações comerciais em Java e UML . Editora Ciência Moderna, 2002. LARMAN, C. Utilizando UML e Padrões: uma introdução à análise e ao projeto orientados a objetos e ao processo unificado . 2. Ed. Porto Alegre. Bookman. 2004.		

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Banco de Dados: Modelagem e Projetos		Código: BDMP-11
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH Total: 80
Ementa:		
Banco de Dados: Histórico e Características. Projeto de Banco de Dados: Conceitos, Dependência Funcional, Restrições de Integridade e Formas Normais. Modelo conceitual — diagrama de entidade de relacionamento. Modelamento.		
Referências básicas:		
HEUSER. C.A. Projeto de Banco de Dados . 6 ed. Bookman, 2009. SILBERSCHATZ, A; KORTH, H. F.; e SUDARSCHAN, S. Sistema de banco de dados . 6 ed. Elsevier, 2012. CARDOSO, Virgínia; CARDOSO, Giselle. Linguagem Em SQL - Fundamentos e Práticas . Saraiva, 2013.		
Referências complementares:		
EISMASRI, R.; NAVATHE, S. B. Sistemas de Banco de Dados . 6 ed. Pearson, 2011. CHURCHER, Clare. Introdução ao Design de Banco de Dados - Como Projetar Banco de Dados de Forma Efetiva . Alta Books, 2009 MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Tecnologia e Projeto de Data Warehouse . 4 ed. Ed. Erica. 2004.GILLENSON, Mark L. Fundamentos de sistemas de gerência de banco de dados . São Paulo: LTC, 2006. GONÇALVES, Rodrigo R. T- SQL Com Microsoft SQL Server 2012 Express na Prática . Érica, 2013.		

TERCEIRO SEMESTRE

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Engenharia de Software		Código: ENS-12
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH Total: 80
Ementa:		
Introdução à engenharia de software. Modelos de processos de desenvolvimento de software. Técnicas de gerenciamento e planejamento de software. Requisitos e especificação de software. Métodos de análise e projeto de software. Garantia de qualidade de softwares. Teste e revisão de software. Manutenção de software. Reengenharia e engenharia reversa. Ferramentas e ambientes para desenvolvimento de software. Padrões de desenvolvimento e documentação de software. Gerenciamento de configuração.		
Referências básicas:		
FURLAN, J.D. Modelagem de Objetos através da UML . Makron Books, 1998. LARMAN, G. Utilizando UML e padrões: uma introdução à análise e ao projeto orientado a objetos . Bookman, Porto Alegre, 2000. MAFFEO, B. Engenharia de Software e Especificação de Sistemas . Campus, 1992.		

Referências complementares:

BOOCH, G.; RUMBAUGH, J.; JACOBSON, I. **UML: Guia do Usuário**. Campus, 2000.
 PRESSMAN, R. S. **Engenharia de Software**. Makron Books, 3.ed. Edição, 2006.
 RUMBAUGH, J. et al. **Modelagem e Projetos Baseados em Objetos**. Campus, 1993.
 YOURDON, E.; ARGILA, C. **Análise e projeto orientados a objetos: estudo de caso**. Makron Books, 1999.
 COAD, P, YOURDON, E. **Análise Baseada em Objetos**. Campus, 2ª. Ed, 1992.

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Disciplina: Banco de Dados: Aplicação

Código: BDA-13

CH Teórica: 40

CH Prática: 40

CH Total: 80

Ementa:

Structured Query Language (SQL). Linguagem de Definição de Dados (DDL). Linguagem de Manipulação de Dados (DML). Otimização de consultas. Data whereHouse. Aspectos Operacionais de Banco de Dados: Transações, Concorrência, Recuperação, Integridade, Distribuição, Segurança. Banco de Dados orientado a objetos.

Referências básicas:

HEUSER. C.A. **Projeto de Banco de Dados**. 6 ed. Bookman, 2009.
 SILBERSCHATZ, A; KORTH, H. F.; e SUDARSCHAN, S. **Sistema de banco de dados**. 6 ed. Elsevier, 2012.
 CARDOSO, Virgínia; CARDOSO, Giselle. **Linguagem Em SQL - Fundamentos e Práticas**. Saraiva, 2013.

Referências complementares:

EISMASRI, R.; NAVATHE, S. B. **Sistemas de Banco de Dados**. 6 ed. Pearson, 2011.
 MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. **Tecnologia e Projeto de Data Warehouse**. 4 ed. Ed. Erica. 2004. GILLENSON, Mark L. **Fundamentos de sistemas de gerência de banco de dados**. São Paulo: LTC, 2006.
 HEUSER. C. A. **Projeto de banco de dados**. 6.ed., Porto Alegre: Bookman, 2009.
 GONÇALVES, Rodrigo R. T- **SQL Com Microsoft SQL Server 2012 Express na Prática**. Érica, 2013.

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Disciplina: Linguagem e Programação Visual

Código: LPV-14

CH Teórica: 40

CH Prática: 40

CH Total: 80

Ementa:

Proporciona o desenvolvimento de sistemas de informação através do uso de uma linguagem de programação visual moderna e de reconhecimento no mercado de trabalho.

Referências básicas:

FREEMAN, Elisabeth; FREEMAN, Eric. **Use a Cabeça! Padrões e Projetos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2009.
 GUEDES, Gilleanes T. A. **UML 2: Uma abordagem prática**. São Paulo: Novatec, 2009
 GAMMA, Erich et al. **Padrões de projeto: Soluções reutilizáveis de software orientado a objetos**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

Referências complementares:

LARMAN, Craig. **Utilizando UML e Padrões: Uma introdução à análise e ao projeto orientados a objetos e ao desenvolvimento iterativo**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
 BLAHA, Michael; RUMBAUGH, James. **Modelagem e projetos baseados em objetos com UML 2**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Disciplina: Padrões de Projetos

Código: PDP-15

CH Teórica: 40

CH Prática: 40

CH Total: 80

Ementa:

Padrões e técnicas de desenvolvimento de software. Qualidade de software. Métricas de Software. Arquitetura de Software. Camadas de software: integração das camadas, domínios das camadas, *design patterns*.

Referências básicas:

O'BRIEN, JAMES A. ; **Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet**; Saraiva.
 ERICH GAMMA; RICHARD HELM; RALPH JOHNSON; **Padrões de Projeto**; Bookman.
 FREEMAN Eric, Elisabeth. **Use a cabeça: Padrões de Projeto**. Alta Books.

Referências complementares:

CARDOSO, Mardel . **Desenvolvimento Web para ensino superior** . Editora Axcel Books, 2004.
 PAULA FILHO, Willian de Padua. **Engenharia de Software**, Editora LCT.2
 METSKER, Steven John. **Padrões de Projeto em Java**. Editora Bookman, 2004

FOWLER, Martin. **Refatoração: Aperfeiçoando o Projeto de Código Existente**. Editora Bookman, 2004.
 GAMMA, Erich; HELM, Richard; RALPH, Johnson; VLISSIDES, John. **Padrões de Projeto: Soluções Reutilizáveis de Software Orientado a Objetos**. Editora Bookman, 2000.

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Tópicos Especiais em Tecnologia I		Código: TET1-16
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH Total: 80
Ementa:		
Como forma de oportunizar ao aluno uma formação complementar específica por meio de disciplinas que tenham certa flexibilidade no que diz respeito à programação curricular, serão oportunizadas ao aluno duas disciplinas denominadas de Tópicos Especiais em Tecnologia que constituirão uma proposta de unidade curricular com conteúdo de vanguarda e outros que sejam regionais relacionados à Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Os conteúdos de tais disciplinas deverão, sobremaneira, ser sugeridos pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovados pelo Colegiado de Curso.		
Referências básicas:		
As referências básicas desta disciplina serão listadas de acordo com a ementa sugerida pelo NDE e votada pelo Colegiado.		
Referências complementares:		
As referências complementares desta disciplina serão listadas de acordo com a ementa sugerida pelo NDE e votada pelo Colegiado.		

QUARTO SEMESTRE

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Gerenciamento de Projetos de Sistemas		Código: GPS-17
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Contextualização do Gerenciamento de Projetos: Ambiente de Projeto, Importância do Gerenciamento de Projetos, Concepção de um Projeto. Organização de Gerenciamento de Projetos: O PMI e Outras Organizações de Gerenciamento de Projetos. Administração de Processos. Gestão de Projetos de Tecnologia da Informação. Gestão de Projetos de Software.		
Referências básicas:		
MARTINS, José Carlos C. Gerenciando Projetos de Desenvolvimento de Software com PMI, RUP e UML . Brasport, 2007 KERZNER, Harold. Gestão de Projetos. Melhores Práticas . Bookman, 2005 MOREIRA, Mauricio; BERNARDES, Silva. Microsoft Project 2007: Gestão e Desenvolvimento de Projetos . Erica, 2007		
Referências complementares:		
BERKUN, Scott. A Arte do Gerenciamento de Projetos . Bookman, 2008. PHILLIPS, Josef. Gerencia de Projetos de Tecnologia da Informação . Campus, 2003. HELDMAN, Kim. Gerência de Projetos: Fundamentos . Campus, 2005. MARCONI, Vieira. Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação . Câmpus, 2006. S SOMMERVILLE, I. Engenharia de software . 8. Ed. São Paulo: Addison Wesley, 2007.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Governança de Tecnologia da Informação		Código: GTI-18
CH Teórica: 30	CH Prática: 10	CH Total: 40
Ementa:		
Conceito de Governança Corporativa e de TI. Governança de TI e objetivos estratégicos. Normas, processos e indicadores de desempenho para a área de TI. Modelos de apoio para Governança de TI: COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology); ITIL (Information Technology Infrastructure Library).		
Referências básicas:		
ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, Jose Paschoal. Governança Corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências . 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006. FERNANDES, Aguinaldo Aragon; ABREU, Vladimir Ferraz. Implantando a Governança de TI – da Estratégia à Gestão dos Processos e Serviços . Rio de Janeiro: Brasport, 2006. LAHTI, Christian B.; PETERSON, Roderick. Sarbanes-Oxley: Conformidade de TI Usando COBIT e Ferramentas		

Open Source. Rio de Janeiro: Alta Books, 2006.	
Referências complementares:	
REIS, A. Alinhamento da estratégia de Ti com a estratégia corporativa; São Paulo: Atlas, 2003.	
APLAN, Robert S. Organização Orientada para a Estratégia: Como as Empresas que Adotam o Balanced Scorecard Prosperam no Novo Ambiente de Negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2000.	
ROTONDARO, Roberto G. (Org.). Seis Sigma: Estratégia Gerencial para Melhoria de Processos, Produtos e Serviços. São Paulo: Atlas, 2002.	
MAGALHÃES, Ivan Luizio; PINHEIRO, Walfrido Brito. Gerenciamento de Serviços de TI na Prática – Uma abordagem com base na ITIL. São Paulo: Novatec, 2007.	
WEILL, Peter; ROSS, Jeanne W. Governança de TI: Tecnologia da Informação. São Paulo: Makron Books, 2006.	

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Internet das Coisas		Código: IDC-19
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH Total: 80
Ementa:		
O que é Internet das Coisas: histórico, conceitos, definições e visões. Estado da arte e principais tecnologias envolvidas. Arquiteturas dos sistemas. Cenários e aplicações: área industrial, planejamento urbano, cidades inteligentes, sistemas de transporte, sistemas logísticos, monitoramento interno e ambiental, sustentabilidade, gerenciamento inteligente, área de saúde, automação predial e residencial, sistemas elétricos, segurança, espaços inteligentes, agronegócio, entre outros. Plataformas de desenvolvimento e avaliação das soluções. Ética, privacidade e segurança. Perspectivas futuras e estratégias para a evolução. Prototipação e experimentação com Hardware livre. Explorando sensores, motores e servo-motores.		
Referências básicas:		
BRAKE, David K.; SAFKO, Lon. A Bíblia da Mídia Social. São Paulo: Saraiva, 2010		
LEMONS, Andre. A comunicação das coisas. São Paulo: Annablume, 2014		
LEMONS, André. A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.		
MARQUES, Garcia, MARTINS, Lourenço. Direito da Informática. Coimbra: Livraria Almedina, 2000		
Referências complementares:		
TERUEL, Evandro Carlos. Web Mobile - Desenvolva Sites Para Dispositivos Móveis Com Tecnologias de Uso Livre – São Paulo: Ciência Moderna, 2015.		
FREIRAS, Henrique; SACCOL, Amarolinda Zanela. Mobilidade Empresarial - Oportunidades e Desafios do Uso de Tecnologias Móveis Para Negócios. São Paulo: Saraiva, 2015.		
LEMONS, André. A comunicação das coisas: internet das coisas e teoria ator-rede. Etiquetas de radiofrequência em uniformes escolares da Bahia., in Pessoa, Fernando (org.). Cyber Arte Cultura. Atrama das Redes. Seminários Internacionais Museu Vale, ES Museu Vale, Rio de Janeiro, 2013		
REED, Jon. Marketing Online - Como Usar Sites, Blogs, Redes Sociais e Muito Mais. Edit. Saraiva, 2012.		

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Tecnologia da Informação e Meio Ambiente		Código: TIMA-20
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
A disciplina proporcionará ao acadêmico compreensão sobre a relevância da computação ao meio ambiente, bem como temas relacionados à fragilidade ambiental, mudanças ambientais globais, sociedade e meio ambiente, impacto ambiental da Tecnologia da Informação nas organizações, geração dos resíduos pela indústria de tecnologia da informação, ferramentas computacionais aplicadas à gestão do meio ambiente e dos recursos naturais.		
Referências básicas:		
MAGERA, Márcio. Os Caminhos do Lixo. Ed. Átomo. Campinas. 2012.		
MANSUR, Ricardo. Governança de TI Verde: O Ouro Verde da Nova TI. Rio de Janeiro. Ciência Moderna, 2011.		
REIGOTA, Marcos. VERDE COTIDIANO - O MEIO AMBIENTE EM DISCUSSÃO - COLEÇÃO PEDAGOGIAS EM AÇÃO - 3ª ed. Petrópolis. Depetrus. 2008.		
Referências complementares:		
SOARES, Carlos Pedro Boechat; PAULA NETO, Francisco de. Dendrometria e inventário florestal. 2.ed. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011.		
SILVA, Márcio Lopes da; JACOVINE, Laércio Antônio Gonçalves; VALVERDE, Sebastião Renato. Economia florestal. 2.ed. Viçosa: Ed. UFV, 2012.		
MAY, Peter H. (org.). Economia do meio ambiente: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.		
ACCENTURE, WSP (2010). Cloud Computing and Sustainability: The Environmental Benefits of Moving to the		

Cloud. Disponível em: . Acessado em 10 de agosto de 2012.
 MAKOWER, Joel (2009). **A Economia Verde: descubra as oportunidades e os desafios de uma nova era de negócios**. São Paulo: Editora Gente.

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Disciplina: Metodologia Científica

Código: MTC-21

CH Teórica: 20

CH Prática: 20

CH Total: 40

Ementa:

O papel da ciência. Tipos de conhecimento. Método e técnica. O processo de leitura. Citações bibliográficas. Elementos de trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. O projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Normas da ABNT (Citações, Referências Bibliográficas, Apresentação Gráfica).

Referências básicas:

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências complementares:

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 27.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. 3.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

_____. **NBR 15287**: Projeto de pesquisa – Apresentação. 3 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Disciplina: Fundamentos de Programação Web

Código: FPW-22

CH Teórica: 40

CH Prática: 40

CH Total: 80

Ementa:

Introdução ao desenvolvimento web. Linguagem de programação web. Plataformas de desenvolvimento. Aplicações web. Acesso e interação com banco de dados. Segurança de sistemas web.

Referências básicas:

SILVA, Maurício Samy; SILVA, Maurício Samy. **Html5 - a Linguagem da Marcação Que Revolucionou a Web**. Novatec, 2011.

NIEDERAUER, Juliano. **Desenvolvendo Websites com PHP**. Novatec, 2011.

DALL'OGGIO, Pablo. **Criando Relatórios Com Php - Inclui Exemplos Práticos**. 2 ed. Novatec, 2013.

Referências complementares:

DEITEL, P. J.; DEITEL, H. M. **Ajax, Rich Internet Applications e desenvolvimento Web para programadores**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

KALIN, M. **Java web services: up and running**. Sebastopol: O'Reilly Media, 2009.

CASTRO, E. **HTML, XHTML, and CSS**. 6. ed. Berkeley: Peachpit, 2006.

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Disciplina: Tópicos Especiais em Tecnologia II

Código: TET2-23

CH Teórica: 40

CH Prática: 40

CH Total: 80

Ementa:

Como forma de oportunizar ao aluno uma formação suplementar específica por meio de disciplinas que tenham certa flexibilidade no que diz respeito à programação curricular, serão oportunizadas ao aluno duas disciplinas denominadas de **Tópicos Especiais em Tecnologia** que constituirão uma proposta de unidade curricular com conteúdos de vanguarda e outros que sejam regionais relacionados à Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Os conteúdos de tais disciplinas deverão, sobremaneira, ser sugeridos pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovados pelo Colegiado de Curso.

Referências básicas:
As referências básicas desta disciplina serão listadas de acordo com a ementa sugerida pelo NDE e votada pelo Colegiado.
Referências complementares:
As referências complementares desta disciplina serão listadas de acordo com a ementa sugerida pelo NDE e votada pelo Colegiado.

QUINTO PERÍODO

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Desenvolvimento para Dispositivos Móveis		Código: DDM-24
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH Total: 80
Ementa:		
Aplicação de técnicas de desenvolvimento de software para dispositivos portáteis (tablets e smartphones) no âmbito da programação para essa plataforma. O ambiente de desenvolvimento. Principais conceitos: atividades, serviços, broadcast receivers, entre outros. Interface do usuário, visões, componentes e layouts. Sensores.		
Referências básicas:		
BRITO, Robison Cris; OGLIARI, Ricardo da Silva. Android - Do Básico ao Avançado . 1ª ed. Editora: Ciência Moderna, 2014. 416p.		
DARCEY, Lauren. Desenvolvimento De Aplicativos Wireless Para O Android - Fundamentos Do Android . 1ª ed. Editora: Ciência Moderna, 2012. 584p.		
LECHETA, Ricardo R. GOOGLE ANDROID: Aprenda a fazer aplicativos para dispositivos móveis com Android SDK . 3ª ed. Editora: NOVATEC, 2013. 824p.		
DEITEL, Paul J.; DEITEL, Harvey M.		
Referências complementares:		
LECHETA, Ricardo R. DESENVOLVENDO PARA IPHONE E IPAD . 1ª ed. Editora: NOVATEC, 2012. 752p.		
PILONE, Dan; PILONE, Tracey. USE A CABEÇA! - DESENVOLVENDO PARA IPHONE E IPAD - O GUIA AMIGO DO SEU CÉREBRO . 1ª ed. Editora: Alta Books, 2013. 200p.		
QUERINO FILHO, Luiz Carlos. CRIANDO APLICATIVOS PARA IPHONE E IPAD . 1ª ed. Editora: NOVATEC, 2013. 472p.		
LECHETA, Ricardo R. DESENVOLVENDO PARA WINDOWS 8 E WINDOWS PHONE 8 . 1ª ed. Editora: NOVATEC, 2013. 624p.		
MÔNACO, Thiago. Desenvolvendo Aplicações Para o Windows Phone . 1ª ed. Editora: Brasport, 2012. 472p.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Relações Etnoraciais e Direitos Humanos		Código: REDH-25
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Identidade, diferença e diversidade sociocultural. Aspectos culturais e educação afrodescendente. Afro-descendentes no Brasil: história, movimentos sociais. Cidadania e políticas de ação afirmativa. A lei 10.639 e o ensino de história e cultura afro-brasileira. Comércio de escravos para o Brasil e as sociedades africanas com ele envolvidas. Os africanos e os afrodescendentes no Brasil colonial, independente e contemporâneo. Manifestações culturais afrobrasileiras. Crítica ao mito da democracia racial e implantação de políticas afirmativas relacionadas às relações inter-étnicas. A cultura indígena no Brasil: aspectos culturais e educação indígena. Evolução dos Direitos Humanos. Fundamentos dos Direitos Humanos. Direitos Humanos, igualdade, diversidade e responsabilidade. Direitos Humanos e minorias.		
Referências básicas:		
ALBUQUERQUE, Antonio. Multiculturalismo e direito a autodeterminação dos povos indígenas . São Paulo: SAFE, 2008.		
CASTILHO, Ricardo. Direitos humanos . 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (Sinopses jurídicas, v.30).		
MELO, Elisabete; BRAGA, Luciano. Historia da África e afro-brasileira . São Paulo: Summus, 2010.		
WATS, Alan. Cultura da contracultura . São paulo: Mauad, 2012.		
SANTIAGO, Gabriel L. Três leituras básicas para entender a cultura brasileira . 2.ed. São Paulo: Átomo, 2011.		
Referências complementares:		
FAUSTINO, Osvaldo. A legião negra: a luta dos afro-brasileiros na revolução constitucionalista de 1932 . São Paulo: Summus, 2011.		
DIAS, Reinaldo. Introdução aos direitos humanos . São Paulo: Alínea, 2012.		
MONTE, Mario Ferreria; BRANDAO, Paulo de Tarso. Direitos humanos e sua efetivação na era da		

transnacionalidade: debate luso-brasileiro. São Paulo: Juruá, 2012.

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Desenvolvimento de Programação Web		Código: DPW-26
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH Total: 80
Ementa:		
Introdução ao desenvolvimento web. Linguagem de programação web. Plataformas de desenvolvimento. Aplicações web. Acesso e interação com banco de dados. Segurança de sistemas web.		
Referências básicas:		
DEITEL, P. J.; DEITEL, H. M. Ajax, Rich Internet Applications e desenvolvimento Web para programadores . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. KALIN, M. Java web services: up and running. Sebastopol: O'Reilly Media, 2009. HANSEN, M. D. SOA: Using Java Web Services . Prentice Hall, 2008.		
Referências complementares:		
PRESSMAN, R. Web engineering . Singapore: McGraw-Hill, 2008. BOOCH, G.; RUMBAUGH, J.; JACOBSON, I. UML: Guia do usuário . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. CASTRO, E. HTML, XHTML, and CSS . 6. ed. Berkeley: Peachpit, 2006.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Qualidade e Teste de Software		Código: QTS-27
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Visão geral de qualidade. Processo de software. Produto de Software. Qualidade de produto de software. Avaliação de qualidade de produto de software. Qualidade de Software. Testes de Software. Métricas para desenvolvimento de software. Modelos de qualidade. Metodologias de desenvolvimento x qualidade e teste de software. Metodologias de Desenvolvimento de Software. Metodologias Ágeis.		
Referências básicas:		
PRESSMANN, Roger S. Engenharia de Software - Uma Abordagem Profissional . 7ª Edição, Editora McGraw-Hill, 2011. SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de Software . 9ª edição. Editora Pearson Education, 2011. BEZERRA, Eduardo. Princípio de Análise e Projetos de Sistemas com UML . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. SAMPAIO, Cleuton. Qualidade de software na prática – como reduzir o custo de manutenção de software com a análise de código . 1.ed. São Paulo: Ciência Moderna. 2013.		
Referências complementares:		
TELES, Vinicius Manhães. Extreme Programming . Novatec, 2004. WAZLAWICK, R. Análise e Projeto de Sistemas de Informação Orientados a Objetos . Campus, 2004. WAZLAWICK, RAUL SIDNEI. Engenharia de Software – Conceitos e Práticas . Editora Campus, 2013.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Redes de Computadores: Infraestrutura		Código: RCI-28
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Princípios de Redes de Computadores; Camada Física; Camada de Enlace; Sub-Camada de Acesso ao Meio; Camada de Redes; Camada de Transporte.		
Referências básicas:		
ANDERSON, Al; BENEDETTI, Ryan. Use a cabeça: Redes de computadores . Rio de Janeiro: Alta Books, 2011 MORAES, Alexandre Fernandes de. Segurança em redes: Fundamentos . São Paulo: Érica, 2010 MORAES, Alexandre Fernandes de. Redes de computadores: Fundamentos . 7.ed. São Paulo: Érica, 2010		
Referências complementares:		
GASPARINI, Anteu Fabiano Lúcio. Infra-estrutura, protocolos e sistemas operacionais de lans: Redes locais . 3.ed. São Paulo: Érica, 2007 GOUVEIA, José; MAGALHÃES, Alberto. Redes de computadores . Rio de Janeiro: LTC, 2007 PINHEIRO, José Mauricio S. Guia completo de cabeamento de redes . Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 TEIXEIRA JUNIOR, J. Helvecio; SUAVE, J. Philippe; MOURA, J. Antão Beltrão et al. Redes de computadores: serviços, administração e segurança . São Paulo: Makron, 1999.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Optativa I		Código: N° da Optativa
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
A ementa deste componente será aquela da disciplina oferecida como optativa pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.		
Referências básicas:		
As referências básicas serão aquelas decorrentes da disciplina decidida pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.		
Referências complementares:		
As referências complementares serão aquelas decorrentes da disciplina decidida pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Desenvolvimento de Projeto Científico e Tecnológico		Código: DPCT-29
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH Total: 80
Ementa:		
Estudos, leituras, orientações e elaboração dos projetos visando desenvolver um produto que tenha cunho científico e tecnológico com base nas linhas de pesquisa previstas no projeto pedagógico do curso. Normas da ABNT, metodologia e estrutura de projeto, tipos de pesquisa, métodos.		
Referências básicas:		
As referências básicas serão aquelas decorrentes da elaboração de cada trabalho compreendendo o projeto, o trabalho e o relatório/artigo final.		
Referências complementares:		
As referências complementares serão aquelas decorrentes da elaboração de cada trabalho compreendendo o projeto, o trabalho e o relatório/artigo final.		

SEXTO SEMESTRE

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Segurança da Informação		Código: SDI-30
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Conceitos e objetivos de segurança da informação. Avaliação de ameaças, riscos e vulnerabilidades de ativos de informação. Conceitos e técnicas de planejamento, implementação e avaliação de políticas de segurança de informações. Conceitos e objetivos de auditoria em sistemas informatizados e processamento eletrônico de dados. Conceitos e técnicas de planejamento, implementação e avaliação em auditoria de sistemas de informação.		
Referências básicas:		
LYRA, Mauricio Rocha. Segurança e auditoria em sistemas de informação . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. MORAES, Alexandre Fernandes de. Segurança em redes: Fundamentos . São Paulo: Érica, 2010. NG, Reynaldo. Forense computacional corporativa . Rio de Janeiro: Brasport, 2007. Thomas, Tom. Segurança de redes: Primeiros passos . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.		
Referências complementares:		
FERREIRA, Fernando Nicolau Freitas; ARAÚJO, Márcio Tadeu de. Política de segurança da informação: Guia prático para elaboração e implementação . 2.ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. NAKAMURA, Emilio Tissato; GEUS, Paulo Lício de. Segurança de redes em ambientes cooperativos . São Paulo: Novatec, 2007. FERREIRA, Fernando Nicolau Freitas; ARAÚJO, Márcio Tadeu de. Política de segurança da informação: Guia prático para elaboração e implementação . 2.ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Redes de Computadores: Servidores e Aplicações		Código: RCSA-31
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH Total: 80
Ementa:		

Estudo das Aplicações de Redes de Computadores, com foco na Internet. Segurança em Redes de Computadores, Gerenciamento de Rede. Projeto Lógico e Físico de Redes de Computadores, com enfoque prático.		
Referências básicas:		
ANDERSON, AI; BENEDETTI, Ryan. Use a cabeça: Redes de computadores . Rio de Janeiro: Alta Books, 2011		
MORAES, Alexandre Fernandes de. Segurança em redes: Fundamentos . São Paulo: Érica, 2010		
MORAES, Alexandre Fernandes de. Redes de computadores: Fundamentos . 7.ed. São Paulo: Érica, 2010.		
Referências complementares:		
GASPARINI, Anteu Fabiano Lúcio. Infra-estrutura, protocolos e sistemas operacionais de lans: Redes locais . 3.ed. São Paulo: Érica, 2007		
GOUVEIA, José; MAGALHÃES, Alberto. Redes de computadores . Rio de Janeiro: LTC, 2007		
PINHEIRO, José Mauricio S. Guia completo de cabeamento de redes . Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Gestão Empresarial		Código: GEM-32
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH Total: 80
Ementa:		
Contribuir com a formação de profissionais no campo da gestão empresarial, através dos conteúdos estratégicos da administração, trabalhar os conceitos, os princípios básicos da administração, o Ambiente Organizacional, Recursos Humanos, Marketing, Inovação, Empreendedorismo e Plano de negócios. Leis de software. Leis de Tecnologia da Informação e Comunicação. Leis dos contratos. Legislação penal e informática. Aspectos jurídicos e operacionais da propriedade intelectual. Direito à privacidade.		
Referências básicas:		
CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática . Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2006		
FERREIRA, Ademir Antônio; ISABEL, Maria; FONSECA, Ana Carla. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias . Editora Pioneira Thomson Learning, 2006.		
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital . 7ed. rev. e atual. São Paulo, 2012.		
Referências complementares:		
OLIVEIRA, Djalma de P. R.; Sistemas Organização & Métodos- Uma Abordagem Gerencial . 23ª ED. Editora Atlas. São Paulo, 2013.		
ALMEIDA FILHO, J. C. de A.; CASTRO, A. A. Manual de informática e direito da informática . Rio de Janeiro: Forense, 2005.		
PAESANI, L. M. Direito de informática: comercialização e desenvolvimento internacional do software . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Inclusão Social e Digital		Código: LBS-33
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH Total: 80
Ementa:		
Análise dos aspectos teóricos e metodológicos da inclusão social. Os processos de implementação da proposta de inclusiva social e a dinâmica da inclusão no cotidiano da sociedade. Noções de Língua Brasileira de Sinais. Considerações sobre o Braille. Tipos de necessidades especiais físicas e cognitivas. Estudo da legislação específica sobre inclusão social. Cibercultura e Redes Sociais: tendências e debates. Políticas Públicas de Inclusão Sociodigital. Inclusão Digital e Acessibilidade. Tecnologias Digitais e Aprendizagem.		
Referências básicas:		
ABRAMOXICZ, Anete e SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). Afirmando diferenças . Campinas/SP: Papyrus, 2015.		
BIANCHETTI, Lucídio, FREIRE, Ida Mara. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania . Campinas, SP: Papyrus, 2012.		
LÉVY, Pierre. Cibercultura . Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.		
Referências complementares:		
GRACIANI, Maria Stela Santos. Pedagogia social . São Paulo: Cortez, 2014.		
LEMO, André. CUNHA, Paulo (orgs.). Olhares sobre a cibercultura . Sulina: Porto Alegre, 2003.		
MINHOTO, Antônio (org.). Constituição, minorias e inclusão social . São Paulo: Rideel, 2009.		
SANTAELLA, Lucia. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo . São Paulo: Paulos, 2004.		
SANTOS, Mônica Pereira dos e PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). Inclusão em educação . 2.ed., São Paulo: Cortez, 2008.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Ética Profissional		Código: EP-34
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Ética e moral. A moralidade. A reflexão sobre a moralidade. A ética no pensamento ocidental. Capitalismo, comércio, indústria e a ética do interesse particular. O mundo do trabalho, o empresário e a sociedade. A ética empresarial, a globalização e o confronto de culturas. Ética profissional em um mundo globalizado. Responsabilidade social. A atuação profissional e os dilemas éticos. O exercício da profissão e o código de ética.		
Referências básicas:		
BAUMAN, Zigmunt. Vida em Fragmentos : sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 13.ed., São Paulo: Ática, 2009. NALINI, José Renato. Ética geral e profissional . 3.ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2001.		
Referências complementares:		
MIRANDA, Danilo Santos de (org.) Ética e Cultura . São Paulo: Perspectiva, 2011. SOUZA FILHO, Oscar d'Alva. Ética individual e ética profissional: princípios da razão feliz. 4.ed., Rio de Janeiro: ABC Editora, 2004. KUNG, Hans. Ética global para a política e a economia mundial. Petrópolis: Vozes, 2001.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Optativa II		Código: Nº da Optativa
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
A ementa deste componente será aquela da disciplina oferecida como optativa pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.		
Referências básicas:		
As referências básicas serão aquelas decorrentes da disciplina decidida pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.		
Referências complementares:		
As referências complementares serão aquelas decorrentes da disciplina decidida pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Desenvolvimento de Produto Científico e Tecnológico		Código: DPCT-35
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH Total: 80
Ementa:		
Estudos, leituras, orientações e elaboração de produtos científicos e tecnológicos com base nas linhas de pesquisa previstas no projeto pedagógico do curso.		
Referências básicas:		
As referências básicas serão aquelas decorrentes da elaboração de cada trabalho compreendendo o projeto, o trabalho e o relatório/artigo final.		
Referências complementares:		
As referências complementares serão aquelas decorrentes da elaboração de cada trabalho compreendendo o projeto, o trabalho e o relatório/artigo final.		

1.6.6. Das Disciplinas Optativas

Disciplinas	Códigos	Créditos	CH Teórica	CH Prática	Horas-Aula	Horas-Relógio
Linguagem de Programação Comercial	LPC-36	2	20	20	40	33
Computação em Nuvens	CEN-37	2	20	20	40	33
Banco de Dados Avançado	BDA-38	2	20	20	40	33
Projetos Avançados de Robótica	PAR-39	2	20	20	40	33

Inteligência Empresarial	INE-40	2	20	20	40	33
Fundamentos de Computação Gráfica	FCG-41	2	20	20	40	33
Processamento de Imagens	PRI-42	2	20	20	40	33
Internet das Coisas e Sociedade	ICS-43	2	20	20	40	33
Gestão de Inovações Tecnológicas	GIT-44	2	20	20	40	33
Estatística	EST-45	2	20	20	40	33
Atividade física e Qualidade de Vida do Trabalhador	AQVT-46	2	20	20	40	33
Desenvolvimento de Jogos	DDJ-47	2	20	20	40	33
Língua Brasileira de Sinais	LBS-48	2	20	20	40	33

1.6.7. Do Ementário das Disciplinas Optativas:

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Linguagem de Programação Comercial		Código: LPC-36
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Capacitar o aluno a projetar, desenvolver e alterar sistemas computacionais comerciais. Para isso, deverá utilizar uma linguagem de programação que utilize um ambiente <i>RAD</i> , bem como fazer uso de <i>framework</i> para criar e utilizar componentes visuais e relatórios comerciais.		
Referências básicas:		
DEITEL, Paul; DEITEL, Harvey. Java: Como programar . 8.ed. São Paulo: Pearson, 2010. FREEMAN, Elisabeth; FREEMAN, Eric. Use a Cabeça! Padrões e Projetos . 2.ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2009. GUEDES, Gilleanes T. A. UML 2: Uma abordagem prática . São Paulo: Novatec, 2009		
Referências complementares:		
MANZANO, José Augusto N. G. OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Algoritmos: Lógica para desenvolvimento de Programação de Computadores . 23.ed. São Paulo: Érica, 2010 BEIGHLEY, Lynn. Use a Cabeça! SQL . Rio de Janeiro: Alta Books, 2010. HEUSER, Carlos Alberto. Projeto de banco de dados . 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Computação em Nuvens		Código: CEN-37
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Introdução ao paradigma de computação em nuvem. Conceitos, vantagens, desvantagens e características. Arquitetura da Computação em Nuvem: Infraestrutura como Serviço (Infrastructure as a Service - IaaS). Plataforma como Serviço (Platform as a Service - PaaS)e Software como Serviço (Software as a Service - SaaS). Ferramentas de Implementação. Infraestrutura de Armazenamento: SimpleDB, Big Table, Simple Storage Service, storage virtualization, cloud storage. Segurança no armazenamento de dados em Computação em Nuvem. Introdução a Confiança e Reputação em Computação em Nuvens e aplicações.		
Referências básicas:		
VELTE, Anthony T.; TOBY J.; ELSENPETER, Robert. Cloud Computing – Ccomputação em nuvens: uma abordagem prática .. São Paulo – SP: ALTA BOOKS. 2011. TAURION, Cesar. Computação em Nuvem: transformando o mundo da tecnologia da informação . São Paulo - SP: BRASPORT. 2009. VERAS, Manoel. Cloud Computing – Nova Arquitetura da TI . São Paulo: BRASPORT. 2012.		
Referências complementares:		
PITANGA, Marcos. Construindo Supercomputadores com Linux . 3 ed. São Paulo: BRASPORT. 2008 PINOCHET, Luis. Tecnologia da Informação e Comunicação . São Paulo. Campus. 2014 FERREIRA, Antonio Miguel. Introdução ao Cloud Computing - IaaS, PaaS, SaaS, Tecnologia, Conceito e Modelos de Negócio . Ed. SARAIVA, São Paulo, 2015.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Banco de Dados Avançado		Código: BDA-38
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40

Ementa:	
O aluno é estimulado e orientado no uso de novas técnicas e sistemas de apoio à decisão (SAD). O uso de SADs no contexto de Sistemas de Apoio à Gerência; O Processo de Tomada de Decisão; Estrutura geral de um SAD; Bases de Dados e Data Warehouses como componentes de SADs. Modelagem e Análise: modelos estáticos e dinâmicos, otimização, simulação e programação heurística, gerenciamento da base de modelos, visão computacional em SADs.	
Referências básicas:	
REZENDE, Denis A; ABREU, Aline F. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais. São Paulo. – SP Atlas. 2013 FELIPE Nery r. Machado. TECNOLOGIA E PROJETO DE DATA WAREHOUSE. São Paulo – SP. 2013 CUKIER, Kenneth; Mayer-schönberger, Viktor. Big Data - Como Extrair Volume, Variedade, Velocidade e Valor da Avalanche de Informação Cotidiana. São Paulo. Campus. 2013	
Referências complementares:	
DAVENPORT, Thomas H. Big Data No Trabalho - Derrubando Mitos e Descobrimo Oportunidades. São Paulo. Campus. 2014 BARBIERI, Carlos. Bi2 - Business Intelligence - Modelagem e Qualidade. Campinas-SP. Campus. 2014 MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Tecnologia e Projeto de Data Warehouse. São Paulo. – SP . Érica. 2004	

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Projetos Avançados de Robótica		Código: PAR-39
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Elementos e caracterização de robôs. Manipulação e detecção de objetos por meio de motores, servo-motores, sensores e meios de localização de objetos e comunicação de posição. Cinemática de robôs, análise de trajetória, mudanças no sistema de coordenadas. Navegação robótica, determinação e otimização de trajetória. Planejamento de tarefas, sequenciamento de tarefas, noções de intertravamento e programação.		
Referências básicas:		
MATARIC, Maja. Introdução à robótica . São Paulo: Saraiva, 2015. OSÓRIO, Fernando; PRESTES, Edson; ROMERO, Roseli Aparecida Francelin. Robótica Móvel . Edit. Saraiva, 2015. ROSÁRIO, João Maurício. Princípios de mecatrônica . São Paulo: Saraiva, 2015.		
Referências complementares:		
BERNAL, Paulo Sergio Milano. Gerenciamento de Projetos na Prática - implantação, metodologia e ferramentas. São Paulo: Saraiva, 2015. WINDERSON, Eugênio dos Santos, GORGULHO JÚNIOR, José Hamilton Chaves. Robótica Industrial – fundamentos, tecnologias, programação e simulação. São Paulo: Erica, 2015. PAZOS, Fernando. Automação de sistemas & robótica . Rio de Janeiro: Axcel, 2002.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Inteligência Empresarial		Código: INE-40
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Contribuir com a formação de profissionais no campo da gestão empresarial, através dos conteúdos estratégicos da administração, trabalhar os conceitos, os princípios básicos da administração, o Ambiente Organizacional, Recursos Humanos, Marketing, Inovação, Empreendedorismo e Plano de negócios. Leis de software. Leis de Tecnologia da Informação e Comunicação. Leis dos contratos. Legislação penal e informática. Aspectos jurídicos e operacionais da propriedade intelectual. Direito à privacidade.		
Referências básicas:		
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital . 7ed. rev. e atual. São Paulo, 2012. OLIVEIRA, Djalma de P. R.; Sistemas Organização & Métodos- Uma Abordagem Gerencial . 23ª ED. Editora Atlas. São Paulo, 2013. CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática . Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2006.		
Referências complementares:		
OLIVEIRA, Djalma de P. R.; Sistemas Organização & Métodos- Uma Abordagem Gerencial . 23ª ED. Editora Atlas. São Paulo, 2013. ALMEIDA FILHO, J. C. de A.; CASTRO, A. A. Manual de informática e direito da informática . Rio de Janeiro: Forense, 2005. PAESANI, L. M. Direito de informática: comercialização e desenvolvimento internacional do software . 5.ed. São Paulo:		

Atlas, 2005.

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Fundamentos de Computação Gráfica		Código: FCG-41
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Introdução à computação gráfica. Evolução histórica da computação gráfica. Reprodução de cores em computação gráfica. Sistemas gráficos. Transformações geométricas. Técnicas de visualização em 2D e 3D. Programação gráfica com bibliotecas gráficas. Reprodução de Cores em Computação Gráfica. Noções sobre a Biblioteca OpenGL. Transformações Geométricas.		
Referências básicas:		
GONÇALVES, M. da SILVA . Fundamentos de Computação Gráfica . São Paulo. Érica.2014 GOMES, J. e VELHO, L. – Fundamentos da Computação Gráfica . Série de Computação e Matemática, 2003. HETEM JR, ANNIBAL. Fundamentos de Informática Computação Gráfica .1ª Ed. São Paulo Editora LTC.2006		
Referências complementares:		
CONCI, A., AZEREDO, E., LETA, F. R. Computação Gráfica Vol. 1 – Processamento e Análise de Imagens Digitais , Campus - Elsevier, 2003. CONCI, A., AZEREDO, E., LETA, F. R. Computação Gráfica Vol. 2 – Processamento e Análise de Imagens Digitais , Campus - Elsevier, 2007. ANIL K. JAIN. Fundamentals of Digital Image Processing . Prentice Hall, 1989. JÄHNE, B. Practical handbook on image processing for scientific applications . CRC Press. 589 p. 1997. MARQUES, O., NETO, H. V. Processamento Digital de Imagens , Brasport, 1999. □ Página do Ogê Marques: http://www.cse.fau.edu/~oge/pdi/index.html □ Disponível para download na página do Hugo Vieira Neto: http://pessoal.utfpr.edu.br/hvieir/pub.html		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Processamento de Imagens		Código: PRI-42
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Computação gráfica: origem e definição. Introdução ao processamento de imagens. Periféricos. Representação de objetos. Visualização bidimensional. Visualização tridimensional. Introdução ao realismo tridimensional.		
Referências básicas:		
ELHO Luiz, GOMES, Jonas. Fundamentos da Computação Gráfica . São Paulo: IMPA, 2015. HETEM JÚNIOR, Annibal. Computação Gráfica - Série Fundamentos de Informática . São Paulo: SARAIVA, 2015. BRECKON, Toby; SOLOMON, Chris. Fundamentos de Processamento Digital de Imagens . São Paulo: SARAIVA, 2015.		
Referências complementares:		
PEDRINI, Hélio; SCHWARTZ, William Robson. Análise de Imagens Digitais - Princípios, Algoritmos e Aplicações . São Paulo: SARAIVA, 2015. FELGUEIRAS, Carlos; GARROTT, João. Introdução ao Processamento Digital de Imagem . São Paulo: SARAIVA, 2015. GONÇALVES, Márcio da Silva. Fundamentos de Computação Gráfica . São Paulo: Erica, 2015.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Internet das Coisas e Sociedade		Código: ICS-43
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Aplicação de conceitos e práticas de internet das coisas, hardware livre e desenvolvimento de sistemas em Cidades Inteligentes, Meio Ambiente, cultura e diversidade.		
Referências básicas:		

BRAKE, David K.; SAFKO, Lon. A Bíblia da Mídia Social . São Paulo: Saraiva, 2010
LEMOS, Andre. A comunicação das coisas . São Paulo: Annablume, 2014
LEMOS, André. A comunicação das coisas : teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.
Referências complementares:
TERUEL, Evandro Carlos. Web Mobile - Desenvolva Sites Para Dispositivos Móveis Com Tecnologias de Uso Livre – São Paulo: Ciência Moderna, 2015.
FREIRAS, Henrique; SACCOL, Amarolinda Zanela. Mobilidade Empresarial - Oportunidades e Desafios do Uso de Tecnologias Móveis Para Negócios. São Paulo: Saraiva, 2015.
LEMOS, André. A comunicação das coisas . internet das coisas e teoria ator-rede. Etiquetas de radiofrequência em uniformes escolares da Bahia., in Pessoa, Fernando (org.). Cyber Arte Cultura. Atrama das Redes. Seminários Internacionais Museu Vale, ES Museu Vale, Rio de Janeiro, 2013
REED, Jon. Marketing Online - Como Usar Sites, Blogs, Redes Sociais e Muito Mais. Edit. Saraiva, 2012.
MARQUES, Garcia, MARTINS, Lourenço. Direito da Informática . Coimbra: Livraria Almedina, 2000

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Gestão de Inovações Tecnológicas		Código: GIT-44
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Situa o lugar das tecnologias de informação e de comunicação (TICs) nos processos sócio-econômicos contemporâneos: conceitua TICs, paradigmas tecnológicos, inovação, tecnologia e desenvolvimento; identifica a revolução das TICs e as Sociedades Informacionais; conhece o Programa Sociedade da Informação no Brasil. Estuda a gestão do conhecimento e de inovações tecnológicas nas organizações (ênfase na Administração Pública): conceitua gestão, conhecimento e competitividade; analisa a gestão por competências e habilidades nas organizações; identifica indicadores de pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Estado e nas organizações; a cultura da inovação e sua disseminação, buscando a competitividade e a sustentabilidade.		
Referências básicas:		
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. 7ed. rev. e atual. São Paulo, 2012.		
OLIVEIRA, Djalma de P. R.; Sistemas Organização & Métodos- Uma Abordagem Gerencial. 23ª ED. Editora Atlas. São Paulo, 2013.		
WEILL, Peter. ROSS, Jeanne W. Governança em TI. M Books. 2005		
Referências complementares:		
CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2006		
DOLABELA, F. Oficina do Empreendedor. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999		
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.		

EMENTA DA DISCIPLINA		
Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Estatística		Código: EST-45
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Análise Combinatória. Cálculo de Probabilidades. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Utilização de Softwares Estatísticos. Distribuição de frequência. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Separatrizes, assimetria e curtose. Correlação e Regressão linear. Apresentação gráfica de resultados. Probabilidade clássica. Distribuição binomial, normal, poisson.		
Referências básicas:		
MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística Básica . 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		
IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, Mauro. Fundamentos de Matemática elementar , Volume 11. 1. Ed. São Paulo: Atual 2004.		
TAKAHASHI, Shin; INOVE, Iroha. Guia Mangá de Estatística . São Paulo. Novatec Editora. 2010.		
Referências complementares:		
SPIEGEL, Murray R. Estatística . Tradução e revisão técnica Pedro Consentino, 3a ed. São Paulo: Makron Books, 1993 – Coleção Schaum.		
FONSECA, Jairo Simon. Curso de Estatística . São Paulo: Atlas, 1990.		
LEVINE, David M. et al. Estatística: Teoria e Aplicações usando Microsoft Excel . 3.ed. São Paulo: LTC, 2005.		
SOARES, J. F.; FARIAS, A. A.; e CESAR, C. C. Introdução à estatística . Rio de Janeiro: LTC, 1991.		

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Atividade Física e Qualidade de Vida do Trabalhador		Código: AQVT-46
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Atividade física, saúde e qualidade de vida. Os componentes da aptidão física relacionada à saúde. Testes, medidas e avaliação da aptidão física relacionada à saúde. Princípios básicos do condicionamento físico para o bem-estar. Educação para um estilo de vida ativo e promoção da saúde. Exercícios físicos e as doenças relacionadas à atuação profissional nas ciências da computação. Os componentes do perfil de estilo de vida individual: atividade física, alimentação, comportamento preventivo, relacionamentos e controle do estresse. Esporte e o lazer ativo como mecanismo de promoção da saúde.		
Referências básicas:		
FOSTER, Carl e MAUD, Peter J. Avaliação fisiológica do condicionamento físico . [S. l.]: Phorte, Editora, 2009. HIRSCHBRUCH, Márcia Daskal; CARVALHO, Juliana Ribeiro de. Nutrição Esportiva: uma visão prática . 2. ed. São Paulo: Manole, 2008. NAHAS, Markus Vinicius. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo . 6. ed. Londrina: Midiograf, 2013.		
Referências complementares:		
FOSTER, Carl e MAUD, Peter J. Avaliação fisiológica do condicionamento físico humano . 2. ed. Phorte Editora, 2009. NOBRE, Moacyr; ZANETTA, Rachel. Multiplicadores do Estilo de Vida Saudável . Artmed, 2011. OGATA, Alberto SIMURRO, Sâmia. Guia Prático de Qualidade de Vida: como planejar e gerenciar o melhor programa para sua empresa . Elsevier, 2009.		

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Desenvolvimento de Jogos		Código: DDJ-47
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH Total: 40
Ementa:		
Apresentar os conceitos básicos de game design, programação e desenvolvimento de jogos. Compreender os conceitos relacionados com jogos digitais e edutreinamento. Compreender os elementos da produção de jogos digitais. Auxiliar no processo de desenvolvimento de conteúdo educacional no formato de jogos digitais. Estímulo ao desenvolvimento do raciocínio lógico e sistemático.		
Referências básicas:		
MARCELO, Antônio e PESCUITE, Júlio. Design de Jogos - Fundamentos . São Paulo: Erica, 2015. GONZAEZ, Rafael C.; WOODS, Richard E. Jogos Eletrônicos - Mapeando Novas Perspectivas . São Paulo: SARAIVA, 2015. MENDES, Cláudio Lúcio. Jogos Eletrônicos - Diversão, Poder e Subjetivação . Editora SARAIVA, São Paulo, 2015.		
Referências complementares:		
ANDALÓ, Flávio. Modelagem e animação 2D para jogos . São Paulo: saraiva, 2015. GULARTE, Daniel. Jogos Eletrônicos - 50 Anos de Interação e Diversão . São Paulo: SARAIVA, 2015. GUIMARÃES NETO, Ernane, LIMA, Leonardo. Narrativas e personagens para jogos . São Paulo: Saraiva, 2014. BRAGA, M M. e Gomes, A. S. (2003), Análise Crítica do Uso do Contexto de Jogo em Software Educativo para o Ensino de Matemática , Pôster publicado nos Proceedings do II Workshop de Jogos e Entretenimento Digital – Wjogos'03, Ribeirão Preto-SP.		

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
Disciplina: Língua Brasileira de Sinais		Código: LBS-48
CH Teórica: 10	CH Prática: 30	CH Total: 40
Ementa:		
Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Fundamentos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Aquisição e desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em LIBRAS.		
Referências básicas:		
PEREIRA, Maria Cristina da C. Libras . São Paulo: Pearson, 2011. COPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, V. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira . Vol. I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. FIGUEIRA, Alexandre dos S. Material de apoio para o aprendizado de Libras . São Paulo: Phorte, 2011.		

Referências complementares:

GESSE, Audrei. **Libras**: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2011.
 CAPOVILLA, Fernando Cesar. **Enciclopédia da língua de sinais brasileira v.1**: o mundo do surdo em libras. Sao Paulo: EdUSP, 2009.
 BRANDAO, Flavia. **Dicionário ilustrado de Libras**: Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Global, 2011.
 KOJIMA, Catarina Kiguti. **LIBRAS**: Língua Brasileira de Sinais - a imagem do pensamento. Sao Paulo: Escala, s.d..
 FRIZANCO, Mary L. E.; et al. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de sinais**. São Paulo: Nova Cultural, 2009

1.7. Da Metodologia

As metodologias propostas visam ao rigor, à solidez e à integração dos conhecimentos teóricos e práticos, voltados para a formação do profissional e do cidadão. O objetivo é levar os alunos a aprender a aprender que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, garantindo a formação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado ao indivíduo e à coletividade.

A construção de um projeto apoiado em relações democráticas previstas na concepção do curso fica garantida nas metodologias participativas e integradoras, tais como trabalhos em grupos e aulas dialogadas.

As pesquisas e os seminários levam a formação de profissionais que possam também produzir novos conhecimentos, aliando a teoria à prática por meio da observação e da análise da realidade educacional brasileira. A concepção do curso contempla o indivíduo na condição pós-moderna, envidando a formação do conhecimento, aprendendo a lidar com o avanço da ciência, da tecnologia de forma integral e a olhar para o novo homem de forma holística.

Essa visão da educação, que tem por objetivo despertar a consciência do ser humano e sua relação com o mundo que o cerca, é contemplada por intermédio das metodologias que favoreçam não apenas o saber, mas o saber pensar e o intervir.

No IFRO, caberá a cada professor a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso.

No seu fazer pedagógico, o professor deverá estar mais preocupado em formar competências, habilidades e disposições de conduta do que com a quantidade de informações.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, sendo que o planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e em equipe, que incluam, entre outros:

- aulas expositivas/dialogadas:
- leitura e discussão de textos
- pesquisas
- estudos e trabalho em grupo
- exercícios de interpretação de textos
- dinâmicas de grupo
- seminários temáticos
- debates
- elaboração de projeto de pesquisa
- pesquisa teórica/bibliográfica
- análise da legislação

- visitas técnicas em instituições conveniadas e outras
- estudos de caso

1.7.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas

O Projeto Pedagógico do Curso visa proporcionar uma sólida formação com o propósito de formar um profissional generalista que valorize a interdisciplinaridade, que tenha autonomia no pensar e decidir e que seja capaz de atender as necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais.

Ademais, visa-se, com a implantação do curso formar um indivíduo que esteja apto a atuar profissionalmente em equipes multi profissionais ou individualmente, na iniciativa privada ou no setor público, em grandes centros urbanos ou pequenos, com produtividade e qualidade, tendo como preocupação a relação entre o ambiente e a qualidade de vida física e intelectual dos semelhantes.

Cabe destacar que o município de Vilhena e a região, em que será oferecido este curso, possui infra-estrutura capaz de absorver os egressos, assim como de proporcionar importantes experiências de prática profissional aos alunos.

A implantação do curso não constituiu uma realidade dissociada do contexto geral do IFRO. Muito pelo contrário, esse curso somará esforços aos demais mantidos pela IES rumo ao cumprimento de sua grande missão que é formar profissionais capacitados para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania plena.

Assim sendo, inserido no contexto da oferta de cursos do IFRO, o **Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas** visa à formação acadêmica de um profissional com sustentação científica, postura ética reflexiva, qualificado para o exercício profissional, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Considerando que o Estado de Rondônia está em franco desenvolvimento e que suas estruturas econômicas e sociais também crescem no mesmo sentido, faz-se necessária a implantação deste curso com o propósito de preparar profissionais melhores qualificados para atender a demanda por melhores tecnologias requeridas pelo mercado que, a cada dia, cresce de forma acelerada.

Em conformidade com o novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) o IFRO cria e implanta seus projetos de cursos visando o desenvolvimento do cidadão e do meio em que ele está inserido e atua como indivíduo reflexivo, crítico e criativo.

Ainda em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), o IFRO acredita que “o Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem acesso a uma Educação de qualidade”. Assim o sendo, O IFRO contribui para o movimento Todos pela Educação, citado no texto do PNE, procurando sanar as necessidades de formação profissional no âmbito de sua região de abrangência.

As vagas oferecidas pelo curso não têm a intenção de faltar o mercado de egressos, mas de poder oferecer um profissional diferenciado para um mercado que a cada dia se torna mais e mais competitivo. Isso para não falar no aquecido desenvolvimento econômico e social da região que demanda por um profissional que seja capaz de, não só resolver os problemas urgentes da sociedade, mas que seja capaz de planejar a médio e em longo prazo ações que atendam a um desenvolvimento da sociedade rondoniense de forma digna e sustentável.

O crescimento econômico contribui para o crescimento populacional, visto que há uma tendência de pessoas migrarem de estados menos desenvolvidos em busca de melhores condições de vida nos estado com melhores condições econômicas. Assim o sendo, o crescimento populacional, por sua vez, requer ampliação na infraestrutura e na formação de pessoal que possa atender a essa demanda, fato que justifica a criação de um curso de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental.

A população local cresce em todos os sentidos. Do ensino médio, saem todos os anos, conforme o disposto no PPC deste curso, alunos ávidos por fazer uma faculdade com o propósito de se preparar para o trabalho e para a atuação no mais aquecido mercado de trabalho de todos os tempos.

Em síntese, por acreditar no diálogo com o cidadão e com a sociedade, o IFRO lança no mercado um curso, cuja concepção se dirige para o interacionismo e para a dialógica entre o homem e o meio para o qual ele está sendo preparado. A tecnologia tem por principal objetivo favorecer a interação entre os sujeitos que vivem coletivamente. Assim sendo, a interação (homem versus meio e meio versus homem) será a base de sustentação entre a teoria (vivenciada na academia) e a prática vivenciada (no meio social).

1.7.1.1 Práticas pedagógicas previstas

Dentre as principais atividades previstas no processo de ensino e aprendizagem, constam:

- **Aula:** módulo de atendimento com duração estabelecida na matriz curricular do curso em que a aula se aplica, envolvendo atividades apenas teóricas, apenas práticas, ou teóricas e práticas, na sala de aula ou espaço alternativo, conforme programação feita pelo professor e previsão nos planos de ensino;
- **Estágio:** prática profissional obrigatória realizada em ambiente preparado para a formação profissional na prática, fora do momento de aula, com carga horária específica estabelecida no projeto de curso e regulamentação em documento próprio do IFRO;
- **Trabalho de conclusão de curso:** prática profissional obrigatória, com carga horária específica estabelecida no projeto de curso, envolvendo um projeto de pesquisa e a descrição de resultados do projeto em um artigo, conforme normas da metodologia científica e regulamento próprio do IFRO;
- **Excursão e visita técnica:** visita orientada de alunos e professor a ambientes de produção ou serviço relacionados ao curso, com vistas à vivência prévia das condições de trabalho, e que pode ser computada como aula, quando envolve toda a turma à qual a aula se aplica;
- **Atividade de extensão:** atividade complementar orientada pelos professores (feira, mostra, projetos sociais, oficina, visita técnica, encontros, entre outros), que desenvolva algum conteúdo trabalhado em sala de aula ou ambiente assemelhado, dentro do curso, e que pode ser computada como aula mediante aprovação da Diretoria de Ensino;
- **Atividade de pesquisa científica:** atividade complementar orientada por professor, a partir de um projeto de pesquisa, vinculada ou não a programas de fomento, como os de Iniciação Científica.

1.7.2 Atividades Semipresenciais

As atividades semipresenciais estão previstas para cursos presenciais superiores já reconhecidos pelo MEC através da Portaria nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004, que determina que todo estudante de graduação em modalidade presencial pode cursar em modalidade semipresencial 20% da carga horária total do curso.

A proposta de oferecimento de disciplinas, a partir do reconhecimento do curso, poderá ser:

- a) Disciplina oferecida exclusivamente na modalidade semipresencial;
- b) Disciplina presencial já existente ofertada em uma versão semipresencial;
- c) Disciplina ofertada de modo semipresencial em substituição à presencial já existente;
- d) Disciplina presencial com oferta de parte de sua carga-horária na modalidade semipresencial.

Será de competência da coordenação a criação e oferta de disciplinas semipresenciais com o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) já existente no IFRO, através de processo formalizado respeitando:

- a) Plano de ensino e planos de aulas da disciplina com os métodos e práticas de ensino-estudo-aprendizagem que incorporem o uso do AVA;
- b) Manifestação do NDE quanto ao interesse de aproveitamento da disciplina presencial na versão semipresencial para o curso;
- c) Organização do conteúdo da disciplina a ser ofertada na versão semipresencial no AVA pelo professor com supervisão e orientação da coordenação do curso;
- d) Aplicação experimental do modelo semipresencial da disciplina, podendo esta ser feita no período letivo normal em disciplinas como recurso auxiliar da disciplina presencial correspondente;
- e) Análise e parecer da coordenação do curso sobre a aplicabilidade do plano de ensino semipresencial;
- f) Análise e parecer do NDE do curso sobre a aplicabilidade do programa semipresencial.

1.7.2.1 Elaboração dos Planos de Ensino

Os Planos de Ensino das disciplinas a serem ofertadas em versão semipresencial e a distância devem conter, obrigatoriamente:

1. Descrição detalhada das atividades semipresenciais, se a disciplina será toda ofertada na versão semipresencial ou se apenas parte dela, contendo:
 - a. A parte presencial deve ser descrita definindo as aulas teóricas e práticas.
 - b. A parte semipresencial deve também ser descrita contendo: debates em fóruns, tarefas em grupo, tarefas individuais, resoluções de questões de múltipla escolha entre outras atividades disponíveis no AVA.
2. Garantir a realização de pelo menos 1 (um) encontro quinzenal de 1 (uma) hora entre o professor da disciplina e os estudantes cursantes que manifestarem a necessidade de contato presencial, sendo que esses encontros o professor estará disponível para tirar dúvidas e debater temas específicos;
3. Determinar prazo, não superior a 4 (quatro) dias úteis, para o atendimento do professor aos questionamentos dos estudantes;
4. O professor deverá apresentar as atividades interativas que serão feitas com os estudantes, informando sua periodicidade;
5. A **avaliação do rendimento acadêmico** dos estudantes na disciplina semipresencial deverá possuir no mínimo 2 (duas) avaliações, sendo pelo menos uma delas presencial e uma com o uso do AVA.

1.7.2.2 Material Didático Para o AVA

O professor deverá utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem do IFRO disponibilizando:

- a) Plano de Ensino da Disciplina;
- b) Conteúdo Programático;
- c) Plano de aula;

- d) Material de própria autoria ou não (fazendo as devidas citações) para estudo/leitura dos estudantes, sendo eles livros, apostilas, artigos científicos em formato pdf, não se esquecendo de criar o cronograma que os estudantes devem seguir para a leitura do material;
- e) Áudio-aulas e vídeo-aulas que podem ser de própria autoria ou de terceiros (fazendo as devidas citações) podendo aproveitar o canal EaD do IFRO – Campus Zona Norte no Youtube;
- f) Uso das ferramentas de comunicação disponíveis no AVA, sendo elas: Fórum, chat, correio eletrônico, avaliações on-line, gerenciamento de acesso e participação.

1.8. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado caracteriza-se como conteúdo curricular que fomenta o perfil do formando, consistindo numa atividade obrigatória, mas diversificada, tendo em vista a consolidação prévia dos desempenhos profissionais desejados, segundo as peculiaridades do curso.

Visa contemplar uma prática profissionalizante de qualidade, vinculada a uma postura crítica diante dos conhecimentos teóricos, assim como a uma postura ética diante do trabalho, tendo por objetivos:

- I. Propiciar ao aluno subsídios para a compreensão da realidade institucional;
- II. Compreender a inter-relação teoria e prática em condições concretas;
- III. Trabalhar em condições reais de planejamento e sistematização.

A disciplina do Estágio Supervisionado é bastante peculiar, diferenciando-se das demais, pois implica colocar o aluno em contato direto com a área de intervenção que é bastante diversificada. Neste caso, o estágio será administrado obedecendo a regras descritas em manual próprio.

Pelo seu caráter implementador de desempenhos profissionais, antes mesmo de se considerar concluído o curso, é necessário que, à proporção que os resultados do estágio forem sendo verificados, interpretados e avaliados, o estagiário esteja consciente do seu atual perfil, naquela fase, para que ele próprio reconheça a necessidade da retificação da aprendizagem nos conteúdos em que revelará equívocos ou insegurança de domínio e da própria reprogramação da prática.

O Estágio dará ênfase à mediação teoria/prática, recuperando os procedimentos metodológicos necessários à intervenção profissional na realidade. Deverá ser acompanhado pelo professor-supervisor da disciplina e pelo professor-supervisor de campo. O professor supervisor da disciplina deverá aprovar, avaliar e acompanhar a execução do projeto de estágio.

Dessa forma, o Estágio Curricular terá por objetivo propiciar ao aluno, uma experiência profissional supervisionada, possibilitando o desenvolvimento de suas habilidades, seu aprimoramento pessoal e profissional e sua inserção na vida profissional.

As atividades de estágio devem estar registradas, bem como as análises e as experiências dos alunos.

O Estágio será coordenado por um professor do curso, o qual seguirá, conforme já dito anteriormente, as normas descritas em manual próprio, sempre à disposição das comissões do MEC e de toda a comunidade envolvida no processo de implantação e desenvolvimento do curso.

1.9. Atividades Complementares

As Atividades Complementares, por seu turno, visam possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo

com experimentos e vivências acadêmicas, internos ou externos ao curso, não se confundindo com o estágio curricular supervisionado.

Assim, se orientam a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais, e se constituem em componentes curriculares enriquecedores e fomentadores do perfil do formando.

As Atividades Complementares serão coordenadas por um professor lotado no curso que seguirá o regulamento devidamente elaborado para este fim.

A flexibilidade do curso importa na abertura de oportunidades para a construção integrada de saberes e habilidades, o que justifica a importância de estudos independentes e a efetivação, na matriz do curso, das Atividades Complementares.

A competência profissional do egresso há de resultar da integração de várias competências distintas, além da exclusivamente científica, a saber, a crítica, a técnica, a relacional, a de atuação prática e a humanística, desenvolvendo interesses pelos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da comunidade à qual pertence.

Deste modo, as Atividades Complementares constituem um conjunto de práticas de extensão, por participação e/ou execução, em projetos e eventos desenvolvidos dentro e/ou fora da IES e que promovam o aprimoramento da formação acadêmica do aluno, bem como estabeleçam a relação educativa indispensável entre a teoria e a prática, como complementação das atividades curriculares pré-estabelecidas.

1.10. Trabalho de Conclusão de Curso

Sendo todo o curso voltado à produção de trabalhos de cunho tecnológico, científico e acadêmico, e o aluno incentivado a ser um pesquisador e articulador da teoria e da prática, o TCC configura-se como o encerramento de todas as atividades no âmbito da formação inicial e serve como propulsor para as atividades de formação continuada. Assim, quer seja por meio de pesquisa bibliográfica, ou por pesquisa de campo, o acadêmico vivencia, por meio do TCC a sistematização de conceitos e o relacionamento dos mesmos com o campo prático.

Assim sendo, em conformidade com o regulamento próprio, a disposição nos arquivos eletrônicos e na biblioteca de cada câmpus, o Trabalho de Conclusão de Curso constitui uma atividade curricular pautada em atividades devidamente orientadas por profissionais lotados no âmbito do curso segundo o predisposto no regulamento próprio.

No caso específico deste curso, o Trabalho de Conclusão de Curso constitui na elaboração de uma solução tecnológica para um problema empresarial ou social com conseqüente elaboração de artigo científico escrito pelo aluno com coautoria do professor orientador a ser apresentado e avaliado em banca composta segundo regulamento próprio.

1.11. Apoio ao Discente

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno.

O aluno conta com o atendimento da Secretaria Acadêmica no que compete a ela e também com o apoio irrestrito do coordenador do curso que está a sua disposição em horários prefixados em murais e disponíveis no site da IES.

Além do atendimento direto e geral, o aluno também conta com atendimentos especializados. O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) é o principal órgão de atendimento e de apoio ao acadêmico no tocante as suas dificuldades de adaptação e de aprendizagem.

No âmbito dos cursos, há outros segmentos especializados no atendimento e apoio discente, a exemplo do Núcleo de Atendimento em Distúrbios e Dificuldades de Aprendizagem, com acompanhamento dos alunos que, por natureza de sua formação básica, apresentam desníveis de conhecimento em relação aos demais componentes do grupo. Além do mais, há, também, o Plano de Diagnóstico e Nivelamento que visa a diagnosticar os alunos com déficit de aprendizagem e, por meio de ações, nivelá-los segundo critérios descritos em regulamento próprio.

Para os alunos que precisam ser ouvidos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões há ainda a Ouvidoria que tem atendimento presencial e pelos sistemas de comunicação eletrônica. A Ouvidoria é segmento importante no atendimento e apoio ao discente e está regulamentada em documento próprio.

1.12. Avaliação do Curso e Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso

A respeito da autoavaliação, o PPC contempla o previsto na Lei nº 10.861/2004 - SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

A estruturação avaliativa do curso compreende o especificado no Projeto e Regulamento da CPA e contempla os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas.

Na busca de seu reconhecimento como entidade educacional comprometida com sua missão e suas políticas institucionais, o IFRO preocupado em melhorar os serviços oferecidos à comunidade aplica, constantemente, instrumentos avaliativos a fim de detectar as falhas para fazer as correções imediatas e necessárias.

A identificação dos pontos fortes e fracos do IFRO permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a persecução de seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais.

O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos como forma da construção de uma identidade coletiva. Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte, além, é claro, da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma autoavaliação proposta para cada acadêmico.

A avaliação do curso é encaminhada à Coordenação de Curso pela CPA para que possa propor as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores.

A obtenção dos resultados avaliativos do curso tem possibilitado um diagnóstico reflexivo sobre o papel desenvolvido pelo IFRO no âmbito interno e externo, favorecendo a adoção de novas ações e procedimentos que atendam às demandas do entorno social no qual está inserida, contribuindo, desta maneira, para a construção de uma identidade mais próxima à realidade do ambiente em que se localiza e atua como agente de transformação social e cultural.

A avaliação do PPC traz, em si, a oportunidade de rupturas com a acomodação e abre espaço para se indagar qual a importância do curso para a sociedade, qual a melhor política a ser adotada em sua implementação e qual a sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

O acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso resultam, principalmente, de um trabalho integrado entre o Colegiado de Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão Própria de Avaliação e os demais segmentos do IFRO que, de posse dos resultados, desenvolvem ações de construção e reconstrução do curso e de seu

Projeto Pedagógico visando a criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento social do saber historicamente construído.

São considerados relevantes para o processo de avaliação do curso e de seu Projeto Pedagógico os indicadores oriundos de dados originados das demandas da sociedade, do mercado de trabalho, das avaliações do curso pelo INEP, do ENADE, do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRO e dos resultados das atividades de pesquisa e extensão.

O processo de autoavaliação do PPC foi implantado de acordo com as seguintes diretrizes: a autoavaliação do curso constitui uma atividade sistemática que deve ter reflexo imediato na prática curricular; deve estar em sintonia com o Projeto de Autoavaliação Institucional e, por último, deve envolver a participação dos professores, dos alunos e do corpo técnico-administrativo envolvido com o curso.

Cabe a CPA e a Coordenação do Curso operacionalizar o processo de autoavaliação junto aos professores, com o apoio do NDE. Deve haver, ao final do processo, a produção de relatórios conclusivos, a análise desses relatórios conclusivos de autoavaliação pela CPA, pela Coordenação do Curso e pelo NDE.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético.

1.12.1. Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pelo coordenador de curso e pelos professores com jornada semanal específica para atendimento extraclasse ao discente, conforme Resolução 34 do CONSUP; assim como pelos serviços especializados de atendimento ao discente. Esse atendimento é feito personalizado e individualmente. O aluno, sem prévio agendamento, faz valer seus direitos tirando dúvidas e apresentando sugestões. Os docentes atendem os alunos que participam dos projetos de iniciação científica, das monitorias, projetos de pesquisa, extensão, dos trabalhos de conclusão de curso, dos estágios supervisionados.

1.12.2. Atendimento Psicopedagógico

O corpo discente deste e de outros cursos mantidos pela IFRO conta com o Serviço oferecido pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE). O NAPNE tem por objetivo assessorar e acompanhar os alunos em suas ações, atividades e comportamentos.

O NAPNE promove e executa programas visando à melhoria das condições psicológicas e de desempenho acadêmico do alunado. Além do mais, o NAPNE desenvolve ações em conjunto com as coordenações de curso, Coordenação de Ensino e Coordenação de Assistência/Apoio ao Educando com o propósito de diagnosticar os problemas e de, conseqüentemente, apresentar soluções para eles.

1.12.3. Estratégias de Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes, o IFRO oferece cursos e atividades de nivelamento em matemática, língua portuguesa e em outras disciplinas nas quais os discentes mostrarem-se deficitários em relação aos demais de suas turmas. Os cursos de nivelamento são oferecidos a todos os alunos do primeiro semestre dos cursos de graduação, logo nas primeiras semanas de aula.

Os cursos e atividades de nivelamento têm por objetivo revisar conteúdos necessários ao desempenho acadêmico do aluno; oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula; integrar o estudante na comunidade acadêmica e fazê-lo refletir sobre o que representa a nova vida acadêmica.

O IFRO, por meio de programa próprio, oferece suporte ao desenvolvimento de cursos de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso e também levando em conta as necessidades identificadas pelas coordenações dos cursos. Além dos acima enumerados, outras disciplinas e conteúdos podem ser apresentados para nivelamento dos alunos ingressantes no IFRO.

1.12.4. Estratégias de Interdisciplinaridade

A proposta de formação interdisciplinar supõe e se operacionaliza em procedimentos teóricos e metodológicos que implicam na integração de conteúdos e atividades das diferentes disciplinas que compõem a matriz curricular do curso.

Isso permitirá conceber o conhecimento como unidade na formação, superando as divisões entre as mesmas, entre teoria e prática, entre ensino e pesquisa, considerando-as, a partir da contribuição das ciências, diferentes leituras de que o processo de aprendizagem não se limita aos conteúdos propostos.

A matriz curricular deve ser organizada, então, em razão de um plano de etapas de formação intelectual. Uma estratégia para isso pode ser a elaboração de projetos de ensino com o fim de articular disciplinas umas com as outras, em razão de afinidades de conteúdos e pontos de continuidade. A proposição deve ocorrer em dois sentidos:

- horizontal: envolvendo disciplinas diferentes em um mesmo período;
- vertical: envolvendo disciplinas em sequência de períodos.

O estabelecimento de cadeias de conexões horizontais e verticais entre disciplinas incentiva o apoio recíproco entre docentes, dinamiza a aprendizagem e remove a impressão de que as matérias são estanques entre si.

Uma das formas de se programar a prática interdisciplinar é através do que se denomina problematização dos conhecimentos em contato com a realidade por intermédio de um estudo dialógico, tendo em vista que problematizar, tomando como referencial a realidade do acadêmico, significa permitir que o mesmo possa refletir sobre si mesmo enquanto ser pensante.

No ato de repensar o curso apresentado neste Projeto Pedagógico, pode-se, também, recorrer à interdisciplinaridade desse com outros cursos do IFRO conscientizando o acadêmico de que um curso de qualidade não se fundamenta na memorização de conceitos, mas na reflexão ampla e profunda da realidade pautada em aspectos teóricos oriundos de diversos campos científicos.

A interdisciplinaridade com outros cursos poderá ocorrer também por meio de parcerias que sustentem o desenvolvimento de projetos voltados para o benefício da comunidade.

A implantação de projetos que visem ações interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares constitui meta importante no processo de ensino e de aprendizagem dos cursos de graduação oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

As ações interdisciplinares deverão ser regulamentadas em programas próprios, os quais, além de normas, objetivos e metas, deverão apresentar princípios didáticos e metodológicos do ser e do fazer interdisciplinar.

1.12.5. Estímulos às Atividades Acadêmicas

A missão do IFRO alicerça-se no desenvolvimento da atividade educacional formativa, desenvolvendo e preparando profissionais, cidadãos livres e conscientes, que busquem projetos de vida, participativos, responsáveis, críticos

e criativos, construindo e aplicando o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade em que vivem e de futuras gerações.

O Instituto Federal de Rondônia oferece educação superior, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento e com a transformação social, cultural, política e econômica do Estado de Rondônia e da Região. Assim, a Instituição tem a responsabilidade social de preparar profissionais éticos e competentes capazes de contribuir para o desenvolvimento regional, o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos. Consoante com a sua missão, o IFRO proporciona muitos estímulos aos discentes para a realização de atividades acadêmicas e participação em eventos complementares.

Por assim o ser, O IFRO incentiva a participação do estudante em viagens de estudos; em atividades de extensão; monitoria; pesquisa; discussões temáticas; estudos complementares; participação em seminários, encontros, simpósios, conferências e congressos, internos e externos; participação em estudos de casos; projetos de extensão; em publicação de produção científica em instrumentos próprios e em outros periódicos nacionais e internacionais devidamente registrados nos órgãos de indexação e, finalmente, em visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais. Além disso, o IFRO apoia a divulgação de trabalhos de autoria dos seus alunos.

O aluno recebe incentivo institucional efetivo, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de sua trajetória acadêmica, quanto no que concerne às ações que o estimulam a permanência na Instituição em programas de formação continuada e de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

1.13. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem

O IFRO dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores, salas de coordenação, sala do NDE. Disponibiliza 3 laboratórios de informática equipados com 20 computadores cada um, todas ligadas à internet. Além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Diversas dependências comuns da IES disponibilizam serviço de wireless aos estudantes. A IES incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. As aulas com slides por meio de projetor multimídia ou de aparelhos de televisão possibilitam ao docente utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, entre outros. Os docentes utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação, TV/DVD e da música/som e outros. A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação; e a possibilidade de comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem.

Nos microcomputadores e softwares disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados(as):

- a) A internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como

- Periódicos Capes, Google, Google Acadêmico, Yahoo, enciclopédia online, demais banco de dados e outros) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;
- b) A comunicação por e-mail, já está consagrada institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;
 - c) Os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados, são, frequentemente, utilizados pelos docentes, na instituição, para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides ou blogs;
 - d) Os jogos e simulações, propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;
 - e) Nivelamento em disciplinas básicas, cursos de extensão e integralização de carga-horária, *on line*, por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), utilizando o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (MOODLE);
 - f) Demais ferramentas, de acordo com o previsto nos planos de ensino.

1.14. Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem do Curso

A avaliação de desempenho acadêmico, parte integrante do processo ensino-aprendizagem, é feita por disciplina e incide sobre a frequência e o aproveitamento escolar do aluno.

Independentemente dos demais resultados obtidos, são considerados reprovados na disciplina, os alunos que não obtiverem frequência mínima igual a 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e demais atividades programadas.

Os procedimentos de avaliação pontuarão com notas quantitativas a assiduidade, a pontualidade, a participação nos trabalhos, bem como a apresentação, a redação, a coerência, a abrangência, a pertinência com os temas abordados em aula, a visão crítica e criatividade do aluno, os trabalhos individuais realizados por ele, os trabalhos em grupo, participação em seminários, em colóquios e em visitas de estudos. Além do mais serão aplicadas, na forma do Regulamento da Organização Acadêmica (ROA-Graduação).

As provas ou atividades de avaliação escolar, regulamentadas no ROA-Graduação, visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e deverão ter previsão expressa nos planos de ensino de cada disciplina.

A cada verificação de aproveitamento bimestral e/ou semestral é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de zero (0,0) a dez (100,0).

Atendida, em qualquer caso, à frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 6,0 (seis), correspondente à média aritmética das notas dos exercícios escolares realizados durante o semestre letivo em consonância com o que está escrito no Regulamento da Organização Acadêmica.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE

2.1. Do Núcleo Docente Estruturante

Conforme resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

O Núcleo Docente Estruturante deve ser integrado por professores responsáveis pela (re)formulação das propostas pedagógicas e que estejam efetivamente encarregados da implementação e desenvolvimento do curso no que concerne às atividades de docência, orientação de pesquisa, estágio e extensão, atualização do Projeto Pedagógico, entre outras.

Em sua composição, o Núcleo Docente Estruturante conta com o mínimo de (05) docentes, tendo o coordenador do Curso seu presidente com voto de qualidade nas decisões.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

2.1.1. Composição do Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é responsável por elaborar este Projeto Pedagógico, além de supervisionar, acompanhar e consolidar a implementação do Curso. Foi eleito pela equipe de professores e designado pela Direção-Geral do Câmpus, em atendimento às orientações da Resolução 1/2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Quadro 12: Núcleo docente estruturante do curso

Nº	Nome	Formação Básica	Titulação	Área
1	Roberto Simplicio Guimarães	Graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Especialista	Informática
LINK DO CURRÍCULO LATTES: http://lattes.cnpq.br/7849267884811362				
2	Bruno Rover Dal Prá	Graduação em Engenharia da Computação.	Mestre	Informática
LINK DO CURRÍCULO LATTES: http://lattes.cnpq.br/4880079003040869				
3	Clayton Ferraz Andrade	Graduação em Sistemas de Informação	Especialista	Informática
LINK DO CURRÍCULO LATTES: http://lattes.cnpq.br/3193976032408674				
4	Aremilson Elias de Oliveira	Graduação em Licenciatura Plena em Computação	Especialista	Informática
LINK DO CURRÍCULO LATTES: http://lattes.cnpq.br/7113900590374265				

5	Eduardo Lucas Jorge Serapião	Graduação em Tecnologia em informática	Especialista	Informática
LINK DO CURRÍCULO LATTES: http://lattes.cnpq.br/6636361560997935				
6	Gleiser Rodrigues de Melo	Graduação em Licenciatura em Computação.	Especialista	Informática
LINK DO CURRÍCULO LATTES: http://lattes.cnpq.br/4382490887541366				
7	Rodrigo Alécio Stiz	Graduado em C.S.T. em Eletrônica de Acionamento	Mestre	Engenharia Elétrica
LINK DO CURRÍCULO LATTES: http://lattes.cnpq.br/5534044062387140				
8	Valéria Arenhardt	Graduação em Administração.	Mestre	Administração
LINK DO CURRÍCULO LATTES: http://lattes.cnpq.br/2755798853100530				
9	Fatima Hassan Abdalla	Graduação em Pedagogia	Mestre	Pedagogia
LINK DO CURRÍCULO LATTES: http://lattes.cnpq.br/3681989885605671				
10	Vera Lúcia Ribeiro Azevedo	Graduação em Pedagogia	Mestre	Pedagogia
LINK DO CURRÍCULO LATTES: http://lattes.cnpq.br/7613760084092458				
11	Rogério Grotti	Graduação em Licenciatura Plena em Matemática.	Mestre	Matemática
LINK DO CURRÍCULO LATTES: http://lattes.cnpq.br/6109717277616996				
12	Pablo Henrique de Jesus	Graduação em Filosofia	Mestre	Filosofia
LINK DO CURRÍCULO LATTES: http://lattes.cnpq.br/1493860309018556				

D*=Doutorando; M=Mestre; M*=Mestrando, E = Especialista;

Todos os docentes, membros do NDE, trabalham 40 horas por semana e possuem Dedicção Exclusiva.

2.2. Do Coordenador do Curso

Trabalha em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos estudantes e do próprio curso. Será realizada por um profissional com elevado grau de formação e titulação, experiência profissional e acadêmica e disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionados ao curso. Suas competências deverão ser contidas no Regimento Geral e no Regimento Interno de cada câmpus.

O Coordenador deve responsabilizar-se pela gestão acadêmica do curso e atender a requisitos de atuação dispostos pelo MEC no Instrumento de Avaliação de Reconhecimento de Cursos, que envolvem disponibilidade adequada de tempo à coordenação, experiência de trabalho docente no nível superior, boa relação com docentes e discentes e participação nos colegiados afins.

Para que um docente seja indicado ou se candidate a coordenador de curso, deverá ter experiência profissional de 4 anos, sendo, no mínimo 1 ano completo na educação superior; ter titulação mínima de mestre e possibilidade de se dedicar o maior número possível de horas à coordenação, ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, considerando o número de alunos do curso conforme instrumento de avaliação do INEP/MEC, no item 2.4.

Na falta de docente que atenda ao perfil acima, poderá ser indicado ou eleito à coordenação de curso professor com titulação não inferior a especialista, mas esteja em vias de qualificação para a titulação de mestre.

2.2.1. Identificação do Coordenador do Curso

A Coordenação do curso será exercida pelo(a) professor(a): **Roberto Simplicio Guimarães**

2.2.2. Titulação e Formação do Coordenador do Curso

Abaixo está demonstrada a formação e titulação do coordenador do curso:

Quadro 13: Titulação do coordenador do curso

ANO DE INÍCIO E INTEGRALIZAÇÃO	NÍVEL	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO
2011 – 2013	Especialização	Engenharia de Sistemas	Escola Superior Aberta do Brasil, ESAB
2008 – 2010	Graduação	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Universidade Norte do Paraná, UNOPAR, Brasil.

O *curriculum lattes* completo do coordenador do curso está disponível nos arquivos da Instituição para a devida averiguação e comprovação dos dados apresentados neste título.

2.3. Experiência Profissional de Magistério Superior e de Gestão do Coordenador do Curso

No quadro abaixo, está demonstrada a experiência do coordenador do curso para fins de comprovação de sua real atuação profissional no magistério superior, bem como em setores de gestão.

Quadro 14: Experiência Profissional do Coordenador do Curso

TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR	TEMPO DE EXPERIÊNCIA EM GESTÃO
	15 anos

2.4. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

Em obediências às políticas de contratação de pessoal e em atendimento às exigências legais, o coordenador do curso desenvolve suas funções em **REGIME INTEGRAL** de trabalho, com **DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**, conforme está demonstrado em sua portaria de nomeação.

2.5. Carga-Horária do Coordenador do Curso

O coordenador do curso trabalha em regime de dedicação exclusiva perfazendo um total de 40 horas semanais distribuídas da seguinte forma:

Quadro 15: Carga-horária do Coordenador do Curso

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE HORAS
Aulas presenciais	8 horas
Coordenação do Curso	25 horas
Tempo dedicado a pesquisa	3 horas
Tempo dedicado a extensão	2 horas
Tempo destinado a capacitação e publicação	2 horas
TOTAL	40 horas semanais

2.6. Titulação do Corpo docente

Quadro 16: Titulação do corpo docente

DCOENTE	GRADUAÇÃO	IES	ANO	MAIOR TITULAÇÃO	IES	ANO
Aremilson Elias de Oliveira	Licenciatura Plena em Computação	UNEMAT	2007	Especialista	FAPAN	2010
Bruno Rover Dal Prá	Engenharia da Computação.	ITP	2003	Mestre	LATEC	2009
Claudemir Miranda Barboza	Matemática	UNIR	2001	Mestre	UNIR	2013
Clayton Ferraz Andrade	Sistemas de Informação	ULBRA	2010	Especialista	UNEOURO	2012

Eduardo Lucas Jorge Serapião	Tecnologia em informática	UNESC	2002	Especialista	FACIMED	2006
Ezequiel Ferreira Barbosa	Letras	UNEMAT	1995	Especialista	UNIR	2001
Fatima Hassan Abdalla	Pedagogia	AVEC	1993	Mestre	AVEC	2002
Gleiser Rodrigues de Melo	Licenciatura em Computação	USPB	2009	Especialista	ESAB	2014
Jaqueline Aida Ferrete	Geografia	UFU	2003	Doutora	UFU	2009
Liliane Pereira Soares do Nascimento	Letras	UNESP	1986	Mestre	UNESP	2001
MÁRCIO MARINHO MARTINS	História	UNIR	2006	Mestre	UNIR	2009
Maristela Milanski	Educação Física	UFMT	1997	Mestre	UFMT	2008
Pablo Henrique de Jesus	Filosofia	UFG	2007	Mestre	UFG	2010
Roberto Simplicio Guimarães	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	UNOPAR	2012	Especialista	ESAB	2013
Rodrigo Alécio Stiz	Eletrônica	CET	2005	Mestre	UDESC	2008
Rogério Grotti	Matemática	UNIR	2004	Mestre	UFMT	2013
Valéria Arenhardt	Administração	AVEC	1993	Mestre	AVEC	1999
Vera Lúcia Ribeiro Azevedo	Pedagogia	AVEC	1993	Mestre	AVEC	2002

O corpo docente do Curso de Graduação em Tecnólogo em Desenvolvimento e Análise de Sistemas é composto por 18 professores, sendo 1 doutor (5,56%), 11 mestres (61,11%) e 6 especialistas (33,33%).

2.7. Titulação do Corpo Docente – Percentual de Doutores

Como se pode observar, 66,67% dos docentes do Curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* conforme as exigências legais.

2.8. Regime de Trabalho do Corpo Docente

Quadro 17: Regime de trabalho do corpo docente

DOCENTE	REGIME	NÚMERO EM HORAS
Aremilson Elias de Oliveira	DE	40 horas
Bruno Rover Dal Prá	DE	40 horas
Claudemir Miranda Barboza	DE	40 horas
Clayton Ferraz Andrade	DE	40 horas
Eduardo Lucas Jorge Serapião	DE	40 horas
Ezequiel Ferreira Barbosa	DE	40 horas
Fatima Hassan Abdalla	DE	40 horas

Gleiser Rodrigues de Melo	DE	40 horas
Jaqueline Aida Ferrete	DE	40 horas
Liliane Pereira Soares do Nascimento	DE	40 horas
MÁRCIO MARINHO MARTINS	DE	40 horas
Maristela Milanski	DE	40 horas
Pablo Henrique de Jesus	DE	40 horas
Roberto Simplicio Guimarães	DE	40 horas
Rodrigo Alécio Stiz	DE	40 horas
Rogério Grotti	DE	40 horas
Valéria Arenhardt	DE	40 horas
Vera Lúcia Ribeiro Azevedo	DE	40 horas

A composição do corpo docente possui, na sua totalidade, dedicação exclusiva e contratos no regime de 40 horas.

2.9. Experiência Profissional do Corpo Docente Fora da Docência

Quando mais experiente é o corpo docente, melhor será o desempenho do curso na formação do egresso. O IFRO, em cumprimento à sua missão e aos seus objetivos, prima pela formação de um quadro de docentes que sejam devidamente titulados em programas de pós-graduação *stricto sensu* e que tenham experiência no magistério, quer seja superior, quer seja na educação básica.

Quando possível, O IFRO investe na formação de seus professores incentivando-os a cursar pós-graduação, *lato* e *stricto sensu*, e outros cursos de formação e especialização docente como se pode verificar nas anotações do departamento próprio e conforme depoimento dos próprios professores.

DOCENTE	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL FORA DA DOCÊNCIA EM ANOS
Aremilson Elias de Oliveira	6 anos
Bruno Rover Dal Prá	11 anos
Claudemir Miranda Barboza	9 anos
Clayton Ferraz Andrade	9 anos
Eduardo Lucas Jorge Serapião	6 anos
Ezequiel Ferreira Barbosa	-----
Fatima Hassan Abdalla	-----
Gleiser Rodrigues de Melo	-----
Jaqueline Aida Ferrete	-----
Liliane Pereira Soares do Nascimento	3 anos
Márcio Marinho Martins	6 anos
Maristela Milanski	3 anos
Pablo Henrique de Jesus	-----
Roberto Simplicio Guimarães	25 anos
Rodrigo Alécio Stiz	4 anos
Rogério Grotti	-----
Valéria Arenhardt	12 anos
Vera Lúcia Ribeiro Azevedo	-----

2.10. Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica

No que se refere à experiência profissional, O IFRO, ao selecionar os professores para o seu, quadro, assume, nos termos dos editais de processos seletivos e concursos, como compromisso de priorizar a aquisição de profissionais com experiência no magistério, com especial destaque para aqueles com ampla experiência na educação básica. Assim sendo, no quadro abaixo, estão enumerados os professores que vão atuar no curso e sua respectiva experiência na Educação Básica, como professor, em anos.

Quadro 18: Tempo de exercício na docência e em outras atividades

Docente	Experiência na Educação Básica
Aremilson Elias de Oliveira	6 anos
Bruno Rover Dal Prá	1 anos
Claudemir Miranda Barboza	12 anos
Clayton Ferraz Andrade	4 anos
Eduardo Lucas Jorge Serapião	7 anos
Ezequiel Ferreira Barbosa	18 anos
Fatima Hassan Abdalla	22 anos
Gleiser Rodrigues de Melo	4 anos
Jaqueline Aida Ferrete	17 anos
Liliane Pereira Soares do Nascimento	16 anos
Márcio Marinho Martins	6 anos
Maristela Milanski	18 anos
Pablo Henrique de Jesus	4 anos
Roberto Simplicio Guimarães	3 anos
Rodrigo Alécio Stiz	3 anos
Rogério Grotti	25 anos
Valéria Arenhardt	5 anos
Vera Lúcia Ribeiro Azevedo	27 anos

2.10. Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente

A experiência no magistério superior possibilita ao professor uma atuação segura, focada na aprendizagem dos alunos e integrada à proposta pedagógica do IFRO. A experiência profissional, fora do magistério, na área de formação, possibilita ao professor uma abordagem mais prática dos conteúdos curriculares ministrados em sala de aula. Assim o sendo, do IFRO busca formar seus quadros de professores dando preferência àqueles que, além do conhecimento teórico, tenha habilidades práticas adquiridas no exercício profissional. Abaixo, relacionamos os professores e sua respectiva experiência no magistério superior, em anos.

Docente	Experiência na Educação Superior
Aremilson Elias de Oliveira	1 anos
Bruno Rover Dal Prá	4 anos
Claudemir Miranda Barboza	2 anos
Clayton Ferraz Andrade	1 ano
Eduardo Lucas Jorge Serapião	1 ano
Ezequiel Ferreira Barbosa	6 anos
Fatima Hassan Abdalla	21 anos
Gleiser Rodrigues de Melo	-----
Jaqueline Aida Ferrete	6 anos
Liliane Pereira Soares do Nascimento	3 anos
Márcio Marinho Martins	2 anos
Maristela Milanski	4 anos
Pablo Henrique de Jesus	5 anos
Roberto Simplicio Guimarães	-----
Rodrigo Alécio Stiz	-----
Rogério Grotti	6 anos
Valéria Arenhardt	15 anos

Vera Lúcia Ribeiro Azevedo	3 anos
----------------------------	--------

2.11. Relação entre o Número de Docentes e o Número de Vagas

O IFRO procura manter adequada relação entre o número de vagas anuais e o número de docentes que têm regime de trabalho em tempo integral ou regime de 40 e de 20 horas.

Segundo o Censo da Educação Superior, no Brasil, temos, aproximadamente, 2.314 instituições de ensino superior e 307 mil professores. A média nacional do número de discentes em relação ao número de docentes é de 17,4. Nas instituições públicas a média é de 12,39 alunos por professor, enquanto nas instituições privadas essa relação é superior a 20 alunos por docente.

Considerando o número de docentes apresentados para os dois primeiros anos de funcionamento do curso e também o número de vagas oferecidas no decorrer do mesmo prazo, temos uma média de 8,9 alunos por professor nos dois primeiros anos do curso, podendo se manter ao longo de todo o curso em decorrência de novas e necessárias aquisições.

2.12. Funcionamento do Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso de Graduação, no âmbito de cada câmpus, é um órgão consultivo que poderá deliberar sobre assuntos relativos a ensino e aprendizagem no âmbito do curso. É composto pelos seguintes membros:

- a) Diretor de Ensino, como presidente;
- b) Coordenador do Curso;
- c) Coordenador de apoio ao ensino;
- d) Todos os professores em atividade no Curso;
- e) Um aluno regular do Curso, escolhido, dentre os líderes de turma interessados na representação, pelo critério da melhor nota no conjunto das disciplinas cumpridas no período letivo anterior ao da escolha ou no último ano do curso de nível médio, quando a escolha for feita antes do final do primeiro período letivo do Curso atual.

Suas competências estão previstas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação.

2.14. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente

O IFRO é uma instituição preocupada com o desenvolvimento científico, acadêmico, tecnológico, artístico e cultural de seus professores. Assim sendo, tudo o que é produzido por eles recebe tratamento diferenciado. O IFRO desenvolve programas e assegura instrumentos e mecanismos de visibilidade e publicação dos trabalhos desenvolvidos por seus docentes.

Além de sua revista científica, a Faculdade ainda dá incentivo para que os docentes lotados em seus cursos produzam e publiquem seus trabalhos de natureza científica, tecnológica, artística e cultural em revistas regionais, nacionais e internacionais, devidamente indexadas nos órgãos apropriados.

Em decorrência disso, O IFRO tem sempre um número satisfatório de professores com publicações dentro de espaço não superior a três anos, conforme se pode verificar abaixo:

Quadro 19: Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente

Nome Completo	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES/PRODUÇÕES NOS ÚLTIMOS 3 ANOS										
	Artigos publicados em periódicos científicos na área	Artigos publicados em periódicos científicos em outras áreas	Livros ou capítulos em livros publicados na área	Livros ou capítulos em livros publicados em outras áreas	Trabalhos publicados em anais (completos)	Trabalhos publicados em anais (resumos)	Traduções de livros, capítulos de livros ou artigos publicados	Propriedade intelectual depositada	Propriedade intelectual registrada	Projetos e/ou produções técnicas artísticas e culturais	Produção didático-pedagógica relevante, publicada ou não
Aremilson Elias de Oliveira	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2	1
Bruno Rover Dal Prá	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2	--
Claudemir Miranda Barboza	--	--	--	--	1	--	--	--	--	1	--
Clayton Ferraz Andrade	1	--	1	--	1	--	--	1	--	8	--
Eduardo Lucas Jorge Serapião	--	--	--	--	--	--	--	--	--	6	--
Ezequiel Ferreira Barbosa	2	--	--	--	1	1	--	--	--	--	--
Fátima Hassan Abdalla	1	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--
Gleiser Rodrigues de Melo	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4	--
Jaqueline Aida Ferrete	1	--	--	--	--	--	--	--	--	1	1
Liliane Pereira Soares do Nascimento	3	--	3	--	--	4	--	--	--	1	--
MÁRCIO MARINHO MARTINS	2	2	--	1	8	4	--	--	--	1	1
Maristela Milanski	1	--	--	--	1	1	--	--	--	6	--
Pablo Henrique de Jesus	1	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--
Roberto Simplicio Guimarães	1	--	1	--	--	--	--	1	--	8	--
Rodrigo Alcécio Stiz	2	1	1	1	1	--	--	1	--	5	--
Rogério Grotti	--	--	--	--	2	5	--	--	--	--	--
Valéria Arenhardt	--	4	--	1	--	1	--	--	--	14	09
Vera Lúcia Ribeiro Azevedo	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4

DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

3.1. Gabinetes de Trabalho para Professores em Tempo Integral

O câmpus dispõe de espaço para todos os professores que trabalham em regime de dedicação exclusiva, de 40 e de 20 horas. A maior parte desses professores desenvolve outras atividades no câmpus e, por isso, tem salas que servem para o desenvolvimento das ações específicas dessa outra função e também para o atendimento ao discente.

O câmpus ainda não possui espaço destinado aos professores de tempo integral, no entanto, no decorrer da implantação do curso, deverá providenciar espaços com as especificações seguintes:

Quadro 20: Descrição de gabinetes para docentes

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados:	4m ² no mínimo
Mesa(s):	1
Cadeira(s):	2
Armário(s) e arquivo(s):	1
Computador(es):	1
Impressora(a):	Coletiva

3.2. Espaço de Trabalho para Coordenação de Curso e Serviços Acadêmicos

Todos os coordenadores de curso do câmpus são lotados no regime integral e possuem gabinetes de trabalho, no qual desenvolve suas ações administrativas, pedagógicas e de atendimento aos professores e alunos.

O câmpus ainda não possui espaço destinado ao coordenador de curso, no entanto, no decorrer da implantação do curso, deverá providenciar espaços com as especificações seguintes:

Quadro 21: Espaço de trabalho para a coordenação de curso e serviços acadêmicos

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados:	6m ² no mínimo
Mesa(s):	1
Cadeira(s):	3
Armário(s) e arquivo(s):	1
Computador(es):	1
Impressora(a):	Coletiva

3.3. Sala de Professores

O câmpus conta com uma sala de professores, climatizada e mobiliada com mesas de trabalho, geladeira, sofás, cadeiras e espaços destinados ao trabalho individual.

Quadro 22: Descrição da sala de professores

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados:	40,12 m ²
Mesa(s) coletiva(s):	2
Cadeira(s):	12
Armário(s) e arquivo(s):	72
Computador(es):	3
Impressora(a):	-
Mesa(s) e espaço(s) individual(is)	-
Aparelho de televisão:	-
Assento(s) estofado(s) para descanso:	4

3.4 Salas de Aula

A Instituição disponibiliza aos seus acadêmicos salas de aula adequadas e confortáveis, com dimensões que variam de 60,90 a 67,00 m², construídas em alvenaria e concreto armado, com fechamento em vidros temperados, piso cerâmico antiderrapante, revestimento em massa corrida e pintura látex/acrílica. Há em cada sala um projetor multimídia.

Todas as salas de aula são mobiliadas com 40 carteiras individuais, com acabamento em fórmica, acompanhadas de 40 cadeiras estofadas, em tecido, com 10mm de espessura, quadros brancos, climatizadas com ar condicionado Split e cortinas tipo persiana.

O IFRO conta com salas de aula padronizadas, com capacidade para 40 alunos e planejadas para oferecer as melhores condições de aprendizagem atendendo às disposições regulamentares quanto à dimensão, iluminação, ventilação (todas as salas são climatizadas), mobiliário e limpeza.

3.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

O IFRO coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos, os Laboratórios de Informáticas, especificados num dos itens anteriores, onde todos os equipamentos são utilizados diariamente, das 7h30min às 22h30min.

Além do mais, foi implantado um sistema especializado que possibilita ao aluno acompanhar sua situação acadêmica, pela Internet, permitindo-lhe acesso ao relatório de notas, resultados de avaliação, reserva de livros, (re)matrícula on-line, comprovante de matrícula e outros.

3.6. Livros da Bibliografia Básica

A política da biblioteca do câmpus é adquirir toda a bibliografia básica das disciplinas constantes na matriz curricular dos cursos procurando atualizá-la periodicamente.

A bibliografia é sempre recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso e pelo Núcleo Docente Estruturante com a anuência do Colegiado do Curso.

O Núcleo Docente Estruturante do curso trabalha também no sentido de recomendar a atualização bibliográfica a fim de manter a qualidade e atualização dos conhecimentos do aluno.

No item do ementário deste projeto, estão esboçadas as obras da bibliografia básica que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

3.7. Livros da Bibliografia Complementar

A bibliografia complementar indicada atente aos programas das disciplinas com o mínimo de exemplares por títulos segundo orientação dos regulamentos e instrumentos indicativos do INEP/MEC para cada disciplina.

A bibliografia complementar atua como um acervo complementar na formação dos alunos e é recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso e pelo Núcleo Docente Estruturante com a anuência do Colegiado do Curso.

No item do ementário deste projeto, estão esboçadas as obras da bibliografia complementar que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

3.8. Periódicos Especializados

A biblioteca conta, em seu acervo, com periódicos, nacionais e estrangeiros, específicos para os cursos e outros de interesse geral da comunidade acadêmica. Para tanto são mantidas assinaturas correntes de periódicos, que podem ser ampliadas, de acordo com as indicações da comunidade acadêmica.

Além das assinaturas de periódicos, o câmpus viabiliza acesso aos periódicos disponíveis livremente no site da capes e em outros bancos públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Todos os cursos mantidos pelo câmpus recebem periódicos em número necessário para atender a demanda da comunidade acadêmica.

3.9. Laboratórios Didáticos e Especializados

O Câmpus Vilhena possui dois laboratórios de informática, um laboratório de hardware, um laboratório de CAD, todos eles com 21 computadores além de um laboratório de hardware. São abertos aos estudantes de segunda a sexta-feira, nos períodos matutino, vespertino e noturno.

Estes ambientes são destinados às aulas e pesquisas em geral. Os professores interessados em usar estes ambientes agendam seus horários em planilhas, que são controladas pelos funcionários e estagiários. A entrada e permanência de alunos são controladas por meio de listas de presença. Não é permitido o acesso a conteúdos não educacionais, como jogos e sites de relacionamentos.

- Os softwares instalados são Microsoft Office 2007, K-lite Codec Pack, suíte de aplicativos gráficos Coreldraw x5, Foxit Reader, Winrar, Adobe Flash Player 10 Actvex, Macromedia Dreamweaver CS 5.5, Macromedia Extension Manager CS 5.5, Macromedia Fireworks CS 5.5, Macromedia Flash CS 5.5, Macromedia Flash 8 Vídeo Encoder CS 5.5, dentre outros. Os *softwares* a serem instalados são: Adobe Illustrator CS 5.5, Adobe Photoshop, Studio CS 5.5 e outros, a pedido dos professores e conforme licenças permitidas. Temos uma parceria com a Autodesk, fornecedora dos softwares Autodesk Architectural Desktop e Autodesk 3ds Max 9 e que fazem parte do Factory Design Suite Ultimate 2016. Está prevista instalação de softwares específicos, no limite das necessidades das disciplinas.

3.9.1. Plano de Atualização Tecnológica, Serviços e Manutenção dos Equipamentos

A escolha de laboratórios e as instalações especiais atendem às necessidades dos cursos atendidos, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo-benefício.

A atualização dos laboratórios varia de acordo com as novas tecnologias, e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de ação do câmpus e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

No sentido de garantir os serviços nos laboratórios didáticos especializados, é condição primordial que a IES mantenha a existência de um técnico responsável pela manutenção, atendimento à comunidade e assessoramento aos docentes no decorrer de suas aulas práticas, em todos os turnos.

3.9.2. Infraestrutura de laboratórios específicos da área de formação

As atividades em laboratório são de fundamental importância para o processo de formação educacional, especialmente em uma área como a de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Os laboratórios são espaços pedagógicos fundamentais na construção das relações entre teoria e prática e deverá ser utilizado em todas as etapas de formação dos alunos.

Abaixo são apresentados os laboratórios preparados para o Curso, com seus respectivos objetivos de ensino e aprendizagem.

Quadro 23: Laboratórios específicos e seus objetivos

LABORATÓRIO(S)	OBJETIVOS
1. Laboratório de Informática Básica e Avançada	Atender as necessidades básicas das aulas práticas / demonstrativas referentes às várias disciplinas da área de Análise de Sistemas; dar suporte às atividades de pesquisa. Colaborar para o processo de ensino-aprendizagem por meio de aulas práticas, com utilização de softwares específicos para as disciplinas de Linguagem de Programação, Análise e Projetos de Sistemas I e II, Programação Orientada a Objetos, Sistemas Operacionais, Banco De Dados I e II, Engenharia de Software, Redes de Computadores, Sistemas de Automação I e II, Gerenciamento de Projetos de Sistemas, Desenvolvimento para Dispositivos Móveis I e II, Programação Web I e II e Sistemas Inteligentes; dar suporte à pesquisa que envolva a aplicação de softwares específicos para as análises estatísticas, dentre outras.
2. Laboratório de Manutenção de Hardware e de Internet das Coisas	Aplicar os experimentos de Manutenção de Hardware de acordo com os conhecimentos aplicados em sala de aula; auxiliar nas atividades de pesquisa. Subsidiar as atividades interdisciplinares, para aplicação de exercícios práticos de automação.
3. Laboratório de CAD e Programação	Atender as necessidades básicas das aulas práticas / demonstrativas referentes às várias disciplinas da área de Análise de Sistemas; dar suporte às atividades de pesquisa. Colaborar para o processo de ensino-aprendizagem por meio de aulas práticas, com utilização de softwares específicos para as disciplinas de Linguagem de Programação, Análise e Projetos de Sistemas I e II, Programação Orientada a Objetos, Sistemas Operacionais, Banco De Dados I e II, Engenharia de Software, Redes de Computadores, Sistemas de Automação I e II, Gerenciamento de Projetos de Sistemas, Desenvolvimento para Dispositivos Móveis I e II, Programação Web I e II e Sistemas Inteligentes; dar suporte à pesquisa que envolva a aplicação de softwares específicos para as análises estatísticas, dentre outras.

Os móveis e equipamentos dos laboratórios e demais espaços de ensino e aprendizagem estão apresentados no quadro seguinte:

Quadro 24 - Quantificação e descrição dos ambientes de formação

Qtde.	Espaço Físico	Área M2	Infraestrutura de móveis e equipamentos	M2 por aluno
-------	---------------	---------	---	--------------

12	Salas de Aula	64,94	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.	1,30
01	Auditório	220,8	Com 200 lugares, projetor multimídia, notebook, sistema de caixas acústicas e microfones.	1,12
01	Biblioteca	500	Com espaço de estudos individual e em grupo, equipamentos específicos e acervo bibliográfico e de multimídia.	--
01	Laboratório de hardware	50,51	Com 20 máquinas, software e projetor multimídia ou TV.	1,30
02	Laboratório de Informática	49,65	Com 20 máquinas, software e projetor multimídia ou TV.	1,30
01	Laboratório de CAD	49,84	Com 20 máquinas, software e projetor multimídia ou TV.	1,30
01	Sala de videoconferência EAD I	101,62	Com 80 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.	1,30
01	Laboratório de Informática - em Implantação	51,34	Com 20 máquinas, software e projetor multimídia ou TV.	1,30
01	Laboratório de Artes	63,61	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.	1,60
01	Laboratório de Desenho Técnico	64,92	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.	1,62
01	Laboratório de Matemática	65,81	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.	1,64
01	Laboratório de Física	65,00	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.	1,64
01	Laboratório Química I	65,01	Com 20 banquetas, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.	1,64
01	Laboratório Química II	66,40	Com 40 banquetas, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.	1,64
01	Laboratório de Materiais de Construção	65,92	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.	1,64
01	Laboratório de Metrologia	65,50	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.	1,64
01	Laboratório de Solos	65,53	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.	1,64
01	Laboratório de Eletricidade e Eletrônica	65,10	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.	1,64
01	Laboratório de Usinagem	162,40	Com 20 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.	8,10

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS E PERTINENTES

1. Da Infraestrutura do Câmpus

O câmpus está em processo de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização do curso. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

Para atender, de forma adequada, as necessidades acadêmicas, foram projetadas suas instalações prediais dentro dos padrões exigidos pelos órgãos de controle.

As instalações prediais construídas, de excelente qualidade, são em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso cerâmico antiderrapante, revestimento externo com reboco, massa acrílica e no interno com reboco, massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (laboratórios e conjuntos sanitários) com portas internas de madeira e janelas com vidro temperado.

A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local. Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomadas e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra.

Todos os ambientes são climatizados por ar condicionados tipo Split, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas.

A instalação hidro sanitária atende as normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança.

O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

Havendo feita sucinta demonstração da macroestrutura física do IFRO, daqui por diante, este projeto deverá descrever, minudentemente, as estruturas específicas para o funcionamento do curso em tela.

Para melhor detalhar a estrutura física e acadêmica do câmpus, a seguir, será apresentado um quadro contendo as repartições e dependências a serem utilizadas por professores e alunos no exercício das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e na realização de outras atividades que sejam complementares ao processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Quadro 25: Estrutura física do Câmpus Vilhena

Dependências	Quantidade	Total em M ²
Sala de aula	12	64,94
Auditório	01	132,8
Laboratório de hardware	01	50,51
Laboratório de Informática	02	49,65
Laboratório de CAD	01	49,84
Sala de videoconferência EAD I	01	101,62
Laboratório de Informática – em Implantação	01	51,34
Laboratório de Artes	01	63,61
Laboratório de Desenho Técnico	01	64,92

Laboratório de Matemática	01	65,81
Laboratório de Física	01	65,00
Laboratório Química I	01	65,01
Laboratório Química II	01	66,40
Laboratório de Materiais de Construção	01	65,92
Laboratório de Metrologia	01	65,50
Laboratório de Solos	01	65,53
Laboratório de Eletricidade e Eletrônica	01	65,10
Laboratório de Usinagem	01	162,40
Total		1.266,25

1.1. Da Infraestrutura de Segurança

A instalação do câmpus foi projetada para atender as normas do Código de Segurança e Proteção contra Incêndio – CBM/RO, por meio da instalação dos seguintes sistemas:

- Extintores CO² nos corredores e laboratórios;
- Parapeito no mezanino/saguão;
- Saída de emergência;
- Luminárias de emergência;
- Ducha d'água nos laboratórios de química;
- Corrimão na escada e rampa;
- Sinalizações;
- Parte elétrica: Subestação e quadros de distribuição compatíveis com as cargas.

1.1. Da Área de Convivência

O campus Vilhena iniciou as obras de construção da área de convivência que junto com os saguões e mezaninos servem para o lazer, descanso e também para as relações interpessoais de alunos e professores.

Nesses espaços de convivência amplos, arejados e confortáveis são contemplados os serviços de alimentação, lazer, reprografia e outros.

1.2. Da Biblioteca

O câmpus oferecerá biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação. Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizados em livros e outras formas de divulgação, deve ser objeto de estudo e ficar disponibilizado aos alunos, para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais. Por isso, salienta-se a importância a ser dada à Biblioteca, que contará ainda com acervo virtual de consulta e sistemas de acesso a este acervo.

As ementas, no apêndice trazem uma lista de bibliografia básica que estará presente na biblioteca do câmpus. Haverá ainda vários outros materiais, citados ou não, voltados para a área, nas mais diversas mídias, como CDs, DVDs,

arquivos virtuais e outros. Os referenciais mais importantes encontram-se descritos nos planos de disciplina em apêndice do PPC, aos quais serão somados outros.

A biblioteca deverá operar com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso ao acervo. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 14 (catorze) dias para o aluno e 21 (vinte e um) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos contemplando todas as áreas de abrangência do curso.

1.2.1. Do Espaço Físico da Biblioteca

O espaço da biblioteca é dedicado a estudos de alunos, professores e demais pessoas da comunidade, seja em grupo ou individualmente. Há espaços para reuniões e orientações. São previstas consultas a bases de dados digitais e outros serviços, como solicitação de artigos.

1.2.2. Dos Serviços Oferecidos na Biblioteca

Na biblioteca é oferecido apoio bibliográfico ao desenvolvimento das atividades estudantis, como empréstimo de livros, manuais e revistas. Até a implementação do curso, o serviço oferecido contará também com catalogação on line, sistemas de informação de usuários e navegação on line destinada ao acesso a periódicos, revistas e portais educacionais. Os serviços e condições de atendimento estão descritos no Regulamento das Bibliotecas do IFRO.

1.2.3. Do Horário de Funcionamento da Biblioteca

A biblioteca atende ao público de segunda a sexta-feira, do período matutino ao noturno. O espaço é aberto à comunidade em geral, mas os empréstimos são permitidos somente aos alunos e servidores do Câmpus.

1.3. Dos Espaços para Eventos

O câmpus conta com instalações físicas que atendem às necessidades para realização de pequenos, médios e grandes eventos, tais como: auditório, sala de conferências, quadra poliesportivas, piscina, áreas gramadas e outros espaços.

1.4. Das Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias do câmpus foram construídas de acordo com as normas hidrosanitárias da concessionária local, composta de seis conjuntos sanitários masculinos e seis femininos e seis conjuntos sanitários para atendimento às pessoas com necessidades especiais.

Os conjuntos sanitários masculinos, com área de 17,25 m², possuem três divisórias com vasos sanitários, e três mictórios e uma bancada de cinco cubas de lavabo.

Os conjuntos sanitários femininos, com área de 17,25 m², possuem cinco divisórias com vasos sanitários, e uma bancada de cinco cubas de lavabo.

Os conjuntos sanitários para atendimento às pessoas com necessidades especiais, com área de 3,44 m², possuem um vasos sanitário com corrimão nas laterais e uma cubas de lavabo na altura própria para o cadeirante.

Todos os conjuntos têm piso cerâmico antiderrapante, revestimento total das paredes em azulejos, janelas com vidros temperados, portas em madeira. As divisórias e as bancadas são de pedra tipo granito.

2. Da Organização do Controle Acadêmico

A organização do controle acadêmico segue as normas regimentais estabelecidas nos documentos gerais do IFRO e também nos documentos internos de cada câmpus. O órgão central de desempenho das atividades acadêmico-administrativas é a Coordenação de Registros Acadêmicos, denominada tão somente de CRA. O controle da organização acadêmica dá-se por meio de sistema eletrônico denominado de SIGA-Edu.

O registro e o controle acadêmico de matrícula, trancamento, transferência e aproveitamento de estudos são de responsabilidade da Coordenação de Registros Acadêmicos. As questões acadêmicas, expedição de atestados, históricos escolares, registro de diplomas, entre outras atividades também estão a cargo da Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA). A verificação e o registro de frequência, notas, aprovação/reprovação são de responsabilidade do professor e o seu controle de responsabilidade da CRA.

A CRA é o órgão de apoio ao qual compete centralizar todo o movimento acadêmico e administrativo de cada câmpus e é dirigida por um(a) coordenador(a), sob a orientação da Diretoria de Ensino.

O(A) coordenador(a) tem sob sua guarda e responsabilidade todos os livros e sistemas de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos em livros e sistemas de registros fixados pelo Regimento Geral, pelo Regulamento da Organização Acadêmica e pela legislação vigente.

À CRA compete:

- I - inscrever os candidatos à seleção e admissão;
- II - proceder à matrícula dos alunos;
- III - expedir documentação escolar geral;
- IV - expedir diplomas e certificados;
- V - organizar e manter atualizados arquivos e fichários;
- VI - manter o controle dos registros acadêmicos;
- VII - divulgar as diversas atividades do setor escolar;
- VIII - executar outros trabalhos que lhes sejam atribuídos pelo diretor de ensino;

Ao(à) coordenador(a) compete:

- I - dirigir a CRA, observadas as normas regimentais, e as que lhe forem conferidas pelos órgãos e instâncias superiores;
- II - Desenvolver todas as atividades que lhe for designada no Regimento Geral, nos Regulamentos da Organização Acadêmica e nos demais documentos e legislação vigente.

3. Dos Setores de Apoio Pedagógico e Técnico-Administrativo

A seguir, indicamos os principais setores em que atua a equipe de apoio pedagógico e técnico-administrativo e os principais serviços oferecidos pela IES no desenvolvimento do ensino, da aprendizagem, da extensão e da pesquisa.

3.1. Da Diretoria de Ensino

Articula-se com a Direção Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do câmpus e as instruções da Direção Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

3.1.1. Da Coordenação de Apoio ao Ensino

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino; com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnico em assuntos educacionais, atua junto ao ensino técnico nas modalidades ofertadas, para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

3.1.2. Da Coordenação de Assistência ao Educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e à Coordenação de Apoio ao Ensino; presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; oferece orientação a alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos. Tem ainda como serviços específicos:

3.1.2.1. Serviço social: prestará assistência ao aluno em relação aos aspectos socioeconômicos, que envolvem: construção do perfil socioeconômico dos que ingressam no IFRO; levantamento de necessidades; elaboração de planos de apoio financeiro que envolvam, por exemplo, bolsa-trabalho e bolsa-monitoria; realização de outras atividades de atendimento favorável à permanência do aluno no curso e ao seu bem-estar;

3.1.2.2. Serviço de psicologia: atenderá aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina.

3.1.3. Da Coordenação de Registros Acadêmicos

É um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno, incluindo-se trâmites para expedição de diplomas.

3.1.4. Da Coordenação de Biblioteca

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

3.2. Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do câmpus; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos. Por meio da Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, cumprirá as atividades de rotina relativas a estágio (levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores, e outros), desenvolverá planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanhará egressos por meio de projetos de integração permanente, construirá banco de dados de formandos e egressos, fará as diligências para visitas técnicas, dentre outras funções. Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e todos os membros das comunidades (interna e externa) no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

3.3. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

Atende às necessidades da instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalhará com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC Júnior — e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo apenas os alunos e professores como também a comunidade externa.

3.4. Da Coordenação de Tecnologia da Informação

É um setor que trabalha pela automação e desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: Gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais; Observatório Nacional do Mundo do Trabalho; EPT Virtual; Portal Nacional de EPT; EPT Internacional; Acessibilidade Virtual; Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno na instituição), dentre outros programas, sistemas e processos.

3.5. Do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

Os alunos que se encontrarem com alguma desigualdade social que implique em uma dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais — NAPNE. Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órgãos, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão. Informações mais completas podem ser conferidas no projeto de implantação do Núcleo

4. Das Políticas Especiais do IFRO

4.1. Das Políticas de Educação em Direitos Humanos

Em 1948, a Organização das Nações Unidas editou e apresentou ao mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos a fim de garantir que todos os seres humanos pudessem “invocar os direitos e as liberdades proclamados [...], sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.”

A partir de então, foi desencadeado um processo de mudança no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais em todo o planeta. Diversos outros instrumentos, cartas, tratados, pactos foram criados a fim de dar garantia e de ampliar as já existentes nos diversos países em redor do mundo.

No Brasil, os direitos humanos estão garantidos na Constituição Federal (1988), em seu artigo 5º, parágrafos 2º e 3º, nos quais está consignado que:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Além de recepcionar a legislação e os tratados internacionais sobre direitos humanos, no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal (1988) está escrito que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

A legislação brasileira é perfeita no que se refere ao oferecimento de garantias individuais e coletivas; no entanto, a prática não imita a teoria, visto que as denominadas minorias sociais vivem marginalizadas em face de uma exclusão que, a cada dia, torna-se mais e mais evidente.

Visando minorar os diversos atentados contra os direitos individuais e coletivos e alavancar políticas que avancem rumo a um futuro de igualdade e de respeito a dignidade da pessoa humana, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; o Ministério da Educação; o Ministério da Justiça e a UNESCO, por meio do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituíram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) com os objetivos gerais de:

a) destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito; b) enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática; c) encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas; d) contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos; e) estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos; f) propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros); g) avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos; h) orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos; i) estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos; j) estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos; k) incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos; l) balizar a elaboração, implementação,

monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios; m) incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, no título que trata das políticas de ensino para o ensino técnico de nível médio e de graduação faz menção às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012 e também às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Embora não haja uma política esboçada num plano ou programa específico para tratar dos direitos humanos, é certo que o tema vem se tornando, a cada dia, mais e mais frequente nas discussões dos comitês, conselhos e comissões constituídas para pensar o futuro do IFRO. Os direitos humanos já figuram como disciplinas obrigatórias, como optativas e também como conteúdos de disciplinas que tratam de questões humanas e sociais nos cursos da educação básica, técnica, tecnológica e superior do Instituto Federal de Educação de Rondônia, o qual pretende, nos anos vindouros, ampliar as discussões em nível de poder contribuir, sobremaneira, com a formação humanista da sociedade na qual está inserido e atua como agente de transformação social.

4.2. Das Políticas de Educação Inclusiva

A sociedade é formada por indivíduos diferentes, e aqueles que estão fora do padrão da maioria, geralmente, são marginalizados, estereotipados e/ou relegados ao que, modernamente, são chamados de grupos de minorias. Segundo Santos e Paulino (2008, p. 70):

Historicamente, a dialética exclusiva/inclusiva vem galgando caminhos tortuosos e modificando-se de acordo com a sua época. Desta maneira, pode-se constatar a formação de diversos grupos de excluídos que se modificam a cada dia e compõem uma série de movimentos em favor dos direitos sociais e de participação, buscando minimizar as exclusões que podem ser percebidos nitidamente em muitas situações, de forma velada em outras e muitas vezes até mesmo mascaradas.

Procurando se adequar à modernidade inclusiva e a esse novo mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com o propósito de tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida de suas desigualdades, a fim de igualar os desiguais aos iguais, vem desenvolvendo políticas denominadas de inclusivas para atender as camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais a fim de nivelá-las aos demais membros da sociedade. Assim sendo, como está preconizado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2014):

Todas as obras recentes realizadas pelo Instituto Federal de Rondônia já contemplam em seus projetos as recomendações da legislação vigente no que refere às questões de acessibilidade. Edificações pré-existentes incorporadas ao IFRO ao longo do tempo e que, porventura, não possuíam acessibilidade, foram adequadas.

Nesse sentido, outra questão a se destacar, é a Resolução nº30/2011, que disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Entre suas principais características, destacam-se os procedimentos para sua efetiva implantação, que tem como objetivo principal, criar a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação.

Informamos também que duas metas apresentadas no presente documento contribuem para a regulamentação da acessibilidade e para o atendimento prioritário em âmbito institucional. A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD – tem como meta para o ano de 2015, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Físico do IFRO (PDF), que passará a oferecer documentalmente, de maneira mais detalhada, as especificidades técnicas de construção para atendimento ao disposto, atendendo as necessidades de cada câmpus, em consonância com os objetivos institucionais e a legislação vigente. Em complemento a essa ação, a reitoria tem como meta a elaboração do Plano de Acessibilidade e Atendimento Prioritário do IFRO, que, como o nome sugere, passará a servir como referência documental da instituição para essa finalidade, contemplando os estudos já realizados pelo NAPNE, bem como do PDF, a ser desenvolvido pela PROPLAD.

O ensino e a aprendizagem têm interessado, sobremaneira, pesquisadores, professores, gestores e também às famílias, especialmente, no que concerne a educação especial inclusiva. No âmbito do Instituto Federal de Educação de Rondônia, isso não é diferente. Apesar de sua jovialidade, o IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus câmpus têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos para que façam parte do sistema nacional de educação básica, técnica, tecnológica e superior, provendo assim “o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art 3º, inc. IV), pautando sempre pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade da pessoa humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos. (Constituição Federal, 1988).

4.3. Do Oferecimento de Língua Brasileira de Sinais - Libras

Compreendendo que todo e qualquer profissional terá que lidar, em algum momento de sua vida, respeitosamente, com as pessoas surdas, o Instituto Federal de Educação de Rondônia entende que deve, com fundamento no disposto no Decreto da Presidência de República nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no seu artigo 3º e parágrafos, em suas licenciaturas, oferecer Língua Brasileira de Sinais como disciplina obrigatória e como optativa nos demais cursos.

Em especial, este o Núcleo Docente Estruturante entende que este curso deve oferecer Língua Brasileira de Sinais, não como optativa, mas como disciplina obrigatória, visto que o egresso em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) terá um perfil diversificado que, certamente, o colocará de frente com todos e quaisquer sujeitos que necessitem de seus préstimos e conhecimentos tecnológicos.

E estando o egresso de ADS, frente a frente, com alguém que exija tratamento diferenciado em função de sua necessidade específica, saberá ele lidar de forma competente e hábil usando o necessário de sinais para estabelecer uma comunicação que seja eficiente e que atenda os anseios de seu cliente.

4.4. Da Política de Educação Ambiental

A política de Educação Ambiental no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia visa construir valores sociais, atitudinais e competências para a utilização sustentável do meio ambiente.

Além do oferecimento de disciplinas que tratam do tema e de conteúdos, oferecidos de modo transversal, nas demais disciplinas de formação geral, será estimulada a implantação de projetos e de programas relacionados ao tema a fim de consolidar uma política ambiental que seja capaz de resgatar os mais puros valores relacionados à preservação e ao uso responsável da terra, das matas, do ar, das águas e de tudo o que se deriva deles.

De igual modo, serão estabelecidas parcerias com órgãos ambientais de natureza pública e privada para o desenvolvimento de políticas de preservação e conservação de rios, florestas e de outros ambientes naturais na região de abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Como norte para a sua política de educação ambiental interna, o IFRO servirá de tudo o quanto está preconizado no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e evoca em especial as cinco diretrizes:

- a) Transversalidade e Interdisciplinaridade.

- b) Descentralização Espacial e Institucional.
- c) Sustentabilidade Socioambiental.
- d) Democracia e Participação Social.
- e) Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

4.5. Das Condições de Acesso para Pessoas com Necessidades Especiais

O Câmpus Vilhena norteia-se pelo que preconiza a Lei Federal Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 para definir suas políticas de atendimento às condições de acessibilidade. Com fulcro na lei, são estabelecidas normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Ademais, as políticas e ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, em todos os câmpus, para a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais são implementadas conforme o disposto na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Os atendimentos obedecerão ao disposto no Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do IFRO.

4.5.1. Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Física

O Câmpus Vilhena do IFRO está se adaptando para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, inclusive adaptação de sala de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas e laboratórios, áreas de lazer, estacionamentos e sanitários.

Em atendimento à Lei Federal n.º 10.098/2000 e ao Decreto 5.296/2004, o Câmpus Vilhena terá:

- a) Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades especiais;
- b) Em toda edificação, com mais de um pavimento, existirá acesso facilitado por rampa, calçada rebaixada e/ou elevador;
- c) Sanitários em todos os pavimentos, para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- d) Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- e) Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.

Deverá ser cumprido o estabelecido na NBR 9050 (ABNT, 2004) e legislações aplicáveis.g

4.5.2. Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Visual

O Câmpus Vilhena está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência visual, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos.

4.5.3. Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Auditiva

Historicamente, as pessoas com necessidades educacionais específicas têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos trinta anos, porém, tem-se observado uma mudança substancial em uma longa trajetória, que tem episódios que vão desde o aniquilamento e isolamento em instituições específicas – muitas vezes tidas como “depósitos” – até a conquista de direitos assegurados em documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo o IBGE, Censo 2000, no Brasil existem 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população brasileira.

Um marco significativo que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, está mencionado no Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade de pessoas com necessidades específicas.

É possível a construção de novos sentidos para o trabalho de educação no campo da diferença, a partir do momento em que a educação possa ser compreendida como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão. O Câmpus Vilhena está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência auditiva.

4.5.4. Da Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

Com fundamento no disposto na Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o IFRO, por intermédio do seu Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), a fim de prestar a devida e necessária proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

5. Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes

Todos os docentes do câmpus têm acesso a equipamentos de informática que estão distribuídos nos laboratórios, na biblioteca, nos gabinetes e em salas de estudos e de atendimento a alunos.

A Instituição disponibiliza, em seus três turnos de funcionamento, os laboratórios de informática, composto com máquinas e equipamentos de última geração.

Além do laboratório, os docentes contam ainda com equipamentos de informática instalados nas coordenadorias dos cursos, departamentos de pesquisa e extensão e serviço de apoio psicopedagógico.

O acesso à internet no âmbito do câmpus é realizado por meio de um canal de alta velocidade, com 14MBps/s - Full.

Os microcomputadores disponibilizados aos docentes permitem, também, acesso, por intermédio do Sistema, às informações sobre as suas turmas, impressão do diário de classe, cadastro de notas, faltas, conteúdo e relatórios, podendo assim, acompanhar o rendimento acadêmico de cada aluno em tempo real e de qualquer lugar.

6. Recursos Audiovisuais Disponíveis para o Exercício da Docência

Os recursos audiovisuais são disponibilizados em números equivalentes às necessidades e demanda das aulas e atividades acadêmicas.

Quadro 26: Recursos audiovisuais

Equipamentos	Especificação
Computadores	60
Projektor de multimídia	05
Televisores	01

Caixa de som amplificada	02
Lousa Digital	16
Microfones	04
Aparelhos de Som Microsystems	03

REFERÊNCIAS UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/2004**. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf. Acesso em: 17/06/2015.
2. BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.
3. BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 02/06/2015.
4. BRAISL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 17/06/2015.
5. BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm.
6. MEC. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12352&option=com_content. Acesso em 02/06/2015. 2010.
7. PNE – **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 16/06/2015.
8. SANTOS, Mônica Pereira dos e PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). **Inclusão em educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.